

Relatório Anual

Proposta

2020

santander.pt



Todos Juntos Agora



Santander Totta, SGPS

Mapa de Indicadores	3
Mensagem dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	4
Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2020	6
Clientes e rede de distribuição	13
Banca Responsável	15

Atividade e Resultados

Enquadramento da atividade	20
Principais riscos e incertezas para 2021	26
Áreas de negócio	27
Áreas de suporte ao negócio	33
Informação económica e financeira	39
Factos relevantes após o termo do exercício e perspetivas para 2021	46

Gestão de Risco

Modelo de gestão e controlo de risco	47
Gestão de risco em 2020	50

Proposta de Aplicação de Resultados

58

Informação Complementar

59

Relatório de Governo Societário

65

Demonstrações financeiras, notas, relatórios e pareceres

Demonstrações financeiras consolidadas	69
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	75
Relatórios e pareceres da atividade consolidada	209
Demonstrações financeiras individuais	227
Notas às demonstrações financeiras individuais	233
Relatórios e pareceres da atividade individual	253



MAPA DE INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Dez-20	Dez-19	Var.
Ativo líquido	58.330	56.083	+4,0%
Crédito a clientes (líquido)	41.683	39.068	+6,7%
Recursos de clientes	43.208	42.420	+1,9%
Total do Capital Próprio	4.720	4.264	+10,7%
Margem financeira	786,6	855,7	-8,1%
Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros	400,1	413,6	-3,3%
Produto bancário	1.317,7	1.377,1	-4,3%
Resultado de exploração	740,5	772,7	-4,2%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	405,0	739,8	-45,3%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do ST, SGPS	295,6	527,3	-43,9%

RÁCIOS	Dez-20	Dez-19	Var.
ROE	6,9%	12,7%	-5,7 p.p.
ROA	0,5%	0,9%	-0,4 p.p.
Rácio de Eficiência	43,8%	43,9%	-0,1 p.p.
Rácio CET I*	20,6%	15,0%	+5,6 p.p.
Rácio Tier I*	23,9%	18,3%	+5,6 p.p.
Rácio de capital*	24,4%	18,6%	+5,8 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,6%	3,2%	-0,6 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	66,8%	53,1%	+13,7 p.p.
Custo do crédito	0,45%	(0,02%)	+0,47 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	116,1%	111,3%	+4,7 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	Dez-20	Dez-19
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa3	Baa3
Standard & Poor's	BBB	BBB
DBRS	A	A

OUTROS DADOS	Dez-20	Dez-19	Var.
Colaboradores**	6.012	6.226	-214
Colaboradores em Portugal**	5.980	6.188	-208
Pontos de atendimento	477	542	-65
Postos de atendimento em Portugal	469	532	-63

* *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério *Headcount*



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento da pandemia COVID-19, que no Santander provocou o falecimento do seu Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Vieira Monteiro, gerando uma enorme consternação e um doloroso sentimento de perda no Banco. O Dr. Vieira Monteiro, mercê de décadas de exercício de administração na Banca, era um profundo conhecedor da atividade bancária e do tecido empresarial português, sendo conhecido por perfilhar uma rigorosa gestão de riscos que foi marcante no percurso de construção da solidez do Santander, deixando, com a sua visão, um legado que continuará presente na forma como o Santander apoia a economia e a sociedade em Portugal.

Com acontecimentos tão inesperados que a pandemia nos trouxe, em 2020 fomos todos postos à prova, a todos os níveis, na atividade profissional como na vida pessoal. Assim foi também no Santander em Portugal, que teve que fazer face aos desafios colocados pela

pandemia, em particular na sua capacidade de continuar a apoiar os projetos dos seus clientes, mas também de proteger os seus colaboradores e fornecedores.

Durante o ano, o Banco reforçou a sua quota de mercado na produção de crédito hipotecário para 24% e esteve, desde o primeiro momento, com as empresas, seja nas linhas protocoladas com garantia do Estado, seja nos demais financiamentos, com uma quota de 18% na nova produção em média anual.

A transformação digital e comercial em curso foi fundamental para o apoio do Banco à economia, com um crescimento significativo dos clientes digitais (+20%), incluindo os cidadãos seniores para quem foi lançado o programa “Aqui e Agora” para incentivar à utilização dos canais digitais e, na segurança do seu lar, poderem realizar as operações bancárias do dia-a-dia.

O Banco reforçou a posição de maior banco privado na atividade em Portugal em crédito e em ativos e, a par do significativo reforço de provisões para enfrentar os impactos futuros da pandemia, alcançou um resultado de 296 milhões de euros no exercício. Em 2020, o Banco distribuiu 7,7 milhões de euros em projetos de apoio à comunidade, incluindo o Santander Universidades. Destes, 3 milhões de euros foram destinados a medidas de combate à COVID-19, com especial destaque para a investigação, aquisição de material hospitalar, apoio aos setores

mais vulneráveis da sociedade e projetos das Instituições de Ensino Superior, num total de 365 instituições apoiadas direta e indiretamente e mais de 54 mil pessoas beneficiadas.

O apoio do Santander à economia e à sociedade é reconhecido, seja pelas melhores notações de risco da banca em Portugal, seja pelos vários prémios obtidos, de melhor banco pela “Euromoney” e pela “Global Finance”, de melhor Banco para trabalhar em Portugal da “Great Place to Work” e, mais importante, o de melhor qualidade de serviço no setor bancário em Portugal.

E apraz-me ver, nestas distinções, o reconhecimento do incansável trabalho dos nossos colaboradores, que estiveram e que estão na linha da frente, contribuindo para o progresso das pessoas e das empresas.

José Carlos Sitima

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



Caros Stakeholders,

O ano de 2020 foi extremamente desafiante para todos, muito por causa da pandemia da Covid-19, que causou uma situação de emergência de saúde pública, com impactos económicos profundos a nível global e em Portugal, e que nos tocou particularmente, com o falecimento do presidente do conselho de administração, Dr. António Vieira Monteiro, a quem deixo aqui, novamente, a minha homenagem.

Neste contexto, a missão do Santander, de contribuir para o progresso das famílias e das empresas ganhou ainda maior relevância, em especial considerando a sua posição de maior banco privado em Portugal.

Os Bancos, e o Santander em particular, fizeram claramente parte da solução nesta crise, adotando medidas concretas para apoiar os seus colaboradores, clientes e sociedade em geral, visando mitigar os efeitos da pandemia.

Se em relação aos nossos colaboradores, desde a primeira hora, colocámos a sua segurança em primeiro lugar, promovendo o teletrabalho sempre que possível e proporcionando todas as garantias de segurança sanitária a quem continuava nos seus postos de trabalho, como foi o caso dos balconistas, em relação aos nossos clientes dissemos, inequivocamente, presente.

Desde logo com a implementação das moratórias de crédito para as famílias e empresas mais afetadas pela pandemia, tendo o Santander apoiado cerca de 90.000 clientes no montante de mais de 9 mil milhões de euros.

Ao nível da concessão de crédito, tão relevante nesta fase para ajudar a ultrapassar

restrições de liquidez, aumentámos em 2,7 mil milhões de euros o total de crédito concedido, dos quais mil milhões às empresas, onde obtivemos uma quota média de produção de 18%, mantendo-se, ainda, a nossa posição de liderança nas linhas protocoladas, incluindo as criadas especificamente para apoiar as empresas e negócios no âmbito do combate à pandemia.

Mas fizemos mais, lançando a iniciativa “Aqui e Agora” para os clientes com mais de 65 anos, que visava, não vender produtos ou serviços, mas mostrar apenas a disponibilidade dos colaboradores do Santander para falar com estes clientes e perceber se precisavam de alguma ajuda para ultrapassar o confinamento da melhor maneira possível.

Não deixámos de estar ao lado de quem mais precisa. Em 2020, o Santander investiu cerca de 7,7 milhões de euros em projetos de apoio à comunidade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades. Com este investimento, o Banco apoiou, direta e indiretamente, 365 associações, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, alcançando um impacto direto em mais de 54.000 pessoas na comunidade local. Importante referir, ainda, que desde o início da crise da Covid-19, triplicámos o valor do nosso orçamento de responsabilidade social, na parte dos donativos a instituições

Neste enquadramento, difícil, mantivemos também o foco na transformação do Banco, que envolve a simplificação e a digitalização de processos e a adequação da oferta comercial por forma a servir os nossos clientes como querem, quando querem e onde querem.

Foi este foco permanente no cliente, e em servi-lo como ele deseja ser servido, de uma forma Simples, Próxima e Justa, que nos permitiu ser reconhecido pelos nossos clientes como o Banco que melhor serviço prestou no último trimestre de 2020. Estamos particularmente orgulhosos deste reconhecimento.

Naturalmente, a conta de resultados do Banco acabou por não ser imune à conjuntura

que enfrentámos em 2020, não deixando, todavia, de demonstrar a resiliência do nosso modelo de negócio.

Terminámos o ano com um resultado líquido de 296 milhões de euros, 44% abaixo do resultado do ano anterior, refletindo a descida, em 4%, do produto bancário, mas sobretudo a constituição antecipada de provisões, para fazer face aos riscos potenciais da pandemia sobre a qualidade do crédito. O custo do crédito aumentou para 45pb, apesar da redução do rácio de NPL, para 2,6%.

Atingimos um ROE de 6,9%, reforçando o nosso capital com um rácio CET1 de 20,6%, cobrindo confortavelmente os, cada vez mais exigentes, requisitos regulatórios.

E continuámos a beneficiar do reconhecimento externo, com a distinção de “Melhor Banco em Portugal” pelas revistas *Euromoney* e *Global Finance*. Também obtivemos da confirmação de sermos o melhor banco para trabalhar em Portugal, pela “Great Place to Work”, bem como uma empresa familiarmente responsável pela Fundación Más Familia - prémios que reconhecem a resiliência e espírito de missão dos colaboradores do Santander.

À equipa do Santander, que tão arduamente lutou em 2020 para atingir todos estes resultados, em condições muitas vezes difíceis, deixo aqui o meu agradecimento, na certeza que este resultado é sobretudo seu.

O ano de 2021 continuará a ser marcado pela pandemia, e pela contínua transformação do Banco, transformação essa que tem por objetivo final continuarmos a ser o melhor Banco para os nossos clientes e colaboradores, continuarmos a ser rentáveis para os nossos acionistas e com capacidade para continuar a apoiar a sociedade.

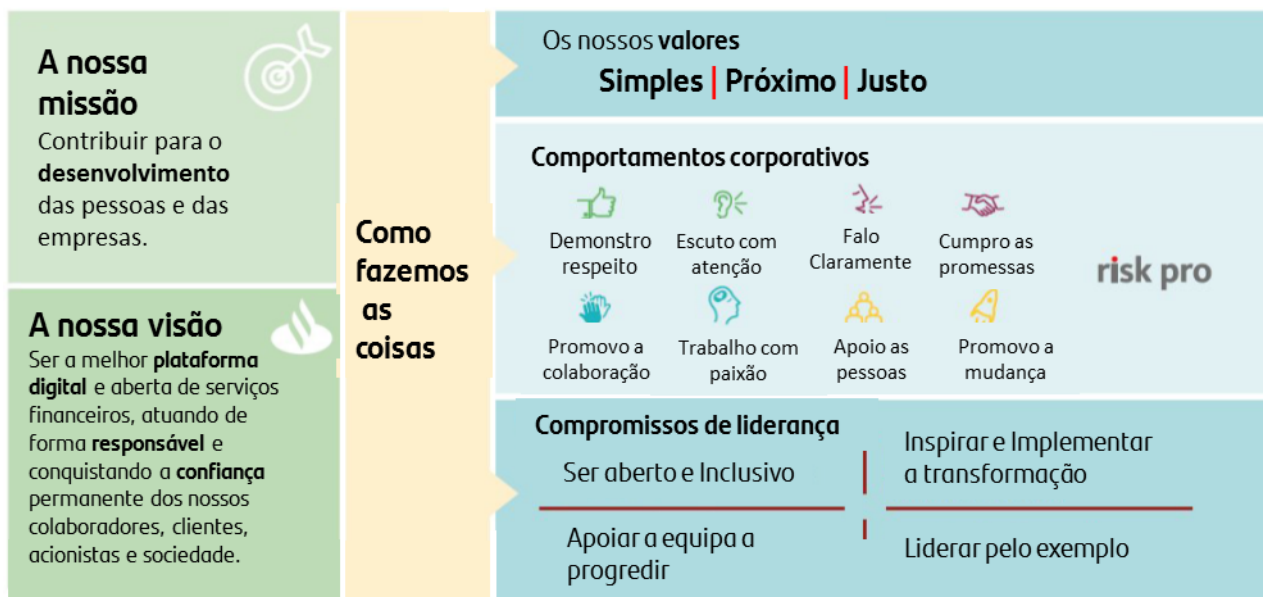
Todos os *stakeholders* podem contar com o nosso compromisso e profissionalismo da nossa equipa, para nos mantermos fiéis ao nosso propósito, de apoiar as famílias e as empresas de Portugal a prosperarem, de forma Simples, Próxima e Justa, e fiéis à nossa ambição de continuarmos a ser o melhor e mais sólido Banco em Portugal.

Pedro Castro e Almeida



CULTURA CORPORATIVA, PRÉMIOS, DISTINÇÕES E OUTROS FACTOS RELEVANTES EM 2020

Cultura corporativa



Ao sermos responsáveis geramos confiança



O Santander em Portugal

O Santander Portugal é um banco de referência no setor financeiro português. A missão do Banco é ajudar as pessoas e as empresas a prosperar, tendo como visão ser a melhor plataforma digital e aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança permanente dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

Neste sentido, o Banco disponibiliza aos seus clientes um serviço personalizado e diferenciado, através de produtos e serviços inovadores, de novas soluções digitais e canais de comunicação flexíveis, e de espaços de atendimento modernos e acolhedores, como são os balcões *WorkCafé* ou os balcões *SmartRed* que privilegiam espaços mais acolhedores e com funcionalidades digitais desenvolvidas.

A transformação digital é um eixo fundamental do nosso desenvolvimento estratégico. O contexto vivido no ano de 2020 e início de 2021 demonstra bem a relevância da transformação digital para o dia-a-dia dos clientes. Nesse âmbito, o Santander tem investido e reforçado os seus serviços digitais, através do desenvolvimento de novas aplicações como é o caso da *Santander Wallet* ou do desenvolvimento da tecnologia *contactless* nos seus meios de pagamento. Em 2020, estabeleceram-se importantes parcerias com a Apple, Garmin e FitBit que permitem ao Banco ser pioneiro na disponibilização aos clientes de soluções rápidas, ágeis e seguras para os seus pagamentos diários, procurando posicionar-se como o Banco dos Pagamentos Digitais.

No apoio às Empresas, destaque para o programa de apoio não financeiro que continuou a diferenciar o Banco e que permitiu capacitar as empresas e os seus gestores de formação e conhecimento em áreas estratégicas para o seu desenvolvimento e das suas empresas, como é o caso do apoio à internacionalização do seu negócio. As formações são ministradas através de parcerias com as principais universidades portuguesas através de cursos *online* e formações presenciais.

A nível de apoio à sociedade, o Santander está comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e estabeleceu os 11 objetivos de Banca Responsável de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Destaque para o compromisso do Banco com a Educação, com foco na relação com as principais instituições de Ensino Superior em Portugal e através da política de bolsas atribuídas pelo Santander Universidades que alcançaram cerca de 4.000 beneficiários.

Em 2020, foram atribuídos 800 Bolsas Santander Futuro, uma iniciativa que promove a continuação dos estudos no Ensino Superior para os estudantes com aproveitamento escolar e com necessidade de apoio financeiro.

Na sua política de responsabilidade social, o Banco investe em projetos de apoio à comunidade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades. Através desse investimento, o Banco apoiou direta e indiretamente 365 associações, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, alcançando um impacto direto em cerca de 54.169 pessoas na comunidade local.

Marca Santander

O Santander procura posicionar-se enquanto uma marca próxima, de confiança e relevante na vida dos portugueses, afirmando o seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade, atuando de forma simples, próxima e justa. Esta é a nossa missão, a forma como fazemos as coisas, o **Santander Way**.

O nosso propósito é atender às necessidades dos clientes, apoiando as empresas na criação de emprego, contribuindo para o empoderamento financeiro das pessoas (para que recebam a educação e formação de que necessitam), apoiando a transição para uma economia baixa em carbono (através do financiamento de energias renováveis) e considerando os riscos e as oportunidades sociais e ambientais das operações de financiamento.

No final de 2020, o Santander lançou a campanha institucional **"Ser Santander"**, um conceito que pretende ser agregador, através de uma forma de sentir, mais humana, próxima e genuína. O Santander pretende ser um exemplo de confiança e de esperança ao acreditar nas ideias, apostar na inovação e liderar a mudança. Para que todos possam acreditar num futuro melhor.



O meu banco deve ser como eu

Devemos acreditar a todo o momento que, juntos, podemos ter um futuro melhor.

Informe-se em santander.pt





Melhor Banco em Portugal

No âmbito dos *Awards for Excellence 2020*, o Santander em Portugal foi distinguido pela revista **Euromoney** com o prémio de **"Melhor Banco em Portugal 2020"**. Os prémios distinguem as instituições que apresentam os melhores serviços junto dos seus clientes demonstrando liderança, inovação e dinamismo nos mercados onde operam.



Melhor Banco de Investimento em Portugal

Também a área de *Corporate Banking* do Banco foi reconhecida, recebendo o Santander o galardão de **"Melhor Banco de Investimento em Portugal 2020"**. A revista destacou que "o negócio de consultoria empresarial e de mercado de capitais" permitiu que, apesar da concorrência de outros bancos internacionais, "o melhor banco de investimento do país viesse para a ribalta".



Melhor Banco em Portugal

A revista norte-americana **Global Finance** elegeu o Santander em Portugal como o **"Melhor Banco em Portugal 2020"**, no âmbito dos *"World's Best Banks 2020"*. Para eleger os vencedores foram tidos em conta critérios objetivos como rentabilidade, evolução de ativos, dimensão geográfica, desenvolvimento de novos negócios e inovação em produtos.



Marca Bancária Mais Reputada

No âmbito do estudo *Global RepScore Pulse*, publicado pela consultora **OnStrategy**, o Santander em Portugal foi classificado como a **"Marca com a melhor reputação e maior relevância da banca em Portugal 2021"**. A consultora destaca as marcas que mais se evidenciaram em 2020, num cenário de pandemia, tendo analisado atributos como notoriedade, admiração, relevância, confiança, preferência e recomendação.



Melhor Trade Finance

O Santander foi premiado pela revista **Euromoney** como o **"Melhor Banco de Trade Finance 2020"** em Portugal, vencendo nas categorias de **"Líder de Mercado"** e de **"Melhor Serviço"**. A revista realça a parceria que o Santander tem vindo a estabelecer com as empresas portuguesas, oferecendo soluções eficientes, rápidas e seguras no comércio externo, bem como o apoio prestado à sua internacionalização nos mercados externos.



Melhor Private Banking Services Overall

O *Private Banking* do Santander em Portugal foi considerado pela revista **Euromoney** como o **"Melhor Private Banking Services Overall 2021"**. É a décima vez consecutiva que esta publicação destaca o serviço de excelência que o Banco oferece a este segmento. A Euromoney volta a reconhecer ainda o trabalho do Banco na área de ESG, pelo investimento tecnológico que tem sido feito e pelo seu compromisso enquanto Banco Responsável.



Melhor Private Bank

O *Private Banking* do Santander foi distinguido pela revista **Global Finance** como o **"Melhor Private Bank 2021"**, em Portugal, no âmbito dos *"The World's Best Private Banks Awards for 2021"*. Segundo a *Global Finance*, "os bancos selecionados foram os que melhor souberam atender às necessidades específicas dos clientes de elevado património, ao mesmo tempo que procuraram melhorar, preservar e transmitir a sua riqueza. Foram também as instituições que cresceram para responder a essas mesmas necessidades".



Melhor Banco de Retalho

O Santander foi distinguido como **“Best Retail Bank in Portugal 2020”**, pela revista britânica **World Finance**, no âmbito dos prémios anuais da publicação. A entidade destacou a liderança do Banco, baseada na escala global e âmbito local, estratégia centrada no cliente e diversificação.



Melhor Contact Center setor Banca

O *Contact Center* do Santander em Portugal foi considerado o **“Melhor Contact Center 2020”** do setor, no âmbito dos prémios *Best Awards 2020*, promovidos pela **Associação Portuguesa de Contact Centers**. O Santander venceu na categoria Banca, tendo conquistado o Troféu Gold, atribuído ao Centro de Atendimento de Empresas, e o Troféu Silver, atribuído à SuperLinha. O Centro de Atendimento de Empresas foi também distinguido com um Troféu Bronze, na categoria *Contact Center* com menos de 50 Agentes.



Melhor Banco para Trabalhar

O Santander em Portugal foi considerado o **“Melhor Banco para Trabalhar 2020 em Portugal”**, pela quarta vez consecutiva, estando, simultaneamente, no Top 3 das melhores empresas de grande dimensão (mais de 1000 colaboradores) para trabalhar no país, pelo **Great Place to Work Institute**. O *ranking* é efetuado com base nas respostas dos colaboradores das empresas e a análise do Instituto às políticas e práticas das empresas em termos de gestão de pessoas, em comparação com as outras participantes.



Empresa Familiarmente Responsável

Enquanto entidade empregadora, o Santander viu recentemente renovada a sua certificação para “Nível de Excelência – nota A”, enquanto **“Empresa Familiarmente Responsável – efr”**, uma certificação atribuída pela **Fundação MásFamilia e pela ACEGE**. A avaliação teve em conta um conjunto de indicadores: qualidade do emprego, flexibilidade temporal e espacial, inclusão e conciliação da vida familiar e laboral, apoio à família, desenvolvimento pessoal e profissional e igualdade de oportunidades.

Outros prêmios e distinções

Melhor Private Banking nas categorias de serviço, *Euromoney*

Categoria de NetWorth: High Net Worth Clients (US\$ 5 million to US\$ 30 million); Mass Affluent Clients (US\$100k – US\$1m); Mega High Net Worth Clients (US\$250m+); Super Affluent Clients (US\$ 1 million to US\$ 5 million); Ultra High Net Worth Clients (>US\$30m – US\$250m). Categoria Services: Capital Markets and Advisory; ESG/Impact Investing; Family Office Services; International Clients; Investment Management; Next Generation; Philanthropic Advice; Research and Asset Allocation Advice; Serving Business Owners.

Categoria de Technology: Technology – Data Management and Security in Private Banking and Wealth Management; Technology – Innovative or Emerging Technology Adoption

Best Real Estate Overall 2020 em Portugal, na categoria de Banca: Euromoney Real Estate Survey, *Euromoney*

Distinções corporativas

Prémio de **“Excelência na Liderança na Europa Ocidental”** pela resposta à crise da pandemia provocada pela COVID-19, *Euromoney*

“Melhor Banco do Mundo em Diversidade e Inclusão 2020”, *Euromoney*

“Melhor Banco do Mundo para PME 2020”, *Euromoney*

“World’s Best Workplaces 2020”, o Banco Santander integra, pelo segundo ano consecutivo, a lista mundial das 25 empresas consideradas, *Great Place to Work Institute*

Estes prêmios são da responsabilidade das entidades que os atribuíram

Apoio no combate à pandemia COVID-19

Em 2020, o Banco triplicou o seu orçamento de Responsabilidade Corporativa, disponibilizando **mais de 3 milhões de euros para ajudar no combate à COVID-19**, com especial destaque para a investigação, aquisição de material hospitalar, apoio aos setores mais vulneráveis da sociedade e projetos das Instituições de Ensino Superior. Foram ainda implementadas várias medidas de apoio aos colaboradores, clientes – através de moratórias e de linhas de crédito a empresas –, e aos fornecedores.

Serviço “Aqui e Agora” para maiores de 65 anos

Para apoiar os clientes com idade superior a 65 anos, pouco familiarizados com a adesão e funcionamento dos canais digitais, o Santander criou a iniciativa “**Aqui e Agora**”, para lhes dar todo o apoio necessário e evitar que se deslocassem aos balcões durante o período da pandemia.



Soluções de pagamento digitais pioneiras

O Santander lançou novas soluções digitais baseadas na tecnologia *contactless*, que permitem aos clientes o **pagamento com smartwatches ou pulseiras**, através dos dispositivos Apple, Garmin e FitBit. Lançou também o cartão digital, que permite, aquando da abertura da conta, a entrega imediata de um cartão digital bancário ao cliente.

Certificação Familiarmente Responsável

O Santander recebeu o **nível de Excelência** enquanto Empresa Familiarmente Responsável – efr, uma certificação atribuída pela Fundação MásFamilia e a ACEGE, alcançando a segunda nota mais alta: A. O Banco conta com mais de 75 medidas de apoio à conciliação da vida pessoal e profissional dos colaboradores.



José Carlos Sítima nomeado Presidente do Conselho de Administração do Santander Portugal



Tira as tuas ideias de quarentena

Projetos universitários contra a COVID-19

O Santander lançou o **Prémio Uni.Covid-19** para apoiar projetos de jovens universitários e da restante comunidade académica, que contribuíssem para responder à situação de emergência relacionada com a COVID-19. Foram premiadas 14 iniciativas de várias zonas do País, entre 336 candidaturas recebidas.

Escola de programação inovadora

O Santander é um dos parceiros fundadores da **42 Lisboa**, um projeto educativo revolucionário de prestígio internacional na área da programação, inteiramente gratuito para os estudantes, e que chega agora a Portugal.











580 tablets em lares de idosos de todo o país

No âmbito da iniciativa **"Vamos dar que falar"**, o Santander ofereceu 580 tablets a lares de idosos e casas de saúde (IPSS) de todo o país, para que os seus utentes pudessem fazer videochamadas e ter assim um Natal mais próximo dos seus familiares e amigos.

CLIENTES E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A transformação digital e comercial tem permitido o crescimento da base de clientes digitais e o aumento da transacionalidade através dos diversos canais remotos

 Clientes	 Uso dos canais	 Novas soluções digitais
<p>930 mil (+20%) Clientes Digitais</p> <p>+ 155 mil clientes digitais Crescimento sustentado ao longo do ano de 2020</p> <p>54,9% Clientes Digitais¹</p>	<p>42% (+7,1pp) 55% (4T'20) Vendas digitais²</p> <p>5,7mn (+28%) 16,5mn (+4,5%) Transações³ Acessos³ <small>Var YOY</small></p> <p>950 mil (acum. 2020) Cartões nas plataformas eletrônicas⁴</p>	<p>Banco dos Pagamentos Digitais</p> <p> Disponibilização do Apple Pay, para pagamentos rápidos, simples e seguros.</p> <p> Tecnologia de contactless em todos os novos cartões emitidos.</p> <p> Pagamento digital através de smartwatches (Garmin) e pulseiras (FitBit).</p> <p> Cartão digital imediato para os clientes que aderirem a um cartão de débito.</p> <p> Wallet Santander disponível na <i>app</i> Santander, com diversas funcionalidades.</p>

1 – Sobre clientes totais

2 – Média de vendas digitais no ano de 2020, para os produtos que são comercializados nos canais físicos e remotos. 55% referente aos meses de outubro, novembro

3 – Média das transações em canais digitais monetárias e voluntárias em 2020. Média de total de acessos privados (Netbanco e Mobile) em 2020.

4 – Cartões digitalizados nas plataformas eletrônicas Apple, Garmin, Fitbit e Comércio Online

One Santander: construindo um Banco para uma melhor Experiência dos nossos clientes, alcançando o **#1º lugar em NPS***

Melhoria permanente do nosso serviço ao cliente...	...reforçando a nossa relação com os clientes...	...através da melhoria constante do modelo operativo e tecnológico comum
<p>Proposta de valor simplificada para os clientes através de produtos diferenciadores</p> <p>Mundo 1 2 3 Particulares e Empresas (solução não financeira para empresas)</p> <p><i>Daily Banking</i></p> <p>Boutique Santander para venda digital</p>	<p>Novos modelos de distribuição que privilegiam a relação, a comodidade e o rápido acesso ao Banco</p> <p>Estratégia omnicanal na relação com o cliente</p> <p>Novos conceitos de balcões WorkCafé, Smart Red, MoneyClub</p>	<p>Processos partilhados e excelência tecnológica, aproveitando as sinergias de um Grupo internacional</p> <p>Simplificação de processos internos</p> <p><i>Metodologia Agile</i></p> <p>Automação de tarefas: +70 digital workers, +40 soluções de automação e +10.000 tarefas diárias</p>

*De acordo com o estudo corporativo de *benchmark* que avalia o índice de Net Promoter Score (NPS) dos clientes

Para que cada cliente se sinta verdadeiramente em casa no nosso Banco, dispomos de seis conceitos diferentes de balcão, adaptados às suas diferentes necessidades



Clássico

Um Balcão com provas dadas – Com a qualidade de serviço que os clientes bem conhecem.
Assente numa rede robusta – Estando presentes em todo o território continental e também nas ilhas.
Que combina o simples e imediato – Proporcionando um atendimento ágil de operações de caixa.



Money Club

Um Balcão virado para o futuro – Um Quiosque Universitário situado em pleno Campus da NOVA SBE, em Carcavelos, do qual somos parceiro fundador.
Jovem, como eles – Para dar-lhes todos os serviços de que precisam, sem terem de sair do Campus.
Aberto ao conhecimento – Num ambiente sofisticado, onde podem estudar e discutir ideias.



Work Café

Um café, ao Balcão – Servido num espaço amplo e moderno, com serviço de cafetaria.
Para todos os que nos visitam – Sejam clientes ou público em geral à procura de um espaço agradável.
Onde as ideias se servem quentes – Num open space que convida ao estudo, às reuniões e ao relaxamento.



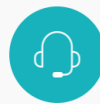
Universitário

Um Balcão à porta – Localizado perto dos principais polos universitários do país.
Que acompanha os estudantes – Prestando apoio, numa altura em que tudo é novo, inclusive a experiência com o Banco.
Dando-lhes as melhores ofertas comerciais – Desde a facilidade na abertura de conta, até às condições competitivas do cartão de débito.



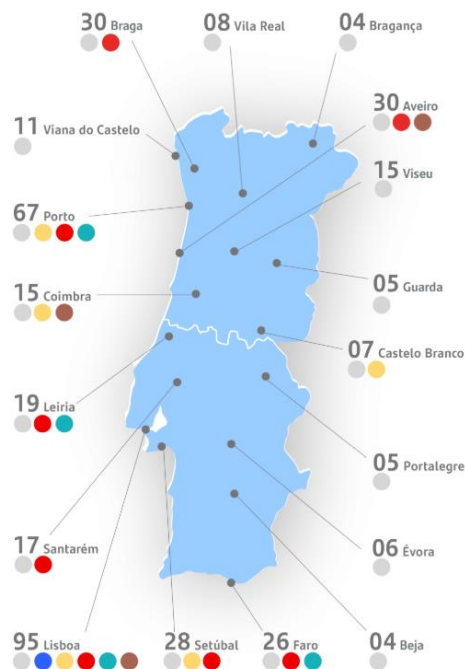
Smart Red

Um espaço com tecnologia de ponta a ponta – Equipado com ecrãs tácteis que fazem a triagem dos clientes por objetivo de visita.
Com uma grande aposta nos audiovisuais – Que servem de suporte para a comunicação com o cliente.
Facilmente acessível a todos – Com espaços amplos e sem barreiras físicas.



Próximo

Um Balcão com um atendimento 100% digital – Com um horário alargado e atendimento via email, telefone ou videochamada.
Mas que quase não parece – Porque prestamos todos os serviços disponíveis nos balcões físicos.
Que fica bem perto dos clientes – Ao lhes atribuírem um gestor dedicado, com quem podem falar em permanência.



BANCA RESPONSÁVEL

- Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma **Simples, Próxima e Justa** conseguiremos manter a confiança dos nossos clientes e de todos os *stakeholders* com quem nos relacionamos.
- Procuramos garantir que, no exercício da nossa atividade corrente, **impulsionamos o crescimento sustentável e inclusivo** da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, **apoiamos o desenvolvimento das comunidades onde estamos presentes**.
- Além do investimento na **comunidade**, o Banco atua também nos eixos do **empoderamento financeiro, finanças climáticas e redução de consumos e emissões**.

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade



Ensino Superior



Bem-estar Social



Literacia Financeira



Meio Ambiente



Empreendedorismo e criação de emprego



Cultura

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Banco Santander tem maior incidência



Estamos comprometidos em reduzir a pobreza e fortalecer o bem-estar das economias locais em que operamos. Através dos microcréditos, produtos e serviços e programas de investimento comunitário, capacitamos e ajudamos milhões de pessoas todos os anos.



Lideramos o apoio ao Ensino Superior. Através do Santander Universidades, um programa pioneiro e único no mundo, ajudamos Universidades e estudantes a prosperar, com foco na educação, empreendedorismo e emprego. As Bolsas de Estudo Santander são um dos maiores programas de bolsas financiados pelo setor privado.



Promovemos um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. Garantimos a igualdade de oportunidades e promovemos a igualdade de género em todos os níveis como uma prioridade estratégica. Apoiamos também iniciativas que promovem a diversidade.



Somos líderes no financiamento de projetos de energias renováveis. Ajudamos também os nossos clientes a financiar projetos de eficiência energética, baixas emissões, veículos híbridos e elétricos e outras soluções de mobilidade mais sustentáveis.



Temos uma equipa preparada e comprometida que nos permite responder e satisfazer as necessidades dos clientes, ajudar os empreendedores a criar negócios e empregos e fortalecer as economias locais.



Desenvolvemos produtos e serviços para os mais vulneráveis da sociedade, dando acesso a serviços financeiros e ensinando-lhes os conceitos e as competências necessárias para gerir as suas finanças da melhor maneira possível. Apoiamos a diversidade e a inclusão na nossa atividade.



Financiamos a construção de infraestruturas sustentáveis que garantam serviços básicos e promovam o crescimento económico inclusivo. Promovemos também oportunidades de habitação a preços acessíveis.



Apoiamos o combate contra as alterações climáticas de duas formas: reduzindo nossa pegada ambiental e ajudando os nossos clientes na sua transição para uma economia mais sustentável.



Promovemos a transparência, a luta contra a corrupção e a necessidade de instituições sólidas para o desenvolvimento sustentável. Temos políticas e códigos de conduta que regulam a nossa atividade e comportamentos e que estabelecem os compromissos para avançar em direção a um Banco mais respon-



Para avançar com a nossa agenda bancária responsável, participamos em iniciativas e grupos de trabalho regionais e internacionais.

Destaques em 2020

- Desde o início da crise da COVID-19, o Banco **triplicou o valor do seu orçamento de responsabilidade social**, na parte dos donativos a instituições que apoiam quem mais precisa. O Santander em Portugal disponibilizou cerca de **1 milhão de euros** para a investigação, a aquisição de material hospitalar e o apoio aos setores mais vulneráveis da sociedade.
- O **Santander Universidades** e as Instituições de Ensino Superior em Portugal canalizaram cerca de **2 milhões de euros** para iniciativas que apoiam os estudantes universitários e as famílias Portuguesas, de modo a responder às necessidades sociais, económicas e de saúde pública decorrentes da COVID-19. No âmbito dos programas de mecenato entre o Banco e as Universidades, várias instituições estão a utilizar fundos do Banco para apoiar estudantes que estão a sentir os efeitos sociais e económicos da pandemia. No imediato, foram disponibilizados fundos para alunos que já se encontram em situação de emergência económica. Desde setembro, já foram atribuídas 850 bolsas de Apoio Social- as **Bolsas Santander Futuro**.
- Com o seu investimento em projetos de apoio à comunidade, o Banco já apoiou, desde o início do ano, **365 IPSS**, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, alcançando um impacto direto em **54 mil pessoas** na comunidade local.
- O Banco promove, também, iniciativas de **cultura financeira** e apoio a pessoas em situações socioeconómicas desfavoráveis. Desde 2019, foram empoderadas financeiramente **311 mil pessoas**.
- Assume igualmente **compromissos que reforçam a preocupação de longa data com o meio ambiente**:
 - O Santander anunciou que, em 2020, passou a ser uma **empresa neutra em carbono** e o compromisso de **eliminar, até 2021, os plásticos de utilização única nas suas instalações**.
 - A 9 de dezembro de 2019, o Santander assinou, juntamente com o WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*), a Câmara Municipal de Lisboa e outras 55 empresas, o **Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa (PMEL)**, com o objetivo de criar soluções de mobilidade mais ecológicas e eficientes.
 - A 29 de janeiro de 2020, o Santander assinou o **Compromisso Lisboa Capital Verde 2020 – Ação Climática Lisboa 2030**, uma iniciativa da CML que tem como objetivo desafiar as empresas, os cidadãos e todas as organizações a contribuir para a sustentabilidade na cidade de Lisboa.
 - No final do mês de maio, o Santander assinou o Manifesto **“Aproveitar a crise para lançar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável”**, promovido pelo BCSD Portugal e através do qual as maiores empresas portuguesas se

comprometem com a promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, um novo caminho para um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

- Nos edifícios centrais do Santander em Portugal, foram instaladas **7 árvores de Natal únicas**. Cada árvore de Natal é constituída por 540 pequenas árvores (pinheiros-mansos, sobreiros, azinheiras, cedros-do-buçaco, alfarrobeiras, bétulas e freixos). Em 2021, **3.780 árvores** serão plantadas em Lisboa, Abrantes e Vila Nova de Gaia.

Medidas COVID-19

Em termos de medidas de apoio à Comunidade, no atual contexto da pandemia de COVID-19, destacam-se as seguintes:

- **APB – Associação Portuguesa de Bancos** – contribuição para o donativo de 100 ventiladores e 100 monitores ao SNS, através de um reforço da rubrica de donativos da APB.
- **Donativo para uma das contas solidárias da AEP** (Associação Empresarial de Portugal), no âmbito da iniciativa **SOS Coronavírus**, para aquisição de material e equipamentos médicos para profissionais de saúde no Hospital de São João (Porto) e para apoiar o Banco Alimentar contra a Fome.
- **Apoio ao movimento Tech4COVID** – donativo para comprar equipamentos de proteção individual para hospitais. Os equipamentos foram fornecidos às várias ARS, que os distribuíram pelos hospitais.
- **Aquisição de equipamento para realizar testes de despiste à COVID-19** na Região Autónoma dos Açores o que permitirá uma rápida deteção do vírus e consequente ação médica.
- **Participação na campanha “Unidos Por Portugal”**, promovida pelo Grupo Impresa, copromovida pela Federação Portuguesa de Futebol e com o apoio da *SIC Esperança* para angariar fundos destinados à aquisição de material e equipamentos hospitalares e Equipamentos de Proteção Individual para organizações sociais.
- **Participação na Resposta Global à COVID19** – Iniciativa promovida pela Comissão Europeia para angariar fundos para apoiar a investigação, desenvolvimento e distribuição de uma vacina COVID 19.
- **Hospital Dona Estefânia** – Todos os anos, o Banco organiza uma campanha solidária interna de Natal para apoiar uma instituição diferente, com donativos do Banco e dos colaboradores. Em 2020, foi apoiado o projeto *“Crescer para Proteger”*, cujo objetivo é ampliar e melhorar as condições de tratamento na Unidade de Infeciologia Pediátrica do Hospital Dona Estefânia. Com o surto de COVID-19, esta remodelação das instalações tornou-se ainda mais urgente. Mais de 1.100 colaboradores participaram nesta iniciativa solidária e o Banco duplicou o montante destes donativos.
- **Campanha #NuncaDesistir** – O Santander em Portugal foi o parceiro financeiro da campanha solidária #NuncaDesistir, criada pela *Independent Ideas* e suportada pela *LAPS Foundation*, que pretendeu mobilizar os portugueses a angariar fundos para alimentar as famílias que precisam de apoio neste contexto de emergência nacional. O Banco forneceu os meios de pagamento para os donativos e fez num donativo à Cruz Vermelha Portuguesa e à Rede de Emergência Alimentar.
- **Fundo Santander Solidário** – Fundo interno, através do qual os colaboradores do Santander contribuíram ativamente para garantir o acesso à alimentação a pessoas e famílias vulneráveis em tempos de COVID-19, com os seus donativos. O Banco duplicou o montante angariado sendo atribuídas **mais de 84.000€ em refeições** a uma vasta rede de instituições que, com o montante recebido do Fundo, conseguiram **apoiar mais de 5.500 pessoas**. No total, o Fundo beneficiou mais de 80 Instituições Particulares de Solidariedade Social, de diferentes regiões do País.

De forma a apoiar as necessidades de tesouraria e apoiar os **seus fornecedores**, o Banco instituiu o pagamento de todas as faturas de forma imediata, independentemente do prazo de pagamento estabelecido.

Outras iniciativas de investimento na Comunidade

- **Programa Aqui e Agora – Iniciativa “Vamos dar que falar”** - Em cooperação com a rede comercial em todo o País, incluindo as regiões autónomas da Madeira e Açores, **foram atribuídos tablets e cartões de comunicações a 580 lares de idosos e casas de saúde** nas áreas de influência dos balcões, para que, neste período de confinamento, **os idosos pudessem falar com as suas famílias**.
- **3ª Edição do “Donativo Participativo”** – Nesta iniciativa, os colaboradores do Santander em Portugal escolheram a **Ajuda de Berço, Academia do Johnson, Associação Salvador e CrescerSer** como as instituições vencedoras da terceira edição deste Prémio. Onze ONGs (Ajuda de Mãe, Associação Brigada do Mar, Associação Coração Amarelo - Porto, Associação Mais Proximidade Melhor Vida, Centro Social de Montes Altos, Escolinha de Rugby da Galiza, Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, HELPO, Missão País, Movimento de Defesa da Vida e Saúde sobre Rodas) receberam ainda menções honrosas.
- A **Orquestra Geração** é um projeto de intervenção social através da música, principalmente através da criação de orquestras infantis em escolas, em zonas empobrecidas e de risco, onde convivem crianças de diferentes origens étnicas.

- A **Associação Orquestra sem Fronteiras** existe para apoiar e reter jovens talentos das regiões raianas de Portugal e Espanha, evitando o abandono do estudo da música e premiando o mérito académico. Pretende estabelecer a sua atividade na área das fronteiras ibéricas, cumprindo assim uma missão urgente: implementar nesta ampla área de ambos os países um programa musical regular e de qualidade no campo da música clássica, por meio de uma orquestra constituída por músicos de ambos os lados da fronteira. Esses músicos encontram na OSF uma valiosa experiência de trabalho, evitando a fuga de talentos para as áreas costeiras e urbanas, enquanto dão às pessoas acesso a essa forma de cultura.
- O Santander Portugal apoiou a **Academia do Johnson**, uma ONG que promove a inclusão social de crianças e jovens de contextos vulneráveis através do desporto (nomeadamente do futebol). O evento "Remate Solidário" teve lugar no âmbito da final da *UEFA Champions League*, em Lisboa.
- **Bolsas EPIS** – Em parceria com esta organização de empresários pela inclusão social, o Santander Portugal atribuiu seis bolsas "Jovens Especiais Banco Santander". O objetivo destas bolsas é premiar escolas com projetos de promoção da inserção profissional e ocupacional de jovens com necessidades educativas especiais, em parceria com empregadores, que constituam boas práticas replicáveis por outras escolas.
- **Associação Salvador** – O Santander apoia o projeto de empregabilidade da Associação Salvador para pessoas com deficiência motora. Este programa inclui orientação vocacional, sessões de formação para desenvolver competências específicas, pesquisa de ofertas de emprego, bem como a organização de encontros de recrutamento e acompanhamento dos empregadores durante os processos de recrutamento. O Banco contratou quatro pessoas provenientes do Programa de Empregabilidade da Associação Salvador.

Empoderamento Financeiro

- Para apoiar os clientes com idade superior a 65 anos, pouco familiarizados com a adesão e funcionamento dos canais digitais, lançámos o serviço "**Aqui e Agora**", através do qual todos os gestores comerciais e outros colaboradores auxiliam, em particular estes clientes, em todos os procedimentos de registo e operação dos canais digitais (*Netbanco e App*) bem como com os seus pagamentos quer seja por cartão ou transferência, não deixando posteriormente, cada um deles, de acompanhar pessoalmente os clientes que ajudou, até ao final do período de contingência.
- O Santander Portugal tem 79 balcões em comunidades com baixa densidade populacional, ou com baixo rendimento, especialmente nas ilhas da Madeira e Açores. Estes balcões e ATMs beneficiaram mais de 140 mil pessoas desde 2019.
- **Solução de moratórias Santander:** Durante o período de COVID-19, o Banco disponibilizou aos seus clientes, através dos canais digitais, uma solução para suspender imediatamente as prestações de todos os seus créditos, incluindo os créditos à habitação, outros créditos hipotecários, créditos pessoais e outros créditos ao consumo.
- **Junior Achievement** – Durante o ano letivo de 2019/20, 53 colaboradores do Santander Portugal participaram como voluntários no **Programa Junior Achievement Portugal**. O número de voluntários foi reduzido devido à pandemia de COVID-19. Os colaboradores do Santander partilharam o seu conhecimento e experiência com estudantes do 1.º ao 12.º anos em temas tais como cidadania, literacia financeira e empreendedorismo. Houve 57 implementações do Programa e as sessões alcançaram 696 alunos.
- O Santander em Portugal lançou um **blogue de literacia financeira**, com artigos sobre poupança e investimento para ajudar os clientes a tomar decisões mais informadas e conscientes sobre as suas finanças.
- O Banco também disponibiliza gratuitamente vários **cursos e workshops online**, dirigidos a PMEs para melhorar as suas competências de empreendedorismo.

Universidades

O Santander e as Instituições de Ensino Superior em Portugal canalizaram cerca de **2 milhões de euros** para iniciativas que apoiam os estudantes universitários e as famílias Portuguesas, de modo a responder às necessidades sociais, económicas e de saúde pública decorrentes do COVID-19.

- No âmbito dos programas de mecenato entre o Banco e as Universidades, várias instituições estão a usar fundos do Banco para apoiar estudantes que estão a sentir os efeitos sociais e económicos da pandemia. Desde setembro, foram atribuídas mais de 800 Bolsas Sociais – **as Bolsas Santander Futuro**.
- As medidas tomadas incluem também a compra de computadores, de modo a assegurar que todos os estudantes possam ter acesso ao ensino à distância. Esta medida abrangerá também os colaboradores das Instituições de Ensino Superior.
- Na área da **Saúde**, os fundos do Santander permitiram às Universidades e Institutos Politécnicos intensificar o seu papel no combate ao COVID-19, adaptando os seus laboratórios para produzir testes de despiste e utilizar impressoras 3D para produzir equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde.
- Adicionalmente, o Banco criou um fundo de atribuição imediata, de modo a acelerar projetos de impacto social relacionados com a COVID-19, desenvolvidos por estudantes universitários voluntários.

- O Banco entregou o **Prémio Santander UNI.COVID-19** (montante global de 30.000 €), que pretende distinguir e apoiar projetos e ideias promovidos por estudantes universitários e pela restante comunidade académica, que contribuam para dar resposta à situação de emergência relacionada com a COVID-19.
- Foi também lançada a **2.ª edição das Bolsas Santander Global**. São 315 bolsas sociais que permitem a estudantes de licenciatura e mestrado com dificuldades financeiras prosseguir os seus programas de mobilidade internacional, apesar da pandemia de COVID-19.
- O Banco apoia o **1.º Eco Campus em Portugal**, na UTAD. Além das bolsas atribuídas a estudantes de licenciatura e pós-licenciatura, o Banco financiou o desejo da Universidade de tornar o seu *campus* num espaço harmonioso, energeticamente eficiente, sustentável e neutro em carbono.
- O Santander é parceiro-fundador da **Academia 42 Lisboa**, uma escola de programação inovadora, inclusiva e internacionalmente reconhecida, que é gratuita para os alunos.

Sustainable Finance

A área de banca corporativa do Banco Santander tem tido um papel de relevo no financiamento sustentável em Portugal. Nos últimos 5 anos, financiaram-se mais de 510 milhões de euros em diversas operações com impacto positivo para o ambiente e para a sociedade, seja na produção de energia através de fontes renováveis, no tratamento de resíduos, na economia circular, na saúde ou na educação. Foi apoiada a construção de parques eólicos e solares, de hospitais, financiaram-se equipamentos de recolha e tratamento de resíduos ou águas e o Banco foi um parceiro de destaque no financiamento à construção de um novo campus universitário para a Universidade Nova em Portugal, contribuindo para uma educação superior de excelência no nosso país. Todas estas operações têm sido realizadas com recurso a diferentes estruturas de financiamento, adaptadas às necessidades de cada projeto. Mais recentemente, o Banco participou em estruturas inovadoras, como a primeira emissão em regime de *Project Bonds* para as concessões de águas da Indaqua, como *Bookrunner* nos dois primeiros *Green Bonds* emitidos em Portugal, pela EDP, e no primeiro *Green Mortgage Backed Security* emitido na Ibéria, para a UCI e este ano com a participação na primeira emissão de *Green Hybrid Bonds* lançados pela EDP.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Economia Internacional

Em 2020, a economia mundial registou uma profunda recessão, com uma contração do PIB de 3,5%, fruto da pandemia associada ao vírus SARS-CoV-2, que provoca a doença COVID-19. Em março de 2020, fruto da disseminação do vírus à escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma situação de pandemia.

Muitos países adotaram medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica, procurando restringir ao mínimo os contactos entre pessoas, levando a uma situação de confinamento generalizada, com o encerramento das atividades não essenciais, o que teve consequências económicas de dimensão histórica.

Apesar do confinamento ter sido implementado apenas em março, o PIB contraiu já no primeiro trimestre do ano, de forma significativa, situação que se acentuou no segundo trimestre, uma vez que o confinamento mais estrito foi adotado durante o mês de abril, iniciando-se uma retirada gradual das restrições a partir do mês de maio, mas sempre com níveis de atividade muito abaixo dos verificados antes da pandemia.

O período do Verão, no hemisfério norte, trouxe uma redução dos contágios, uma retirada das medidas de confinamento, e uma progressiva recuperação da atividade económica, materializado num crescimento mais sólido no 3º trimestre do ano.

No outono, a convivência normal entre as pessoas, juntamente com o regresso às aulas, e a sazonalidade do vírus, verificou-se uma nova vaga pandémica, com imposição de novas medidas de confinamento, que se foram tornando mais restritivas (embora menos do que na primeira vaga) no final do ano, quando surgiram novas estirpes, mais contagiosas, e cujos efeitos se tornaram mais visíveis já em 2021.

Crescimento Económico Mundial

	2019	2020 E	2021 P
Mundo	2,8	-3,5	5,5
Países Avançados	1,6	-4,9	4,3
EUA	2,2	-3,4	5,1
UEM	1,3	-7,2	4,2
Reino Unido	1,4	-10,0	4,5
Japão	0,3	-5,1	3,1
Países em Desenvolvimento	3,6	-2,4	6,3
África	3,2	-2,6	3,2
Ásia	5,4	-1,1	8,3
China	6,0	2,3	8,1
Europa de Leste	2,2	-2,8	4,0
Médio Oriente	1,4	-3,2	3,0
América Latina	0,2	-7,4	4,1
Brasil	1,4	-4,5	3,6

Fonte: FMI (janeiro de 2021)

Em resultado da dinâmica no segundo semestre do ano, a contração da atividade, em 2020, foi menos pronunciada do que o estimado na fase inicial da pandemia, embora com diferenças regionais e setoriais de relevo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), na atualização de janeiro de 2021 do "World Economic Outlook", reviu em alta as projeções económicas, estimando uma recessão menos profunda, em 2020, e uma recuperação mais sustentada, em 2021. Em 2020, a economia mundial terá contraído 3,5%, de acordo com o FMI, para recuperar em 2021, com um crescimento de 5,5%.

Mas existiram claras diferenças regionais. A contração da atividade, em 2020, foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas, fruto de (i) os efeitos da pandemia se terem iniciado mais cedo, depois do contágio a partir de Wuhan, na China, (ii) imposição de um confinamento mais generalizado; e (iii) a segunda vaga se ter sentido mais marcadamente, no terço final do ano.

Contudo, mesmo nos grandes grupos, as diferenças regionais, mas também nacionais, são significativas, com a retração da atividade a oscilar entre os 7% na zona euro e os 3% nos EUA, refletindo a profundidade e duração dos confinamentos, bem como a integração das cadeias produtivas e também o peso do turismo na economia.

Nas economias emergentes, os impactos foram diferenciados, em função também da expansão da pandemia.

Na **China**, onde a pandemia se terá iniciado, a atividade registou uma evolução melhor do que o antecipado, fruto do reportado controlo da pandemia a nível nacional. A atividade terá crescido cerca de 2%, com uma recuperação mais sustentada no segundo semestre do ano, cujos efeitos se deverão sentir de forma mais marcada em 2021.

Os **EUA** registaram uma contração da atividade de 3,4%, mais pronunciada do que a registada quando da Grande Crise Financeira (2008). Contudo, um menor grau de confinamento, em especial durante a segunda vaga, e as medidas de estímulo orçamental implementadas, contribuíram para uma menor retração da atividade, quando comparada com outras economias desenvolvidas.

O emprego, que registou uma forte destruição no início da pandemia, ainda não recuperou totalmente, o que potenciou uma pronta resposta da Reserva Federal dos EUA, com a descida da taxa dos *Fed Funds* para 0%, bem como com a implementação de programas de concessão de liquidez e crédito, e a aquisição de ativos financeiros.

A **Europa** foi bastante mais fustigada pela pandemia, ampliada pelas interligações entre as várias economias.

Na **zona euro**, o crescimento contraiu de forma bastante pronunciada, com o PIB a cair 7,2%, dinâmica especialmente concentrada no segundo trimestre, quando um confinamento

generalizado foi imposto. Apesar da mais forte recuperação no terceiro trimestre, a segunda vaga no final do ano atrasou essa dinâmica, sendo que, no conjunto do ano, persistiram claras diferenças entre os países. A contração do PIB oscilou entre 5% na Alemanha e 11% em Espanha.

Todos os fatores que tinham marcado a conjuntura em 2019, como a transição energética, protestos contra reformas estruturais, ou questões políticas, ficaram em suspenso, dominados pela pandemia e pela urgência sanitária.

Em 2020, foi finalmente alcançado o acordo entre a UE e o **Reino Unido**, para formalizar a relação futura entre as duas economias, mesmo em cima do término do período de transição. O acordo engloba a ausência de tarifas no comércio de bens, mantém os acordos de sexta-feira Santa relativos à Irlanda do Norte, mas não abarca a possibilidade de prestação de serviços financeiros. Os efeitos sobre os sectores de atividade mais favoráveis ao *Brexit*, como as pescas (onde há um período transitório de acesso às águas britânicas) ou os laticínios, começam a ser sentidos agora, com as regras fitossanitárias a bloquearem as exportações britânicas. O Reino Unido terá registado uma contração do PIB em 10%, fruto da pandemia, bem como do *Brexit*.

	PIB	Inflação
UEM	-6,8	0,3
Alemanha	-5,0	0,4
França	-8,3	0,5
Espanha	-11,0	-0,3
Itália	-8,8	-0,1

Fonte: CE (fevereiro 2021)

Para combater os efeitos da pandemia, e contribuir para uma mais rápida recuperação, já em julho foi aprovado o acordo que estabelece o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com um envelope financeiro de 750 mil milhões de euros, dos quais 390 mil milhões de subvenções aos Estados (abaixo da proposta inicial de 500 mil milhões de euros). Adicionalmente, foi também aprovado o Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2021-27, que ascende a 1.074 mil milhões.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, Portugal deverá receber uma verba de 15 mil milhões de euros em subsídios a fundo perdido, e a possibilidade de aceder a mais 15 mil milhões de euros em empréstimos. Conjuntamente com o término do Portugal 2020 e o novo quadro plurianual, Portugal deverá receber quase 58 mil milhões de euros em fundos comunitários para utilizar ao longo da próxima década.

O Banco Central Europeu reforçou a sua orientação de prossecução de uma política monetária de apoio à recuperação económica, baseada na manutenção de taxas de juro negativas e programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, de modo a promover condições de base propícias à recuperação e crescimento económico.

Para isso, foram criados novos mecanismos de política monetária, os *PELTROs* – *Pandemic Emergency Longer-term Refinancing Operations* – que tiveram início em maio de 2020 e se prolongarão até julho/setembro de 2021, a uma taxa de refinanciamento fixa e 25pb abaixo da taxa refi.

Adicionalmente, as condições de refinanciamento dos TLTRO III foram revistas, com as taxas de refinanciamento a serem reduzidas em 100pb face ao valor médio da taxa refi, para as operações realizadas entre junho de 2020 e junho de 2021. Em junho, o montante total do *PEPP* – *Pandemic Emergency Purchase Programme* foi ampliado em 600 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros, o que contribuiu para uma estabilização do risco na zona euro.

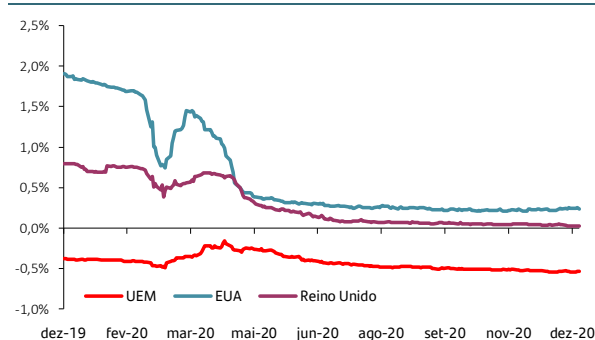
E já em dezembro, fruto da segunda vaga pandémica na Europa, o BCE alterou de novo as condições do TLTRO III e do PEPP. Este último foi ampliado em mais 500 mil milhões de euros, para 1.850 mil milhões de euros, devendo prolongar-se até final de março de 2022. O TLTRO III terá três novas operações, entre junho e dezembro de 2021, enquanto as bonificações foram estendidas por 12 meses, até junho de 2022. Também o montante que os bancos podem tomar, no quadro destas operações, foi ampliado para 55% da referência (+5pp).

O BCE prolongou ainda, até junho de 2022, as medidas adotadas em abril, relativas ao colateral utilizável nas operações de refinanciamento, no qual se inclui a utilização de *pools* de crédito (o que já ocorria em Portugal).

Nas **economias emergentes**, a pandemia produziu também importantes efeitos económicos, embora menos adversos do que nas economias avançadas, em parte devido às medidas de confinamento impostas, por contrapartida de um efeito sanitário mais pronunciado, na primeira vaga (que assolou o hemisfério sul durante o seu inverno).

A **América Latina** foi particularmente afetada (o PIB terá contraído 7,4%), em especial o México, com uma recessão de 8,5%. O Brasil não ficou imune, e o PIB contraiu 4,5%. O delicado equilíbrio entre saúde e economia acabou por pender a favor da última.

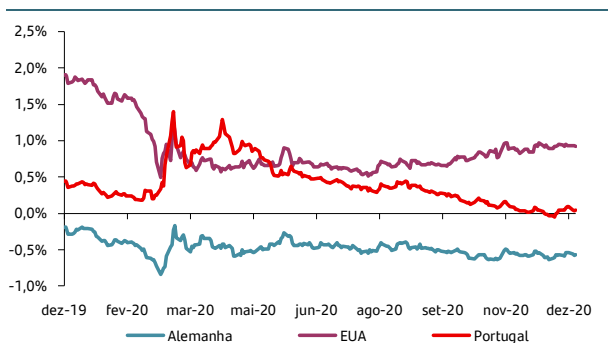
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As políticas económicas assumiram um pendor expansionista. Nas economias desenvolvidas, isso implicou que os bancos centrais, como mencionado, reforçassem os seus programas de aquisição de ativos e de cedência de liquidez, contribuindo para uma nova descida das taxas de juro ao longo de toda a curva de rendimentos.

Taxas de Juro 10 Anos



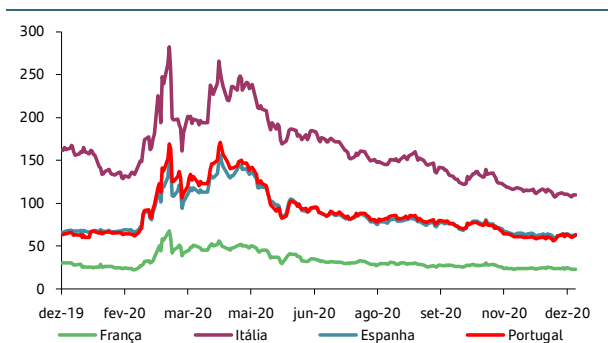
Fonte: Bloomberg

As **taxas de juro de curto prazo** desceram, de forma generalizada, apesar de, num primeiro momento da pandemia, terem subido, fruto de uma maior perceção de risco, mas prontamente eliminada pela intervenção dos bancos centrais. Nos EUA e no Reino Unido, as taxas de juro a 3 meses aproximaram-se de zero, enquanto na zona euro convergiram para níveis abaixo da taxa de depósito.

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, a evolução anual caracterizou-se por uma descida, de forma generalizada, apesar de algumas diferenças intra-anuais.

Nos mercados *core*, como os EUA e a Alemanha, a reação à pandemia e às medidas dos bancos centrais materializou-se numa descida das *yields*. Já nos mercados periféricos, num primeiro momento da pandemia, as taxas de juro subiram, seja porque a situação sanitária foi muito adversa, em Itália e Espanha, por exemplo, seja porque a perceção de risco, em especial em termos de impactos económicos e orçamentais, foi mais negativa.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



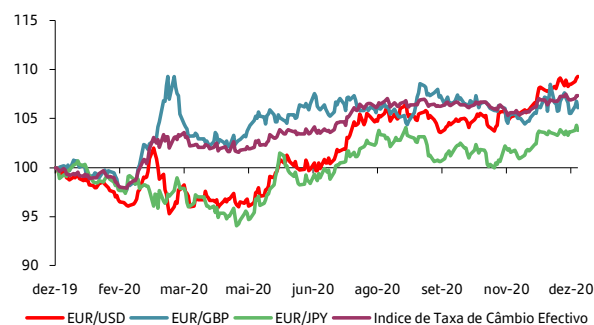
Fonte: Bloomberg

Por esta razão, os *spreads* de crédito, na zona euro, aumentaram em março e permaneceram elevados até maio, de forma generalizada. A intervenção do BCE, com o PEPP, permitiu uma progressiva normalização dos *spreads*, mas que só no final do ano retomaram os níveis pré-pandemia, antes de assumirem níveis ligeiramente abaixo.

Em Portugal, o *spread* a 10 anos face à Alemanha chegou a atingir 150p.b., entre março e abril, descendo posteriormente, de forma faseada para, como mencionado, desceram abaixo dos níveis pré-pandemia, no final do ano. A mesma dinâmica foi observada em Espanha, assim como em Itália, que no pico chegou a ultrapassar os 250p.b. de *spread* face à Alemanha.

No **mercado cambial**, o euro caracterizou-se por uma tendência de apreciação face às principais divisas. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,21 dólares, uma apreciação de cerca de 9%.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2019 = 100)



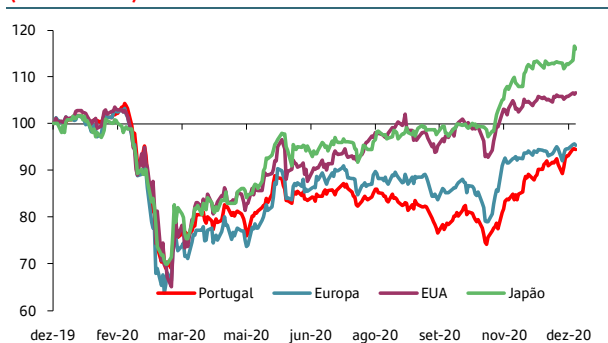
Fonte: BCE

Os **mercados acionistas** reagiram negativamente à pandemia, com uma desvalorização significativa em março (cerca de 30%), posteriormente revertida, fruto da recuperação da atividade, por um lado, e das expectativas quanto à vacinação, por outro, à medida que ia sendo anunciado o desenvolvimento de várias vacinas contra a COVID-19.

O mercado norte-americano, no final do ano, recuperou máximos absolutos, beneficiando também de um efeito eleitoral, após a eleição de Joe Biden para a presidência.

Na Europa, a recuperação não impediu uma desvalorização de cerca de 5%, com os mercados a serem penalizados pelo maior peso relativo do setor bancário, que foi especialmente afetado. A dinâmica em Portugal foi muito similar.

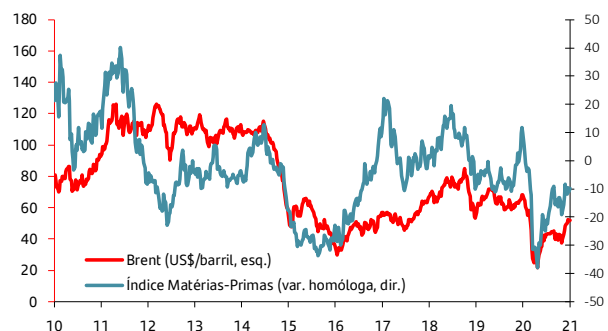
Mercados Acionistas (Dez-19 = 100)



Fonte: Bloomberg

A volatilidade e incerteza transmitiram-se aos mercados de matérias-primas, com a contração da atividade a resultar numa redução pronunciada da procura. O **petróleo** registou uma pronunciada depreciação, tendo o Brent tocado em mínimos em redor de 20 dólares/barril, para fechar o ano em 51 dólares, ainda assim uma redução homóloga de 24%. O crude de referência nos EUA (o WTI) chegou a cotar em terreno negativo, reflexo dessa fraca procura (num movimento técnico). O **ouro** manteve o seu papel de refúgio, com uma valorização de 27% durante o ano de 2020, para 1.878 dólares por onça.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2020, sofreu também os efeitos da pandemia. O PIB registou uma contração de 7,6%, a maior registada pelo menos desde 1975, e fruto sobretudo da quebra da atividade observada nos dois primeiros trimestres do ano. Aos efeitos dos contágios locais e necessário confinamento, acresceram os efeitos de uma paragem em simultâneo de toda a Europa (para não dizer mundo), que foi especialmente sentida no setor do turismo.

Dados Macroeconómicos

	2019	2020	2021 P
PIB	2,5	-7,6	1,9
Consumo Privado	2,6	-5,9	2,6
Consumo Público	0,7	0,5	2,8
Investimento	5,4	-4,9	-4,9
Exportações	3,9	-18,6	7,8
Importações	4,7	-12,0	5,9
Inflação média	0,3	0,0	0,3
Desemprego	6,5	6,8	9,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	0,1	-5,6	-7,8
Dívida pública (% do PIB)	117,2	133,7	136,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,2	0,1	0,7

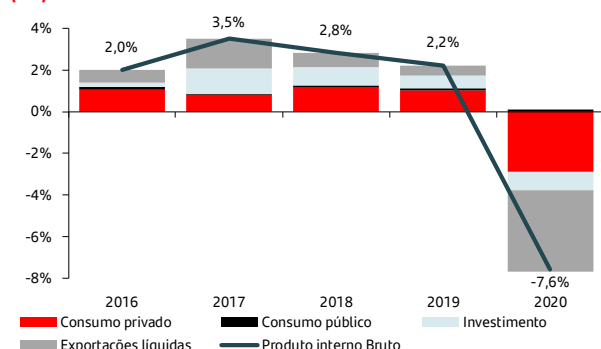
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Em março, e na sequência do agravamento dos contágios da doença COVID-19, foi imposto o Estado de Emergência, que vigorou entre 18 de março e 2 de maio, com um confinamento geral da população e o encerramento das atividades não essenciais. No primeiro trimestre, a atividade contraiu 4,0% em cadeia, seguida de uma contração de 13,9% no segundo trimestre.

Neste trimestre, que foi o mais negativo, o indicador de atividade caiu fortemente, tendo em abril atingido o valor mínimo da série histórica. No mesmo sentido, o clima económico também registou o valor mais baixo de sempre. O volume de negócios nos serviços e indústria diminuiu cerca de 25% em maio, a queda homóloga mais intensa de sempre. No setor da construção, registaram-se contrações homólogas progressivamente mais intensas entre abril e maio.

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



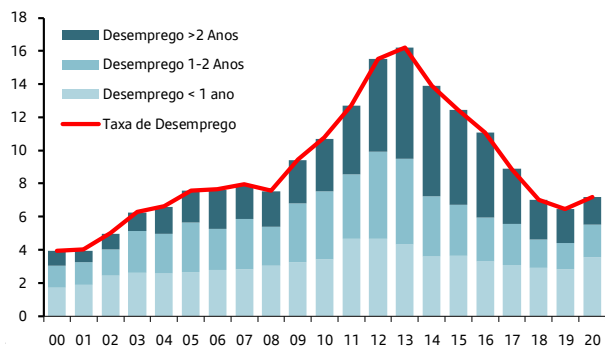
Fonte: INE

O **consumo privado** foi particularmente afetado, com uma contração de 5,9% em 2020. Esta esteve concentrada na aquisição de bens duradouros (as vendas de automóveis caíram 35%, em 2020, para o volume mais baixo desde 2014) e na despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. Se, por um lado, isso reflete um aumento da poupança por motivos de precaução (a taxa de poupança aumentou para 10,8% no terceiro trimestre), por outro reflete também a impossibilidade de realizar certos tipos de despesa, com o encerramento de restaurantes e hotéis, e outras atividades lúdicas.

A maior precaução pelas famílias decorre também dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho. Em 2020, o desemprego aumentou em 0,3p.p. para 6,8%, mas muito influenciado pelo confinamento, pois no segundo trimestre a taxa de desemprego caiu para 5,8%, com uma passagem do emprego direta para a inatividade, por impossibilidade de procura de emprego.

O emprego foi também positivamente apoiado pelas medidas implementadas pelo Governo, com destaque para o regime de *layoff* simplificado, disponível para as empresas mais afetadas pela pandemia e/ou com encerramento obrigatório. No pico, abrangeu mais de 115 mil empresas e 950 mil trabalhadores, com a Segurança Social a suportar um terço do salário dos trabalhadores.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

O **investimento** também registou uma contração, em especial ao nível do investimento produtivo, em máquinas, equipamentos e material de transporte (este com uma contração de 27%). O setor da construção foi um dos poucos que manteve a laboração em pleno, continuando a registar um crescimento face a 2019. O mercado de habitação permanece dinâmico, apenas com uma desaceleração dos preços, enquanto a procura se manteve sustentada.

A quebra do turismo refletiu-se num direcionamento de habitações que estavam em alojamento local para o mercado de arrendamento, com uma pressão em baixa dos preços.

As **exportações** de bens e serviços contraíram de forma pronunciada, com uma redução de 18,6%. Este efeito foi mais visível ao nível dos serviços, com a atividade de turismo a registar uma redução superior a 60%, fruto da pandemia e

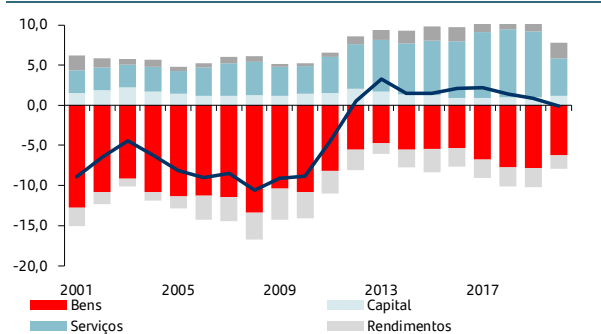
encerramento de corredores aéreos. Em 2020, as dormidas de não residentes reduziram-se em 75%, anulando a recuperação dos últimos anos. A reabertura estará dependente do progresso da vacinação, em especial na Europa.

As **importações** também contraíram, refletindo a quebra da procura interna, seja consumo, seja investimento. No entanto, a redução foi menos acentuada do que a das exportações, o que reflete também o peso do turismo.

A balança corrente e de capital registou uma redução do seu excedente, em grande medida devido à redução do excedente de serviços.

Balança Corrente e de Capital

(% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

No início da pandemia, foram definidas várias medidas de apoio à economia, além do *layoff* simplificado. O Governo anunciou i) o diferimento temporário de obrigações fiscais e contributivas, para as empresas; ii) a criação de linhas de crédito para empresas, com garantia do Estado, até ao limite máximo de 13 mil milhões de euros; e iii) moratórias, de capital e/ou juros, para créditos a particulares e empresas, que tenham sido afetados pela pandemia. As moratórias têm sido estendidas, presentemente com término entre setembro e dezembro de 2021.

As linhas de crédito e as moratórias contribuíram para um crescimento da carteira de crédito, em 2020, assim invertendo a tendência dos últimos anos. No entanto, os níveis de endividamento permanecem abaixo dos máximos de 2012. A setembro de 2020, o endividamento das empresas situava-se em 129% do PIB e o das famílias em 69%.

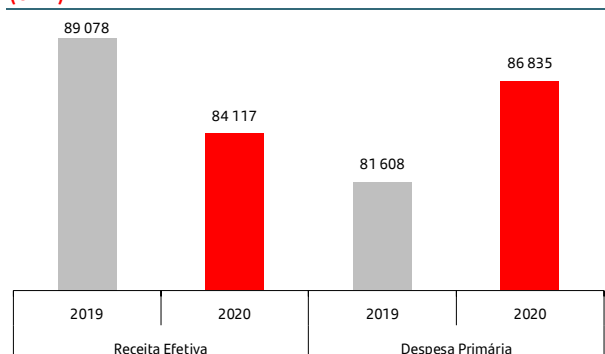
A dívida pública também reverteu a tendência dos últimos anos, subindo para 134% do PIB, refletindo o regresso do saldo orçamental a uma situação de défice, em 5,6% do PIB.

Esta evolução reflete o funcionamento dos estabilizadores automáticos e as medidas discricionárias de apoio à economia (como o *layoff* simplificado e o apoio à retoma da atividade, por exemplo), e ainda os encargos com o sistema de saúde, decorrentes da urgência sanitária.

A informação, na ótica de caixa, revela os impactos da pandemia. A receita caiu 5,6%, enquanto a despesa corrente primária aumentou 6,4%.

Receita Efetiva e Despesa Primária

(€ mn)



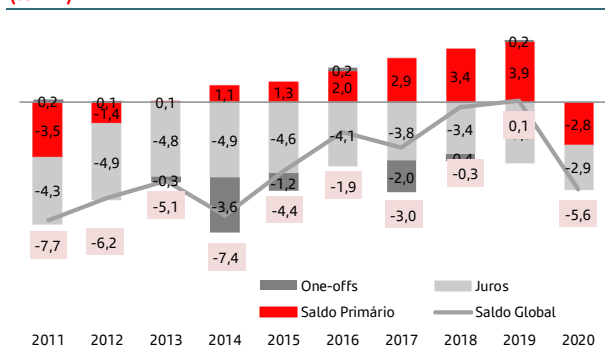
Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa3 (positivo), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB –high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior.

A *yield* dos 10 anos, a 15 de fevereiro de 2021, situava-se em 0,15%, correspondendo a um diferencial de 53p.b. face à Alemanha.

Saldo Orçamental

(% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve o regular acesso aos mercados, num quadro de maiores necessidades de financiamento, fruto da pandemia. O financiamento esteve concentrado em Obrigações do Tesouro, beneficiando da intervenção do BCE, com os seus programas de aquisição de ativos financeiros.

Os produtos de retalho registaram um crescimento, mas moderado, com um aumento líquido de 200 milhões em certificados de aforro e de 500 milhões em certificados do tesouro, o que revela a capacidade do Tesouro em reter os certificados que venceram ao longo do ano.

As famílias, no quadro de aumento da poupança em 2020, além das aplicações em produtos de aforro do Estado também reforçaram os depósitos bancários, em 11,6 mil milhões de euros, para 161 mil milhões.

Também as empresas reforçaram os depósitos, em 7,8 mil milhões de euros. O crédito cresceu também, em 7 mil milhões, em grande medida devido às linhas com garantia do Estado, criadas no quadro das medidas de apoio à economia.

O setor bancário português enfrenta os efeitos da pandemia com uma situação mais sólida. A setembro de 2020, o rácio de NPLs situava-se em 5,3% e o rácio de capital CET1 em 14,9%

Nota: texto escrito com a informação disponível até 15 de fevereiro de 2021.

Principais riscos e incertezas para 2021

Os principais riscos e incertezas para a atividade do Banco Santander Totta continuam a estar muito associados à evolução da pandemia decorrente da doença COVID-19 provocada pelo vírus SARS-COV-2.

No final de fevereiro de 2021, Portugal está ainda em situação de Estado de Emergência, com um dever geral de recolhimento obrigatório e o encerramento de muitas atividades, enquanto medidas de controlo da pandemia. Apesar do início do processo de vacinação, este avança lentamente, e o vírus está a sofrer mutações, que em alguns casos podem ser mais transmissíveis ou revelar maior resistência à vacinação.

Significa isto que o processo de reabertura será gradual, e estará dependente da evolução da pandemia e da pressão que coloque sobre o sistema de saúde. Por este motivo, a incerteza é ainda elevada, com implicações sobre a atividade do Banco.

O confinamento geral, em vigor desde 15 de janeiro, terá implicações sobre a atividade económica em geral, devido ao encerramento das atividades não essenciais. No final de fevereiro, ainda não existe um calendário de reabertura, pelo que o primeiro trimestre do ano se deverá caracterizar por uma contração da atividade, em cadeia e em termos homólogos, e a recuperação se poderá efetuar de forma gradual. Assim, deverá manter-se uma postura de cautela, por parte das famílias e empresas, materializados em crescimentos moderados do crédito, por um lado, e por um aumento dos depósitos, por maior poupança.

Por outro lado, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o plano europeu de apoio ao combate aos efeitos da pandemia e à recuperação, apenas devesse começar a produzir os primeiros efeitos no segundo semestre do corrente ano.

Por estes motivos, o crescimento económico em Portugal, em 2021, poderá revelar-se mais moderado do que o antecipado em dezembro de 2020, por exemplo, e que estava patente nas projeções de entidades oficiais então divulgadas, com a recuperação mais forte a ocorrer em 2022 e anos seguintes.

Como mencionado, em 2021, o crescimento dos volumes de crédito poderá revelar-se moderado, até porque em 2020 houve um impacto de relevo associado às moratórias, bem como às linhas de crédito com garantia do Estado. Ao nível dos depósitos, poderão continuar a crescer, associado ao contexto de incerteza e de poupança, por motivos precaucionários.

Um fator de risco adicional decorre do término de algumas medidas de apoio adotadas em 2020, com destaque para as moratórias (que terminam no segundo semestre do ano), bem como o período de carência das linhas com garantia do Estado. Estando a economia apenas a iniciar, espera-se, uma recuperação mais sustentada, é necessária especial vigilância, em particular em termos dos setores mais afetados pela pandemia, para adotar as medidas necessárias para evitar um agravamento do risco de crédito.

O contexto de incerteza continuará a condicionar a intervenção dos bancos centrais, que se revelam disponíveis caso haja uma deterioração das condições económicas. Contudo, há riscos de que a recuperação seja diferenciada entre países, tal como o foi o impacto da terceira vaga da pandemia, pelo que em caso de choques idiossincráticos a resposta poderá ter que ser dada pelos governos nacionais, que estão sob diferentes restrições orçamentais.

ÁREAS DE NEGÓCIO

Particulares e Negócios Empresas e Institucionais

O ano de 2020 foi um ano de adaptação e de resiliência, muito desafiante para todos e, em especial, para as áreas comerciais, que permaneceram na linha da frente na relação com os clientes. Esta relação, naturalmente, sofreu alterações fruto da pandemia. Apesar de todos os constrangimentos, os balcões mantiveram sempre as portas abertas ao público, mesmo nos períodos de confinamento. Em paralelo, foram desenvolvidas novas formas de trabalhar, mais digitais e mais remotas.

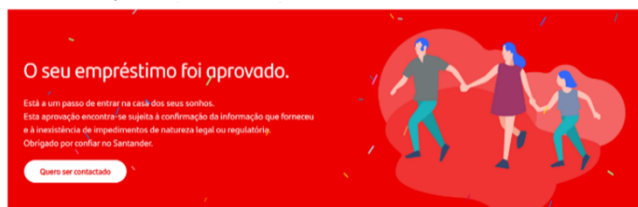
A atividade de Particulares e de Pequenos Negócios foi assegurada sobretudo por uma rede de mais de 400 balcões espalhados por todo o País. Com o aumento da digitalização dos clientes ganhou expressão o atendimento remoto através do Santander Próximo, um Balcão 100% digital com gestores especializados.



O Banco mantém o seu propósito de apoiar o desenvolvimento das famílias e empresas e a ambição de ser o melhor Banco para os colaboradores, clientes e sociedade.

A estratégia na área de **Particulares** passou sobretudo por reforçar a liderança no crédito à habitação, através da plataforma **Open House**, e pela dinamização comercial nas áreas de **Proteção** (seguros), **Poupança** e **Pagamentos**.

Apesar do contexto de pandemia, a produção acumulada de crédito à habitação cresceu 31% em relação a 2019, um crescimento superior ao do mercado, tendo assim o Banco aumentado a sua quota de mercado de 20% para 24%. A produção de crédito pessoal, por seu lado, ascendeu a 378 milhões de euros (menos 28% do que o ano 2019), sendo de destacar a solução *online* CrediSimples, que representou 40% do crédito pessoal concedido.



Na área de **Proteção** (seguros), o Santander em Portugal tem vindo a desenvolver soluções globais em todos os ramos (saúde, vida, automóvel, lar, entre outros), através da Aegon Santander e de parcerias com outras seguradoras. Num contexto de pandemia, foram tomadas medidas excecionais que passaram por oferecer serviços médicos *online* gratuitos a todos os clientes do Banco, através da App SafeCare Saúde e por eliminar a exclusão de pandemia nos seguros de saúde, vida e proteção ordenado. Ainda neste âmbito, foi lançada uma

campanha de oferta comercial com condições preferenciais (oferta de 3 mensalidades na 1ª anuidade) durante os segundo e terceiro trimestres.

Houve também um reforço do modelo de parcerias para o aumento da oferta. Assim, foi lançado o primeiro produto da JV Mapfre Santander (Seguro Proteção Empresas Multirrisco) e criada uma parceria com a Aon para serviço personalizado a empresas de elevada dimensão.

Finalmente, destacou-se a evolução na transformação digital dos seguros de proteção com um aumento na disponibilização da oferta para clientes particulares nos canais digitais, nomeadamente através do lançamento dos seguros proteção lar e SafeCare Saúde Viva Mais, no NetBanco Particulares.

Na vertente da **Poupança**, o ano 2020 foi um ano em que, pelas suas características, a poupança das famílias e empresas cresceu de forma significativa (mais de 3 mil milhões de euros). Apesar da instabilidade dos mercados, no início da pandemia, destaca-se a diversificação de investimentos fora de balanço, principalmente em fundos de investimento e poupança reforma.

A área de **Pagamentos** esteve focada em posicionar o Santander como o Banco dos pagamentos digitais, através do lançamento de soluções que permitem aos clientes pagar as suas compras com qualquer dispositivo móvel em todo o mundo, de uma forma simples, rápida e segura. As inovações começaram com o lançamento da Santander *Wallet* na App do Santander que, além de permitir enviar e receber dinheiro através de um número de telemóvel, possibilita pagar na loja por via da tecnologia NFC (*near field communication*) ou por captura de um QR Code.

Adicionalmente, disponibilizou-se aos clientes Santander a possibilidade de digitalizar os seus cartões nas *wallets* de pagamento da Apple, Garmin, Fitbit e de Comércio *Online*. Estas inovações têm por base a tecnologia de tokenização e permitem incrementar o nível de segurança de uma transação. O número de cartões Santander digitalizados nestas plataformas eletrónicas já ascende a mais de 950.000.

Tendo em vista a melhoria da experiência do cliente e com o objetivo de não ter que esperar que o seu cartão de plástico chegue a casa para poder começar a utilizá-lo, o Banco passou a disponibilizar um cartão digital de forma imediata que permite ao cliente visualizar os dados do cartão e pagar através da App Santander.



O Banco prosseguiu a sua estratégia de desenvolvimento das transferências imediatas, complementando a oferta simples e flexível baseada em pacotes, através da ligação ao *Target Instant Payment Settlement* (TIPS) que permitiu passar a fazer transferências imediatas para bancos de países do espaço SEPA que também sejam aderentes.

Também houve uma preocupação e foco ao nível dos terminais de pagamento automático (TPAs), tendo em conta os desafios da pandemia e o crescimento do negócio *online*. Sendo assim, promoveu-se a divulgação da *Gateway Online* para aceitar cartões, pagamentos de serviços e MBway e dinamizou-se uma solução mais simples e rápida de instalar nos comerciantes chamada “vTerminal”, o que, conjuntamente com a comercialização através dos canais digitais e uma oferta muito competitiva, se traduziu num aumento da quota de mercado para 20%.

Por último, no âmbito da PSD2 e das oportunidades geradas pelo *Open Banking*, o Banco esteve focado em garantir as imposições regulatórias e, além disso, permitiu que os clientes utilizem os canais do Santander como agregadores de informação de outros bancos. Ou seja, passou a ser possível ver o extrato de conta ou iniciar pagamentos de contas de outros bancos diretamente dos canais do Santander.

A área de **Daily Banking** tem como responsabilidade a gestão da oferta de todos os serviços que o Banco presta aos clientes e cuja prioridade fundamental é disponibilizar uma experiência de pagamento simples, segura e acessível em qualquer canal, promovendo a simplificação do portefólio de contas e cartões para tornar a sua oferta mais simples e mais competitiva.

O desenvolvimento dos canais digitais foi das principais prioridades em 2020, em que se destaca a abertura de conta digital com chave móvel digital e, para os Universitários, por videoconferência.

Ainda no âmbito da transformação digital, foi criado o conceito e a área da **Digilosofia**, cuja missão é disseminar uma forte cultura digital no dia-a-dia da Banco, das Pessoas e das Empresas. Todas as iniciativas levadas a cabo no âmbito da transformação digital foram cruciais para atingir mais de 930 mil clientes digitais e uma taxa de penetração digital global (sobre clientes ativos) de 55%. Esta percentagem reflete uma taxa de crescimento de clientes digitais de cerca de 20% face ao ano anterior. O número de utilizadores da *App* Santander atingiu os 604 mil utilizadores (mais 20% do que no final de 2019).



De salientar, também, a evolução positiva do número de clientes do Mundo 123 Particulares (clientes com conta, cartão e seguro de proteção), que superou os 300 mil clientes. Mais de

80% destes clientes tem o Santander como seu 1º Banco. Em 2020, o Banco devolveu benefícios, na forma de *cashback* na conta cartão, a 77% destes clientes num valor total de 15 milhões de euros.

Num contexto caracterizado por grandes incertezas e fortes constrangimentos à economia, com forte impacto na atividade dos empresários e negócios de menor dimensão, o Banco, além de se manter firme no seu objetivo de reforçar a sua presença no segmento de **Negócios**, tem estado na linha da frente no apoio às empresas portuguesas. Para isso, além de disponibilizar um leque variado de soluções inovadoras, aderiu desde a primeira hora às iniciativas promovidas pelo Governo (moratórias e linhas de crédito com garantia do Estado) para fazer face às dificuldades financeiras de curto prazo das empresas decorrentes do forte abrandamento da sua atividade provocado pela pandemia COVID-19.

Em paralelo e de forma a dar maior autonomia ao seus clientes na utilização de determinados produtos e serviços bancários para a gestão do seu dia-a-dia, seja através da concessão de crédito *online* – *CrediSimples Negócios* –, seja privilegiando a utilização de meios de pagamentos digitais, o Banco tem vindo a reforçar e aprofundar a sua abordagem omnicanal, complementando o serviço prestado pela rede física com um forte investimento em canais digitais, contribuindo assim para aumentar o grau de satisfação dos clientes e reforçar a sua fidelização ao Banco Santander.

Fruto deste posicionamento de proximidade e de apoio aos clientes por parte do Banco, a carteira de crédito do segmento de **Negócios** registou, em 2020, um crescimento de 18,4%.

Na área de **Empresas e Institucionais**, o Banco Santander em Portugal mantém um forte compromisso com o tecido empresarial português, colocando à disposição dos seus clientes uma vasta oferta financeira e não financeira, bem como uma rede comercial composta por profissionais experientes, sempre disponíveis para encontrar as soluções que melhor se adequem às necessidades dos clientes. Em complemento, a disponibilização de novos produtos e serviços nos canais digitais por parte do Santander, além de reforçar a base de clientes digitais, tem vindo a traduzir-se num número crescente de clientes mais satisfeitos e, conseqüentemente, mais fidelizados.

Na vertente do crédito e como resposta ao profundo impacto da pandemia na economia e nas empresas, o Santander em Portugal, em articulação com o Estado e as entidades públicas competentes, esteve na linha da frente no apoio às Empresas e Instituições, otimizando processos e melhorando procedimentos internos com vista a colocar rapidamente as linhas de crédito protocoladas à disposição dos seus clientes, contribuindo assim para libertar liquidez de forma rápida e em tempo oportuno para as empresas poderem fazer face aos seus compromissos imediatos, em especial com os seus colaboradores e fornecedores.

Na vertente da oferta de produtos de crédito para empresas, destaca-se o reforço do leque de soluções da oferta Agro Santander com o lançamento do Santander Financiamento com

Garantia – Linha FEI AGRI, uma solução de financiamento ao investimento com Garantia do Fundo Europeu de Investimento (FEI) destinada aos setores agrícola e agroindustrial, e a Tesouraria Agrofácil, uma solução de financiamento de curto prazo.

No que respeita à **Banca Institucional**, o Santander em Portugal mantém o seu compromisso com os clientes deste segmento, tanto ao nível das entidades públicas, com uma forte presença junto das Regiões Autónomas e dos Municípios, como na vertente das entidades privadas, com especial enfoque nas instituições religiosas e nas instituições da economia social, entidades que têm tido um papel fundamental no apoio às famílias com menores recursos durante este período da pandemia. Também nesta área, o Banco tem tido um papel bastante ativo na divulgação e colocação da linha de apoio ao setor social COVID-19, protocolada entre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), a SPGM, as SGM (Garval, Lisgarante e Norgarante) e o Santander, e com uma dotação global de 165 milhões de euros. Em 2020, o volume de negócio no segmento de clientes Institucionais cresceu 2,6%, com especial destaque para os recursos, com um incremento de 10,8%.

Wealth Management and Insurance

A atividade do **Private Banking** do Santander foi especialmente afetada pela pandemia, com um impacto inicial de desvalorizações e resgates de ativos de risco com muito significado. Por outro lado, a firmeza e a dimensão das políticas concertadas, seguidas pelos principais bancos centrais, trouxe aos mercados o sentimento que os instrumentos necessários à recuperação das economias estariam disponíveis. Assim, depois de quedas iniciais acentuadas, os mercados encetaram uma trajetória de recuperação sustentada (embora volátil), que se manteve até final do ano. Apesar de um ano difícil e atípico, a maioria dos indicadores de negócio tiveram um desempenho positivo, nomeadamente o volume de património gerido, inclusivamente nas rubricas de fundos e seguros, e crescimento do número de clientes.

Mantiveram-se todas as iniciativas de melhoria da eficácia comercial em curso, libertando mais tempo para a atividade de aconselhamento e acompanhamento dos clientes do **Private Banking**, e assim melhorar o serviço de excelência que caracteriza o segmento. Como reconhecimento da excelência de serviço e atenção ao cliente, o **Private Banking** do Santander em Portugal foi, pelo 10.º ano consecutivo, distinguido como o melhor **Private Banking** a operar em Portugal, de acordo com a revista Euromoney, e igual distinção pelo 6.º ano consecutivo, pela revista Global Finance.

O ano de 2020 foi bastante atípico na componente de investimento. Ao longo do ano, o **Santander Asset Management (SAM)** procurou gerir os seus fundos de investimento mobiliários (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de maximizar o retorno dos seus participantes. O ano terminou com cerca de 144 milhões de subscrições líquidas e com cerca de 2.558 milhões de euros de ativos sob gestão, representativos de uma quota de mercado de 17,5%, face a

17,9% registada no período homólogo. O Banco continuou a fomentar uma atitude de serviço, com um plano intensivo de iniciativas com vista à melhoria de experiência do cliente.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, estes totalizavam cerca de 329 milhões de euros em ativos sob gestão, no final de 2020.

Em seguros financeiros manteve-se o foco na gestão ativa dos “Seguros Financeiros Abertos”, que encerraram o ano com 642 milhões de ativos sob gestão, e do elevado número de vencimentos ocorridos ao longo de 2020 e que ascenderam a 321 milhões. As soluções de reforma continuaram a registar um foco muito importante na atividade comercial, aumentando 96 milhões de euros em formato fundo (FPR's) e 47 milhões de euros em formato seguro (PPR's) em 2020.

Corporate and Investment Banking

Na área de **Corporate & Investment Banking**, perante um cenário adverso provocado pela pandemia, foi necessário reforçar a proximidade e o compromisso com os clientes. A carteira de crédito registou um crescimento de 8,7% em relação ao valor registado em 2019 e as receitas assinalaram, face ao período homólogo, uma redução de 0,8% fundamentalmente pelo impacto negativo na quebra de atividade económica.

O foco que o Santander tem colocado nos canais digitais, sublinhando a plataforma digital de contratação de câmbios (via NetBanco Empresas) permite assegurar, neste quadro de distanciamento social, uma resposta adequada às necessidades dos utilizadores.

É também de evidenciar o reconhecimento pela Euromoney com a atribuição do prémio “Best Investment Bank Portugal 2020”.

Na área de **Global Debt Financing**, o ano de 2020 ficou marcado pelas seguintes operações relevantes:

- Participação do Santander Totta, como *Bookrunner*, na emissão de um *Green Bond* Híbrido, para a EDP, com uma maturidade de 60 anos e montante de 750 milhões de euros;
- Primeira emissão verde de um *Residential Mortgage Backed Security* em Portugal, neste caso por um montante de 270 milhões de euros para a UCI;
- Financiamento à aquisição, pela Morgan Stanley Infra, da rede de fibra da Altice Portugal, em que o Santander participou como *Mandated Lead Arranger*;
- O financiamento da aquisição de 6 centrais hídricas, com uma capacidade total de 1,7GW), à EDP pela Engie, Mirova e Credit Agricole Assurances;
- O financiamento à aquisição, pela Finerge, de vários parques solares fotovoltaicos adquiridos à Glennmont Partners e à Martifer, em Portugal e Espanha;

- O refinanciamento da Iberwind, terceiro maior grupo de renováveis em Portugal, no seguimento da sua aquisição pela JP Morgan Infra (Ventient).

No período em análise, foram também concluídas diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores, destacando-se variados financiamentos e refinanciamentos no sector imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências de estudantes.

Na área de **Corporate Finance** é de destacar a conclusão com sucesso das seguintes operações de assessoria financeira:

- Assessoria à Cellnex na aquisição da Omtel à Morgan Stanley Infrastructure e Altice;
- Assessoria à Sonae Sierra e APG na venda de 50% da Sierra Prime à Allianz e Elo;
- Assessoria à Glenmont Partners na venda de portefólio fotovoltaico em Portugal à Finerge;
- Assessoria à NOS na venda de portefólio de torres da NOS Towering à Cellnex;
- Assessoria à EDP na venda de 2 CCGTs e do negócio de clientes B2C em Espanha à Total;
- Assessoria à Efanor e atuação como intermediário financeiro na Oferta Pública de Aquisição lançada sobre a Sonae Capital.

Na **Tesouraria**, pese embora o contexto atípico e imprevisível em que decorreu grande parte do ano de 2020, foi mantido um apoio constante e eficaz na resposta a todas as necessidades com que as empresas se depararam, registando-se um aumento significativo na atividade.

A atividade, quer cambial quer de taxa de juro, iniciou o ano com um crescimento homólogo, mas o decreto do estado de emergência, em março, requereu um ajuste do modelo de acompanhamento dos clientes de forma a assegurar a mesma qualidade e excelência de serviço mas com maior proximidade e rapidez de resposta.

O primeiro período de confinamento, e consequente redução da atividade, traduziu-se numa diminuição na formalização de novos financiamentos, bem como na operativa cambial, aqui ampliada pela fortíssima contração no sector do turismo. A posterior reabertura das principais atividades comerciais (com maior dificuldade em alguns sectores de atividade, nomeadamente, na hotelaria e turismo) permitiu uma normalização da operativa de Tesouraria junto dos clientes, tendo-se verificado um crescimento no número de operações cambiais e de operações de crédito com cobertura de risco de taxa de juro, com especial relevância no último trimestre de 2020, com um aumento do número e volume de operações em relação ao trimestre homólogo.

Na área cambial, o ano de 2020 significou uma enorme transformação da oferta de canais de contratação disponíveis, destacando-se o forte aumento no número de operações cambiais à vista (*spot*) que advém no crescimento da atividade originada na plataforma de contratação de câmbios disponibilizada no canal NetBanco Empresas. Esta plataforma, complementada por uma equipa em permanência na sala de mercados, permitiu aos clientes, mesmo a partir das suas casas, o acesso permanente a todos os meios de contratação de operações de câmbio, assegurando uma resposta adequada às suas necessidades.

Na operativa de taxa de juro, o contexto de crescente incerteza levou a que uma percentagem significativa de crédito concedido tivesse sido formalizado com taxa fixa.

A área de **Corporate and Commercial Banking** encerrou o ano com novos máximos de volume e operações contratadas quer na rubrica cambial quer em operações de taxa de juro.

Na área de **Cash Equities**, apesar de toda a instabilidade resultante do contexto de pandemia, das eleições nos Estados Unidos e da conclusão do acordo entre o Reino Unido e a União Europeia relativamente ao Brexit, os volumes negociados nos mercados acionistas, durante o ano 2020, registaram um crescimento expressivo face ao ano anterior. Depois de um terceiro trimestre que parecia sinalizar um regresso à "normalidade", o quarto trimestre do ano voltou a registar volumes semelhantes aos do segundo trimestre. O negócio do Santander continuou a revelar um comportamento melhor que o mercado, evidenciado pela subida da sua quota de mercado. De acordo com os dados divulgados pela CMVM, o volume de ordens sobre ações recebidas por IFs em Portugal registou um crescimento de aproximadamente 70,9% em termos homólogos, totalizando cerca de 18.612 milhões de euros. No mesmo período, o Santander cresceu 124,9%, para 1.313 milhões de euros, o que representa uma quota de mercado de 7,1% (5,4% em 2019).

No negócio *online* (Sitio Internet), o mercado cresceu 59% para os 12.863 milhões de euros, tendo o Santander contribuído com 1.148 milhões de euros, o que representa um aumento de 135% face ao período homólogo de 2019 e uma quota de 8,9% (6,0% no mesmo período do ano anterior)¹.

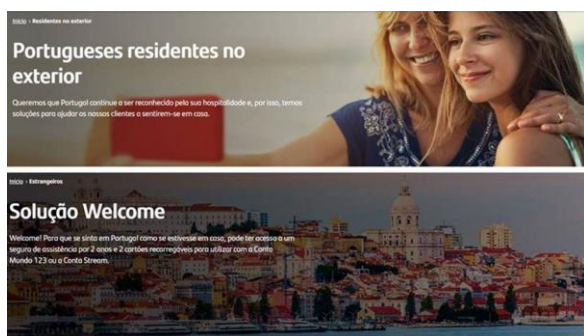
Clientes Estrangeiros e Residentes no Exterior

Com a estabilidade social e política, o clima particularmente atraente e o desenvolvimento progressivo de infraestruturas do País, há cada vez mais estrangeiros interessados em investir em Portugal ou em viver em Portugal permanentemente ou com residência habitual. Por outro lado, é já um fenómeno antigo a existência de comunidades de emigrantes portuguesas residentes no estrangeiro.

Atento a estes dois segmentos, o Banco dispõe de uma equipa cujo principal objetivo é a criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e luso-

¹ Fonte: CMVM, Indicadores mensais de receção de ordens (dezembro 2020)

descendentes residentes no estrangeiro, bem como a promoção e captação de clientes estrangeiros que escolhem Portugal para investir e/ou estabelecer a sua residência.



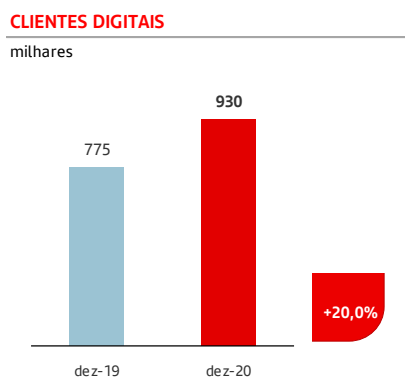
O Banco dispõe de uma rede de escritórios de representação presente em 6 países (África do Sul, Alemanha, França, Reino Unido, Suíça e Venezuela) com proximidade e forte ligação às comunidades portuguesas. No futuro pretende-se inovar através da prestação de todo o tipo de serviços bancários de forma remota para todas as comunidades portuguesas e também para clientes estrangeiros, com ferramentas bilingues disponíveis para qualquer região.

No contexto de pandemia que vivemos tem havido uma grande preocupação no apoio aos clientes residentes no estrangeiro, em particular os que têm maior dificuldade na utilização dos meios digitais. Durante 2020, a campanha “Aqui e Agora” ajudou no esclarecimento e apoio na utilização dos meios digitais na comunidade emigrante em particular no subsegmento mais sénior.

Transformação Digital

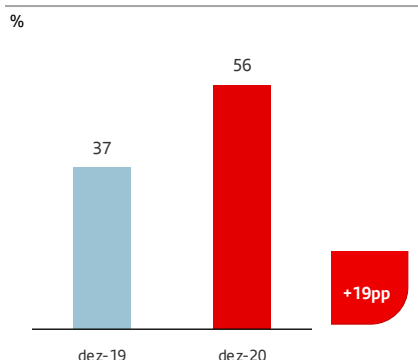
Durante o ano de 2020, potenciado pelo contexto de pandemia, o Banco Santander em Portugal acelerou o seu processo de transformação digital, com o objetivo de estar mais próximo dos seus clientes e simplificar processos através de soluções digitais. Esta estratégia contribuiu para a aceleração da tendência de crescimento do número de clientes digitais.

No final de 2020, o Banco registava 930 mil clientes digitais, um incremento de 20% em relação ao ano anterior (mais 150 mil clientes). Este crescimento foi particularmente potenciado pela utilização das Apps, que tiveram um crescimento de 27% no número de logins.



O crescimento do número de utilizadores potenciou também terminar o ano com 56% de vendas em canais digitais, um aumento de 19p.p. por comparação com o ano anterior.

VENDAS EM CANAIS DIGITAIS



Num contexto em que as restrições à mobilidade dos clientes foram recorrentes, os canais digitais e o *Contact Center* foram preponderantes como complemento à relação estabelecida pelos balcões o que permite aos gestores terem mais tempo para se focarem na gestão do relacionamento com os clientes, assim como, aos clientes poderem contar com um Banco disponível para a maioria das suas valências.

Canais Particulares

O ano foi marcado por um investimento forte na renovação dos canais NetBanco Particulares e App Santander, com uma componente visível para os clientes, que passou pela modernização dos processos e do design, e uma componente estrutural, essencial para garantir uma boa evolução futura dos canais. Estas mudanças tiveram como efeito uma melhoria na qualidade real e na qualidade percebida pelos clientes, e também um alinhamento com as novas regras para a utilização da marca Santander definidas pelo Grupo.

A renovação visual e estrutural aconteceu também ao nível do “site” público do Banco (www.santander.pt), que foi alvo de uma reestruturação completa, passando a ter uma imagem moderna e uma estrutura de informação mais adequada às necessidades dos clientes. Tal como acontece no desenvolvimento das atividades dos canais, a renovação do “site” público teve como base um trabalho significativo de avaliação das necessidades e expectativas dos clientes, com entrevistas, “focus groups” de clientes, entre outras iniciativas.

Em paralelo, o Banco continuou a investir em funcionalidades que visam a disponibilização, através dos canais digitais, de produtos e serviços do Banco, melhorando o acesso dos clientes aos mesmos e evitando a sua deslocação aos balcões, um tema especialmente valorizado nos períodos de confinamento que o País atravessou devido à pandemia.

Como consequência da pandemia, os Bancos tiveram de disponibilizar, num curto período de tempo, soluções de moratórias para os seus clientes. O Banco conseguiu responder de forma eficaz e eficiente, através da disponibilização da adesão, consulta e cancelamento das moratórias no NetBanco. Esta funcionalidade foi determinante para prestar um bom serviço aos clientes, demonstrando verdadeiramente o potencial dos canais digitais como complemento à relação com os clientes estabelecida pelos balcões, permitindo que estes últimos se foquem em tarefas de maior valor acrescentado.

A comunicação com os clientes foi reforçada através da funcionalidade de "live chat". Esta funcionalidade permite solicitar ajuda ou informações através da troca de mensagens com um elemento de apoio ao cliente. Foi também lançado um "chatbot", uma interface que interage com os clientes através de linguagem natural, e que procura interpretar e responder às perguntas mais comuns, encaminhando o cliente para informações sobre produtos e serviços no "site" público. Caso o cliente não pretenda interagir com o "chatbot", ou este não consiga esclarecer as suas dúvidas, há sempre a opção de transição para a funcionalidade de "live chat" para falar com um elemento de apoio ao cliente.

Foram criadas novas funcionalidades relacionadas com o MBWay na App Santander, nomeadamente a possibilidade de receber dinheiro e a possibilidade de aceder ao pagamento por QR Code sem a necessidade de fazer "login" na App. Esta última funcionalidade torna o pagamento em loja ou restaurante muito mais rápido e conveniente, correspondendo melhor às expectativas dos clientes.

Ainda no tema de cartões e pagamentos, passou a ser possível pedir um cartão de débito na App Santander, ficando imediatamente disponível um cartão digital que pode ser utilizado pelo cliente mesmo que não tenha consigo o cartão físico. Passou também a ser possível ativar e inativar a opção de pagamento "contactless" dos cartões, permitindo aos clientes escolher quais os cartões para os quais pretendem ter esta funcionalidade ativa. O Banco passou também a suportar os pagamentos com Apple Pay, Garmin Pay e Fitbit, quer para cartões Visa, quer para cartões Mastercard.

Em termos de contratação de produtos foi aumentada a oferta de seguros no NetBanco, e disponibilizado também neste canal o crédito automóvel, com um fluxo semelhante ao do crédito pessoal (CrediSIMPLES).

Em termos de serviços, as funcionalidades mais relevantes acrescentadas, no ano, foram a possibilidade de fazer transferências imediatas no espaço SEPA, de agregar contas de outros Bancos na App Santander, um mecanismo fácil para os clientes regularizarem pagamentos em atraso ao Banco (prestações de crédito, etc.), e a possibilidade de um não-cliente abrir uma conta no "site" público utilizando a "Chave Móvel Digital". Esta última funcionalidade foi fundamental para a campanha de matrículas dos Universitários, complementada com videoconferência quando necessário.

A renovação da App Particulares, aliada ao novo leque de funcionalidades disponibilizado, refletiu-se numa melhoria substancial da classificação nas lojas Google e Apple, com a App do Santander a terminar o ano com uma classificação de 4,5 em Android e de 4,4 em iOS.

Durante 2020, foi ainda lançada a Boutique Santander, a primeira loja virtual em Portugal que permite adquirir produtos de marcas conceituadas através de crédito *online* imediato.

Canais Empresas

No âmbito das medidas de apoio às empresas foi disponibilizado o pedido de acesso às moratórias no Netbanco Empresas num processo simples e totalmente digital. Ao longo do ano foram feitas as adaptações necessárias as alterações legais que foram sendo apresentadas.

Foi lançada a contratação de terminais de pagamento através do Netbanco Empresas passando a ser a forma preferencial para a contratação deste serviço no banco.

As funcionalidades de consulta de documentos digitais ficaram disponíveis a todos os clientes empresa, mesmo os que ainda não usam os canais digitais reduzindo custos e contribuindo para reduzir a pegada ecológica.

Alargaram-se os destinatários das transferências imediatas para outros países dentro do espaço SEPA através do Netbanco e App Empresas e disponibilizou-se o pedido de referências de pagamentos de serviços através do Netbanco Empresas (Recebe Já) facilitando a receção de pagamentos dos clientes.

Registou-se um aumento de 20% nos utilizadores da App Empresas e o Banco situa-se no top 2 das Apps bancárias para empresas nas App Stores.

A App Empresas passou a alertar por *push* os utilizadores de transferências agendadas falhadas, introduzindo uma forma mais fácil de recolher *feedback* dos utilizadores e disponibilizando os comprovativos das operações mais comuns.

Durante o ano de 2020, também foram simplificados os processos de alteração de contratos de acesso aos canais empresas, aumentando a autonomia dos balcões e utilizadores e reduzindo a dependência do *Contact Center*.

Em 2020, os serviços de atendimento a empresas e a Superlinha (Particulares) foram distinguidos com o 1.º e 2.º prémio de Melhor *Contact Center* da Banca pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*. O centro de atendimento de empresas foi também distinguido com um Troféu Bronze, na categoria *Contact Center* com menos de 50 agentes.

Foram realizados mais de 100 mil contactos a clientes e recebidos cerca de 3 milhões de contactos (+11% YoY), dos quais 66% com recurso a atendimento humano, 17% com atendimento automático (IVR) e os restantes 17% por via de contactos digitais (e-mail, *chat* e redes sociais do Banco). Em junho foi lançado um assistente virtual no Netbanco que contou com mais de 50 mil sessões.

Implementaram-se, também, várias iniciativas focadas na melhoria de Experiência de Cliente, ao nível de processos, formação de assistentes e novos serviços, com destaque para as seguintes iniciativas: Linha de apoio a moratórias, novos menus de IVR, disponibilização do *chat* em todas as páginas do website de Particulares e no website Empresas com horário mais alargado e novas opções de "call back" em caso de tráfego elevado.

ÁREAS DE SUPORTE AO NEGÓCIO

Experiência do cliente

Customer Center

Após um ano de atividade, o *Customer Center* enraizou o conceito de que o Banco precisa, não de caminhar na direção do cliente, mas sim colocar o cliente no centro da sua atenção (*customer centric*).

Em 2020, este “laboratório” foi a peça fundamental para perceber quais as necessidades dos clientes em momento pandêmico, quais as dificuldades de adaptação a esta realidade e quais as expectativas que tinham sobre o novo normal (*customer research*).



Com 40 projetos realizados, em formato remoto e presencial, a voz dos clientes e dos colaboradores ecoou, desenhando o rumo do Banco.

Para esta realidade contribuíram cerca de 500 participantes, na atribuição de *namings* a produtos e serviços, na construção de *journeys* customizadas, na melhoria do fluxo de navegação em canais digitais, na criação de novas plataformas para comunicar e contratar, como também na melhoria das ferramentas internas para facilitar e agilizar o dia-a-dia da rede comercial.

Posicionamento face à concorrência

Do estudo anual de satisfação do segmento de clientes particulares, que mede e compara a satisfação com o Banco e dos principais concorrentes, resulta que o Santander é o Banco mais recomendado a amigos e familiares pelos seus clientes.

Ser o primeiro em recomendação é um objetivo que foi fixado para o ano de 2023, mas que entretanto foi atingido já em 2020.

A relação que foi criada com os clientes numa altura tão complexa, com campanhas de relação onde se procurou o contacto de proximidade e a criação de soluções adequadas ao momento, foi um fator decisivo para o reconhecimento que foi dado ao Banco.

Satisfação dos clientes

O Banco centra-se no conceito e critério NPS (*Net Promoter Score*) e o ano de 2020 foi um ano de consagração interna desta métrica.



Foi definido o modelo de NPS com utilização de meios para medir cada vez mais experiências vividas pelos clientes, em mais interações, e através de vários canais, com preferência para o ambiente *web*.



No final de 2019, foi iniciado um processo de implementação de um novo programa de “voz do cliente” assente na ferramenta de experiência de cliente Qualtrics, reconhecidamente uma das plataformas mais potentes e eficazes disponíveis.

O NPS medido através desta nova plataforma permitiu a validação de milhares de inquéritos, relativos às principais experiências e relações com os clientes, fechando o ano com um NPS de 51 p.p., resultado muito positivo quer em termos de *benchmark* quer relativamente a toda a indústria.

Entretanto, o NPS foi incorporado com o modelo de classificação das unidades de negócio, o “Sistema de Estrelas”, (inspirado na hotelaria, que atribui classificação às unidades de negócio de 2 até 5 estrelas), e conciliou-se o impacto orgânico das estrelas com o impacto em incentivos individuais com NPS. Em termos anuais, 86% da rede de balcões do Banco foi classificada em 4 e 5 estrelas.

Programa “O Banco Sou Eu”

2020 foi marcado pelo lançamento do Programa “O Banco sou Eu”, um programa de ação transversal de mobilização e transformação da organização, com o objetivo de melhorar cada vez mais a experiência e satisfação dos clientes com o Banco. Combinando um extenso trabalho analítico com a escuta ativa e contínua dos clientes, foram identificadas e desenhadas iniciativas prioritárias a integrar o programa, as quais se desenvolvem em torno de 4 pilares de transformação: cultura; gestão por NPS; métricas e *governance*.



Sob o direto patrocínio da Comissão Executiva e coordenado pela área de *Customer Experience*, o Programa “O Banco sou Eu” é um programa de todas e de cada a uma das áreas do Banco, tendo tido por isso a participação ativa das mesmas ao longo de todo o processo. A implementação deste programa tem resultado numa evolução positiva da perceção dos clientes relativamente à sua experiência com o Banco.

Insatisfação e reclamações

Em 2020, o Banco apresentou uma redução de 15% de reclamações face a período homólogo, revelador de uma melhoria substancial no serviço e de uma clara perceção dos clientes do esforço de adaptação do Banco à nova realidade.



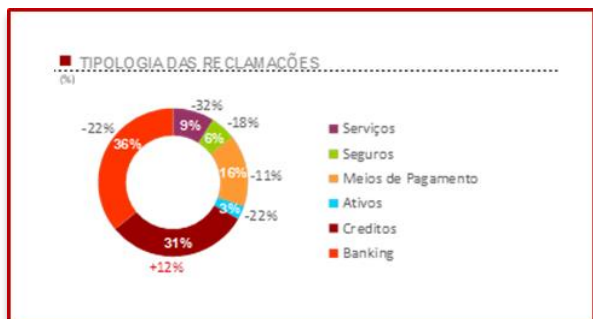
A matéria de maior peso para a banca esteve relacionada com as moratórias e, no Banco Santander não foi exceção, onde num curto espaço de tempo implementaram-se os desenvolvimentos tecnológicos imprescindíveis ao cumprimento da nova legislação.

O livro de reclamações eletrónico, por ser digital e de simples utilização, no contexto vivido, relevou-se uma ferramenta fundamental para a apresentação das reclamações.

As matérias com maior número de reclamações mantêm-se em linha com os anos anteriores, designadamente as contas à ordem (encerramento e comissões), o crédito, os cartões e, este ano em especial, as moratórias. Porém, todas em menor número do que no período homólogo.

Contudo, neste ano adverso, é de realçar o resultado dos três indicadores do Banco de Portugal, publicado no relatório de Supervisão Comportamental semestral, com a redução do volume de reclamações sobre cada matéria.

Os principais indicadores do ano são os seguintes:



	2020	2019
Reclamações recebidas	4 036	4 655
Evolução vs período homólogo	- 13 %	+ 8 %
Rácio de reclamações/Clientes *	1,10	1,26
Reclamações com origem Reguladores	70%	64%

* Por cada 10.000 clientes totais

Tecnologia e Operações

A área de Tecnologia, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, atuou em diversas iniciativas orientadas para disponibilizar aos seus colaboradores e aos seus clientes, soluções mais digitais, mais simples e mais integradas, continuando a promover a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis.

Na perspetiva interna, destaca-se a implementação da nova solução de crédito pessoal para o processo *end-to-end* de contratação, suportado em novas tecnologias com forte orientação para a melhoria de *user experience*, a evolução das soluções *cockpit* e *intranet* Santander | Agora orientadas para a simplificação e eficiência das atividades dos balcões, e o VOICE, que disponibiliza aos colaboradores e gestores uma visão 360 sobre a relação dos clientes com o Banco.

Na perspetiva externa, e como já foi mencionado anteriormente, prosseguiu a melhoria e modernização dos canais digitais, Netbanco e App, com mais funcionalidades, o site institucional foi reformulado com um *look&feel* mais moderno e uma linguagem mais orientada para as necessidades dos clientes, e foi implementada a Boutique Santander que disponibiliza uma solução de crédito simples e imediata para um conjunto de ofertas de produtos de diversas categorias.

Inevitavelmente, o ano de 2020 fica globalmente marcado pelo contexto da pandemia e, no sector financeiro, pela disponibilização de moratórias públicas e privadas como

importante mecanismo de apoio às famílias e empresas. Nesse sentido, e na perspetiva tecnológica, foram implementadas diversas iniciativas desde a disponibilização de adesão às moratórias através dos canais digitais até à operacionalização nos sistemas de informação das diferentes modalidades, regime e carências das moratórias.

Adicionalmente, e num contexto regulamentar relevante, a área de Tecnologia assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas, pilares fundamentais na atuação do Banco Santander em Portugal.

A área de Cibersegurança, com a declaração do estado de pandemia e a adoção do teletrabalho para muitos colaboradores, geriu novos desafios que determinaram adaptações na forma de trabalhar de toda a organização bem como na gestão dos ciber-riscos, em particular, dos ataques de *phishing* a clientes.

O teletrabalho implicou uma complexa adaptação na infraestrutura do Banco para permitir a continuidade da atividade do negócio de forma remota e segura. Dando continuidade à missão de promover uma cultura de cibersegurança na organização, a comunicação interna foi reforçada de modo a proporcionar a adoção das melhores práticas para a realização de vídeo-conferências seguras e troca de informação sensível do Banco com os seus clientes.

Os ataques de *phishing* a clientes cresceram tanto em frequência como em intensidade com o prolongar do estado de confinamento, alavancado com as necessidades de digitalização não só do modelo de gestão de negócio do Banco, mas de toda a sociedade em geral. Este facto requereu uma reavaliação do modelo de gestão de ciber-riscos nesta matéria, tendo sido reforçados os controlos de prevenção de fraude de forma a mitigar estas ameaças.

Ao nível da Infraestrutura, foi possível dotar o Banco das condições necessárias para que os colaboradores executassem as suas tarefas em teletrabalho, disponibilizando ferramentas colaborativas O365 e Teams, para toda a rede de balcões e serviços centrais. Em destaque, na rede de balcões, estiveram as atividades de implementação da modernização tecnológica da rede de comunicações e a renovação de postos de trabalho, o que permitiu melhorar a acessibilidade e comunicação, reforçando a imagem da transformação digital dos balcões junto dos clientes.

Na área de Operações, prosseguiu o processo de transformação tecnológica com a implementação de ferramentas de *Business Process Management* (BPM) assim como de novas ferramentas de robotização, que contemplam a configuração de um canal único de entrada para as operações, a uniformização dos processos e das metodologias de trabalho e um controlo em *real time* de todas as atividades e do cumprimento dos seus *Service Level Agreements* (SLAs).

O período de pandemia e de teletrabalho foi um teste à capacidade do BPM, tendo sido aplicado inicialmente aos

processos de moratórias, o que permitiu, num tempo recorde, mobilizar todos recursos e garantir todos os controlos necessários para tratar o elevado volume de solicitações, e acima de tudo, manter a totalidade das atividades de operações a decorrerem com o cumprimento dos níveis de serviços e dos SLAs, em prol da qualidade de serviço aos clientes. Com este “piloto” em *real time* comprovou-se a capacidade de acionar equipas para modelos *multitasking* e *multiskilling* e a rotação transformacional da área, operando a construção de uma cultura ágil e de um modelo operativo dominado por todos os colaboradores. Com mais de 1.400 processos em produção, cobrindo a totalidade das atividades de operações (incluindo *outsourcers*), é possível medir e controlar toda a atividade em *real time*.

A implementação da nova estratégia de comunicação a clientes foi um dos pilares da atividade da área de Operações, o que não só teve impacto na redução de custos como também foi destacado como uma iniciativa de referência, o *Paperfree* para todo o Grupo Santander.

A formação dedicada a todos colaboradores que trabalham em metodologia *Agile Eficiente*, permitiu por um lado a continuação dos projetos em teletrabalho e por outro a contínua e estreita relação com as equipas comerciais.

Gestão de Pessoas

Introdução

O ano de 2020 foi um ano marcado pela pandemia da COVID-19 e os consequentes efeitos nas novas formas de trabalhar na aceleração, simplificação e digitalização de processos *end-to-end*.

A transformação do Banco numa plataforma aberta de serviços financeiros acelerou e o mercado de trabalho e o Banco passaram a valorizar *skills* nos seus colaboradores que refletem as necessidades do futuro, mais digital, mais criativo, em constante mudança e com maior capacidade de adaptação.

2020 foi também o ano em que o Grupo se organizou em três regiões geográficas com alcance global (Europa, América do Sul e América do Norte) apoiado pelos negócios globais (SCIB y WM&I e Santander Global Platforms).

O Grupo, em resposta à crise, lançou o “Santander Todos. Juntos. Agora.”. Um lema que agrupa o esforço do Grupo em todo o mundo para estar ao lado das pessoas que mais precisam no contexto da crise pandémica. Este movimento mobilizou recursos e iniciativas na sociedade em colaboração com governos e instituições. Em Portugal foi usado este lema em todas as campanhas internas e externas relativas à COVID-19.

O Banco adaptou a forma de trabalhar, com mais de 4.000 colaboradores em trabalho remoto, de março a maio, seguindo e incorporando todas as recomendações do Governo e das autoridades de saúde em 3 pilares: i) desenvolvimento e implementação de protocolos de saúde e segurança; ii) priorização e monitorização da saúde dos colaboradores; e iii) rastreio (através do desenvolvimento da *app DeVolta*).

O Banco comunicou com todos os colaboradores, através de emails informativos com mensagens apelativas e ilustradas com imagens do manual de marca Santander. Foram, também, elaborados guias de teletrabalho e de volta ao Banco com todas as orientações e informações úteis no trabalho remoto e no regresso aos locais de trabalho.

No regresso ao Banco foi desenvolvido o lema “Aqui dentro há mais segurança”, mensagem principal nos *kits* de proteção disponibilizados aos colaboradores e na sinalética colocada em todos os edifícios do Banco.

Como já foi referido no capítulo de “cultura corporativa”, os 8 comportamentos que deverão ser aplicados por todos os colaboradores no seu dia-a-dia são: Promovo a Mudança, Promovo a Colaboração, Falo Claramente, Escuto com Atenção, Apoio as Pessoas, Trabalho com Paixão, Demonstro Respeito e Cumpro as Promessas. Estes comportamentos ajudarão o Santander em Portugal a ser:

- **O melhor Banco para os colaboradores** – atrair, reter e comprometer os melhores profissionais capazes de prestar o melhor serviço aos clientes e garantir o sucesso e a sustentabilidade do negócio.
- **O melhor Banco para a sociedade** – desempenhar a atividade bancária contribuindo para o progresso económico e social das comunidades em que está presente, de maneira responsável e sustentável, com compromisso especial com o ensino superior.
- **O melhor Banco para os clientes** – construir relações de confiança a longo prazo com os clientes, oferecendo soluções simples, personalizadas, um tratamento justo e equitativo e um serviço de excelência, quer nos canais digitais quer no atendimento presencial, visando aumentar a sua satisfação e vinculação ao Banco.
- **O melhor Banco para os acionistas** – obter uma rentabilidade e um retorno atrativo e sustentável para os acionistas, com base num modelo de negócio com alta recorrência de receitas, prudente em riscos, eficiente e com disciplina de capital e solidez financeira.

Liderança

Por forma a melhorar a performance global do Banco identificou-se a liderança como um eixo estratégico de atuação, uma vez que este fator tem impactos no nível de *engagement* dos colaboradores, no seu grau de felicidade no local de trabalho e inclusivamente no seu bem-estar. Por essa razão, criaram-se os compromissos de liderança que devem ser utilizados pelos líderes do Banco, orientando e alinhando o caminho e as expectativas de forma a serem responsáveis através do foco nas seguintes áreas de atuação:

- **Ser aberto e inclusivo**, aceitando as diferenças e promovendo a diversidade, identificando as reais necessidades dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade. Colaborar, trabalhar em equipa e pensar sempre no benefício do Grupo. Ter em consideração os diferentes

pontos de vista e integrá-los na equipa. Ser aberto, receptivo e incentivar as pessoas a falar clara e abertamente.

- **Inspirar e implementar a transformação**, com uma visão estratégica clara e entregando resultados sustentáveis. Pensar em grande e ouvir o mercado e os clientes. Propor ideias e ações para melhorar. Definir e executar os planos e a estratégia de forma rápida, com qualidade e com resultados sustentáveis no tempo. Mobilizar e acelerar as mudanças de maneira responsável. Inovar com uma mentalidade empreendedora, sem medo do fracasso e aprendendo com os erros.
- **Liderar pelo exemplo**, sendo sempre consistente com os comportamentos e cultura *Risk Pro* em todos os momentos. Transmitir confiança, ser honesto, empático e esperar o melhor dos outros. Controlar as suas emoções e adaptar as suas reações a cada situação.
- **Apoiar a equipa a progredir**, reconhecendo e dando visibilidade às conquistas da sua equipa e da sua área. Desafiar as pessoas e apoiar o seu processo de crescimento. Fazer com que o seu trabalho, sendo coerente e vivendo os comportamentos *Risk Pro* em todo o momento, tenha efeito e impacto na sua equipa

Há já alguns anos que o Santander tem como objetivo corporativo ser a melhor empresa para trabalhar, nas várias geografias onde marca presença e, por essa razão, tem-se vindo a consolidar o trabalho realizado em anos anteriores, nomeadamente melhorando processos que facilitem a experiência do colaborador, agilizando e ampliando o pacote de medidas que o Banco coloca à sua disposição.

Em 2020, o Banco, pelo 4.º ano consecutivo, ganhou o prémio da Melhor Empresa para Trabalhar atribuído pelo *Great Place to Work* e atingiu o estatuto “efr A” – Excelência como Empresa Familiarmente Responsável, atribuído pela associação Mais Família.

No inquérito “Pulsos”, realizado em outubro de 2020, em todo o Grupo Santander, Portugal teve um excelente resultado no eNPS de Produtos e Serviços – se os colaboradores recomendam os produtos e serviços do Banco a familiares e amigos – obteve 44 pontos (excelente) vs 38 do Grupo. No eNPS da escolha de emprego – se os colaboradores recomendam o Banco como uma boa empresa para trabalhar – obteve um bom resultado, 30 pontos (bom) vs 41 do Grupo. Nestas 2 eNPS Portugal teve melhores resultados que os restantes países da Europa.

Para estes prémios contribuem as mais de 60 medidas que estão ao dispor dos colaboradores e que vão ao encontro do objetivo de o Banco ser a Melhor Empresa Para Trabalhar. Em 2020, a complementar às medidas que já existem no âmbito de empresa familiarmente responsável, foram lançadas outras para dar resposta às necessidades que a pandemia nos trouxe, quer para facilitar o trabalho remoto, quer para prevenir alguma perda de liquidez por parte das famílias.

Medidas no âmbito da COVID-19

- Salários – a todos os colaboradores quer estivessem em regime de teletrabalho, de quarentena, por isolamento ou por pertencerem a grupos de risco, ou a usufruir da licença decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas e do fecho de lares foi assegurado o pagamento do salário e do subsídio de alimentação a 100%.
- Subsídio de Natal – a todos os colaboradores com necessidades imediatas de liquidez foi dada a possibilidade de antecipar até 50% do subsídio de Natal.
- Crédito a formação – foi lançado o crédito para formação até 50 mil euros, com uma taxa de juro de 0,25% para que os colaboradores possam fazer face às despesas de pagamentos das propinas das universidades dos seus filhos.
- Crédito Família Net – foi reformulado para poder incluir a aquisição não só de equipamento informático, mas também de mobiliário de escritório a taxa zero, até ao montante máximo de 1.500€.
- Carência de 6 meses nos créditos a habitação e ao consumo – também para colaboradores foi aprovada a carência imediata de amortização de capital durante 6 meses para as operações de crédito que se encontrem em situação regular, nos créditos a habitação (inclui crédito ACT) e nos créditos ao consumo.
- 1.ª análise à COVID-19 para todos os colaboradores com contacto direto de alto risco com pessoas infetadas ou com sintomas da doença.
- Linhas médicas de apoio COVID-19 – foram criadas 2 linhas telefónicas, i) a Linha médica COVID-19 e ii) a Linha Psicólogo COVID-19, todos os dias durante 2 horas, para dar apoio aos colaboradores ou familiares para situações resultantes da pandemia.
- Para os colaboradores em teletrabalho com necessidade de estabelecer contactos comerciais e que não dispõem de telemóvel do Banco foi assumido o pagamento com um limite mensal de 20€ mensais. Para os comerciais com telemóvel do Banco e que por motivos de contactos comerciais, o *plafond* das comunicações seja ultrapassado, o Banco também assumiu esse pagamento.
- Para quem usufruía da comparticipação do passe social e para maior segurança – evitando os transportes públicos – passou a deslocar-se de automóvel para o Banco, foi atribuído uma comparticipação de 40€ mensais para despesas de combustível.
- Aumento de 4 rotas de MiniBus – 3 em Lisboa e 1 no Porto – para que os colaboradores evitassem os transportes públicos.
- Para que os colaboradores tivessem um melhor espaço de trabalho em casa foram feitos protocolos com fornecedores do Banco (cadeiras e secretárias do Banco, com redução de 60% face ao preço de mercado) e para aquisição de equipamentos e acessórios informáticos.

- *App DeVolta* – Desenvolvimento, em conjunto com o Grupo, de uma aplicação, a *app* “DeVolta”, para validar as condições de saúde dos colaboradores sobre a COVID-19 no regresso às instalações do Banco.
- Para que os colaboradores em confinamento se mantivessem ativos e em forma – com práticas de atividade física, meditação e nutrição, aumentando o equilíbrio e o bem-estar à medida que se está mais tempo em casa, promoveu-se o *Gympass Wellness*, grátis por 30 dias, e as aulas online do *Equinow*.
- *Take-away* – protocolo com uma empresa de alimentação para *take-away* com entrega no posto de trabalho (grande Lisboa e grande Porto), desde que encomendado de véspera. *Take-away* também no restaurante do Centro Santander.
- Guia de Volta – com informação prática no regresso ao trabalho presencial para os colaboradores dos edifícios centrais (cerca de 2.500 colaboradores, dos quais 90% em teletrabalho).

Recrutamento, Recrutamento inclusivo e Employer Value Proposition

No âmbito do rejuvenescimento de quadros, foram recrutados, ao longo de 2020, 21 *trainees*, os quais, por um período de um ano, desenvolveram competências em áreas associadas ao processo de transformação do Banco. Complementarmente aos *trainees* recrutados implementaram-se estágios curriculares de verão e estágios profissionais, através dos quais o Banco pretende ter uma oferta ativa e de elevado valor para os estudantes universitários. Deste modo, é possível conhecer melhor o talento universitário, através da sua inclusão nas equipas do Banco. No ano de 2020, estagiaram no Banco 87 alunos e recém-licenciados/mestres.

Foi, também, desenvolvida uma relação próxima com algumas das Universidades que podem facultar talento que apoie no processo de transformação digital. Para tal, realizaram-se projetos e desafios envolvendo conjuntamente alunos e colaboradores do Banco.

Importa também realçar o papel ativo do Banco com o ICF (*Inclusive Community Forum*), no âmbito do qual foi construído um processo de recrutamento inclusivo que foi assumido pelas empresas parceiras deste fórum.

Outro programa a destacar neste âmbito, que conta com o apoio do Santander, é o Programa de empregabilidade para pessoas com deficiência motora da Associação Salvador, que tem como objetivo promover a integração social e profissional destas pessoas e melhorar a sua qualidade de vida.

Semana Somos Santander 2020

Todos os anos o Grupo Santander, em todos os seus países, realiza a “Semana Santander”, onde os destinatários principais são os colaboradores e no âmbito da qual se realizam inúmeras atividades e eventos de forma a incrementar o orgulho de pertença. Pretende-se reforçar o relacionamento entre as equipas, hierarquias e colaboradores. Em setembro de 2020, este evento, de forma remota, foi dedicada à Cultura do

Banco – “*Santander Way*”. Em cada dia da semana foi dado foco a: 1) Valores: Simples, Próximo e Justo; 2) Comportamentos; 3) *Risk Pro*; 4) os 4 compromissos de Liderança; e 5) o *Santander Way*.

Realizaram-se, via *Zoom*, os dois eventos tradicionalmente mais importantes desta semana com a presença do CEO: a celebração dos 30 anos de Banco e o Prémio Excelência para os colaboradores com os filhos premiados por terem terminado o ensino secundário com média de 20, 19 e 18 valores.

Programa BeHealthy

O Santander dispõe de um programa corporativo que tem como objetivo posicionar o Banco como a empresa mais saudável do mundo. Esse programa denomina-se *BeHealthy* e tem por objetivo promover e criar hábitos de vida saudável para os seus colaboradores com base em 4 pilares de desenvolvimento. A semana de 20 a 24 de abril de 2020 foi dedicada a promover o programa, de forma remota, com a venda de cabazes biológicos da *Semear* – instituição de solidariedade, a venda *online* de produtos de hortas urbanas e a partilha de links com aulas e exercícios online, bem como aulas de meditação também online, entre outras iniciativas.

Junior Achievement

A JA – Junior Achievement – tem como missão inspirar as futuras gerações promovendo o empreendedorismo junto dos mais novos. Através de voluntários que atuam junto das escolas, abordam temas como a literacia financeira, os valores dos empreendedores que fortalecem o mundo dos negócios e aposta-se na potenciação do espírito empreendedor dos jovens. A colaboração do Santander com a JA Portugal teve início em 2006 e desde então já impactou mais de 11.500 alunos num total de mais de 8.100 horas de voluntariado.

Nos últimos anos, o Banco tem impulsionado este programa de formação de jovens que se encontram a estudar entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade. Uma participação que reforça o voluntarismo, a solidariedade e aproxima os colaboradores das comunidades locais.

Prémios Excelência

O Prémio Excelência é um reconhecimento que o Banco faz aos filhos dos colaboradores que terminam o ensino secundário com médias superiores a 16 valores, inclusive.

Os prémios “Excelência” atribuídos aos filhos dos colaboradores que terminaram o ensino secundário com as médias mais elevadas, foram materializados num cartão presente correspondente a um montante de 3, 2 e 1, ano de propinas universitárias, cujo valor de referência é o anunciado pela Direção Geral do Ensino Superior para cada ano letivo, ou seja, para o ano de 2020, este valor foi de 697€. O investimento total por parte do Banco foi de 66.215€.

Aos primeiros sete lugares foi oferecido o valor correspondente ao custo das propinas de uma licenciatura de 3 anos (2.091€), aos segundos prémios (22 premiados) foi atribuído o valor correspondente a 2 anos de propinas do ensino superior

(1.394€) e ao terceiro prêmio (20 premiados) foi atribuído o valor correspondente a 1 ano de propinas (697€).

Formação e Desenvolvimento

Em 2020, um total de 6.091 colaboradores participaram em ações de formação, sendo 83% destas ações na modalidade de *e-learning*. Foram ministradas um total de 261.596 horas de formação, o que representou um investimento em formação, no ano, de 1.380.000€. Verificou-se uma média de 43h *per capita*

que se distribuem em três modalidades: *elearning*, *virtual class* e presencial.

Indicadores

% colaboradores (feminino)	46%
% colaboradores (masculino)	54%
% diretivos e chefias (feminino) / total de chefias	33%
% colaboradores com formação superior	57%
Idade média (anos)	46

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Atividade consolidada

No final do 2020, a Santander Totta, SGPS registou um resultado líquido de 295,6 milhões de euros, comparando com 527,3 milhões de euros obtidos no ano anterior, menos 43,9%, influenciados pela crise pandémica que conduziu a uma forte desaceleração da atividade económica, e à constituição preventiva de imparidades.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) situou-se em 6,9% e o rácio de eficiência em 43,8%.

O crédito a clientes bruto ascendeu a 42,7 mil milhões de euros, crescendo 6,8% em comparação com o valor alcançado no período homólogo. O crédito a particulares aumentou 4,5% e o crédito a empresas subiu 6,7%. O Banco disponibilizou moratórias para o crédito a particulares e a empresas, complementando a moratória do Estado, com o objetivo de permitir a redução dos encargos destes empréstimos para os clientes.

O rácio de *Non-Performing Exposure* situou-se em 2,6%, diminuindo 0,6p.p., em comparação com 3,2% verificados um ano antes, com uma cobertura por provisões de 66,8% (mais 13,7p.p.).

Os recursos de clientes totalizaram 43,2 mil milhões de euros, crescendo 1,9%, face ao período homólogo de 2019, com uma subida de 2,3% em depósitos e uma descida de 0,4% em recursos fora de balanço.

O rácio *Common Equity Tier 1 (fully implemented)* atingiu 20,6%, aumentando 5,6p.p. em relação ao final de 2019.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, no montante de 6,8 mil milhões de euros, assentou integralmente em operações de longo prazo, através da operação de TLTRO III (*targeted longer term refinancing operations*). A exposição líquida ao Eurosistema situou-se em 2,9 mil milhões de euros. No financiamento de longo prazo, refere-se também 2,0 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias (tendo sido efetuado o reembolso de uma obrigação hipotecária no valor de

0,75 mil milhões de euros, sem refinanciamento no mercado) e 0,6 mil milhões de euros de titularizações.

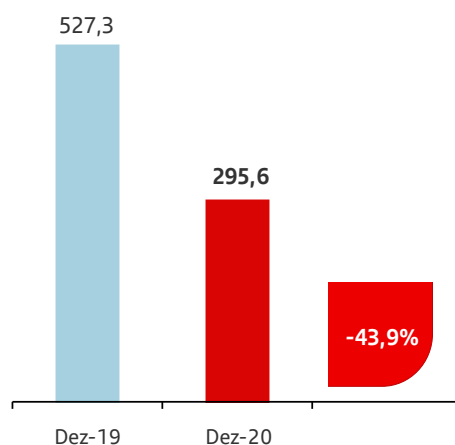
O financiamento de curto prazo efetuado através de *repos* atingiu 1,3 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, situou-se em 121,9%, cumprindo a exigência regulamentar vigente em base *fully implemented*.

O Santander Totta possui as melhores notações financeiras do setor. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa3 (Portugal – Baa3); Standard & Poor's – BBB (Portugal – BBB); e DBRS – A (Portugal – BBB high).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO ST

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	Dez-20	Dez-19	Var.
Margem financeira	786,6	855,7	-8,1%
Rendimento de instrumentos de capital	1,7	1,8	-3,1%
Resultados de associadas	14,6	10,8	+34,7%
Comissões líquidas	373,2	380,5	-1,9%
Outros resultados de exploração	9,6	11,4	-15,7%
Atividade de seguros	17,2	21,7	-20,5%
Margem comercial	1.203,0	1.281,9	-6,2%
Resultados em operações financeiras	114,7	95,2	+20,5%
Produto bancário	1.317,7	1.377,1	-4,3%
Custos operacionais	(577,2)	(604,4)	-4,5%
Despesas de pessoal	(324,4)	(346,0)	-6,2%
Outras despesas administrativas	(200,4)	(208,8)	-4,0%
Depreciação	(52,4)	(49,6)	+5,6%
Resultado de exploração	740,5	772,7	-4,2%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(335,5)	(32,9)	+919,7%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	405,0	739,8	-45,3%
Impostos	(109,3)	(212,3)	-48,5%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	295,7	527,5	-43,9%
Interesses que não controlam	(0,1)	(0,2)	-49,7%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do ST, SGPS	295,6	527,3	-43,9%

Para dar cumprimento ao FINREP 2.9, as contribuições para Fundos de Resolução e Sistemas de Garantias de Depósitos foram reclassificados de "Outros Resultados de Exploração" para "Provisões Líquidas e Outros Resultados", pelo que para efeitos de comparabilidade se ajustaram os valores de 2019 em conformidade.

No final de 2020, a margem financeira situou-se em 786,6 milhões de euros, diminuindo 8,1%, em comparação com 855,7 milhões de euros obtidos no período homólogo de 2019, refletindo a descida dos *spreads* do crédito, num enquadramento competitivo, de existência de taxas de juro negativas, de diminuição da procura de crédito por empresas fora do âmbito das linhas com garantia do Estado, e da gestão da carteira de dívida pública.

O resultado gerado por empresas associadas ascendeu a 14,6 milhões de euros, aumentando 34,7%, em comparação com 10,8 milhões de euros registados no período homólogo.

As comissões líquidas atingiram 373,2 milhões de euros, diminuindo 1,9%, em relação aos 380,5 milhões de euros apurados no ano de 2019, verificando-se uma redução nas comissões de crédito, de meios de pagamento e de seguros. Esta evolução espelhou os efeitos da pandemia na diminuição da atividade e o impacto da suspensão temporária de um conjunto de comissões, no âmbito das medidas de apoio às empresas e às famílias, em complemento da moratória e das linhas de crédito disponibilizadas com garantia do Estado, nomeadamente a isenção de comissões de transferências nacionais através dos canais digitais do Banco, a substituição gratuita de cartões sem tecnologia *contactless* por cartões com essa tecnologia, e a redução de comissões relacionadas com os terminais de pagamento automático.

Os outros resultados de exploração totalizaram 9,6 milhões de euros, 15,7% abaixo do período homólogo, com destaque para os proveitos inferiores de rendas de imóveis, pelo volume inferior da carteira de imóveis, e pelo contexto da crise sanitária, com a publicação de legislação que permite a carência do pagamento de rendas.

A atividade de seguros de 17,2 milhões de euros registou um decréscimo de 20,5%, face a 21,7 milhões de euros do ano anterior, refletindo a cedência de uma carteira da ex-Eurovida Seguros à Aegon Santander Seguros.

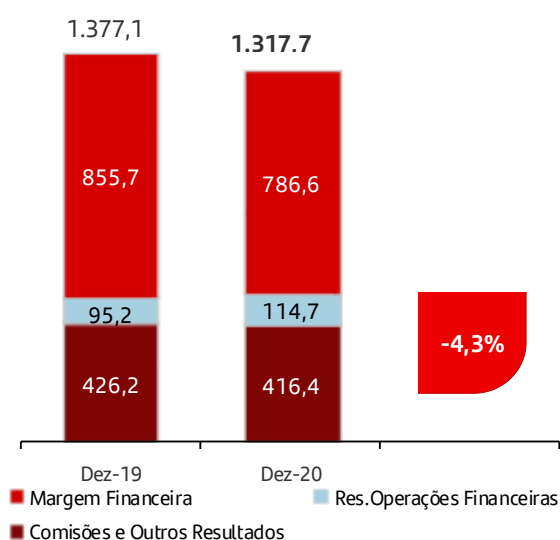
A margem comercial cifrou-se em 1.203,0 milhões de euros, inferior em 6,2% dos 1.281,9 milhões de euros registados no período homólogo de 2019.

Os resultados em operações financeiras ascenderam a 114,7 milhões de euros, acima em 20,5% dos 95,2 milhões de euros obtidos no final de 2019, com inclusão do resultado gerado na gestão da carteira de dívida pública.

O produto bancário alcançou 1.317,7 milhões de euros, decrescendo 4,3% em relação aos 1.377,1 milhões de euros do final de 2019, traduzindo principalmente a descida da margem financeira e das comissões líquidas e o crescimento dos resultados em operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais situaram-se em 577,2 milhões de euros, diminuindo 4,5%, em relação ao valor registado no ano anterior.

No último ano, verificou-se uma redução de 214 colaboradores e de 65 postos de atendimento, no contexto da era da digitalização, com a redução progressiva de balcões e redefinição funcional de outros, e a automação crescente de processos e funções dos serviços centrais.

AS despesas de pessoal atingiram 324,4 milhões de euros, decrescendo 6,2% em termos homólogos.

As outras despesas administrativas cifraram-se em 200,4 milhões de euros, reduzindo 4,0%, comparativamente ao período homólogo.

A depreciação ascendeu a 52,4 milhões de euros, crescendo 5,6%, em relação ao final de 2019, com investimento na transformação digital.

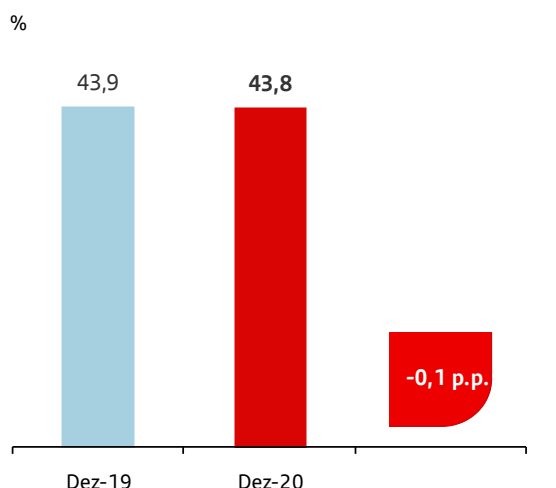
Na estrutura dos custos operacionais, as despesas de pessoal são responsáveis por 56% do total, seguidos das outras despesas administrativas com 35% e a depreciação com 9%.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

	Dez-20	Dez-19	Var.
Despesas de pessoal	(324,4)	(346,0)	-6,2%
Outras despesas administrativas	(200,4)	(208,8)	-4,0%
Depreciação	(52,4)	(49,6)	+5,6%
Custos operacionais	(577,2)	(604,4)	-4,5%
Rácio de eficiência	43,8%	43,9%	-0,1 p.p.

No final de 2020, o rácio de eficiência diminuiu 0,1p.p., ao passar de 43,9% para 43,8%, traduzindo a redução de 4,3% do produto bancário e de 4,5% dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O resultado de exploração de 740,5 milhões de euros desceu 4,2%, face aos 772,7 milhões de euros registados no período homólogo, dada a trajetória descendente dos custos operacionais não ter absorvido na totalidade a redução do produto bancário.

A imparidade, provisões líquidas e outros resultados registaram um custo de 335,5 milhões de euros, comparando com 32,9 milhões de euros do ano passado.

No ano de 2020, efetuou-se um reforço preventivo de provisões para imparidade de crédito, para fazer face a perdas potenciais com o incumprimento de pagamento de empréstimos com exposições não produtivas, decorrente da situação pandémica, refletindo a incorporação da componente *forward looking* do cenário macroeconómico mais adverso.

Registou-se também custos regulatórios, com o Fundo de Resolução e com a Contribuição do Setor Bancário de 70,1 milhões de euros, superiores aos 60,9 milhões de euros do exercício passado.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam cifrou-se em 405,0 milhões de euros, menos 45,3% em relação aos 739,8 milhões de euros do final de 2019.

Os impostos totalizaram 109,3 milhões de euros, decrescendo 48,5%, quando comparados com 212,3 milhões de euros apurados um ano antes.

No final do exercício de 2020, a Santander Totta, SGPS registou um resultado líquido de 295,6 milhões de euros, diminuindo 43,9% em relação ao valor de 527,3 milhões de euros apurado no período homólogo de 2019, refletindo o impacto associado à crise pandémica.

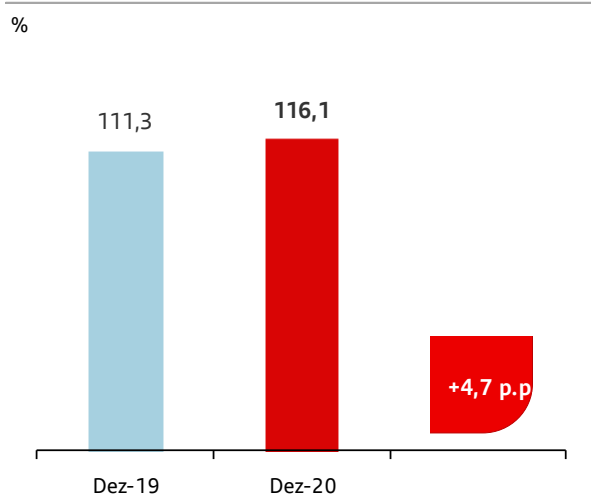
Balanço e Atividade

No final de 2020, o volume de negócio ascendeu a 85,9 mil milhões de euros, crescendo 4,2% em comparação com os 82,4 mil milhões de euros registados no período homólogo de 2019, resultando do aumento de 6,8% do crédito a clientes e de 1,9% dos recursos de clientes.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	Dez-20	Dez-19	Var.
Volume de Negócio	85.892	82.404	+4,2%
Crédito a clientes (bruto)	42.684	39.984	+6,8%
Recursos de Clientes	43.208	42.420	+1,9%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, atingiu 116,1% em 2020, mais 4,7p.p. face ao período homólogo, decorrente do crescimento do crédito superior ao dos depósitos.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)



No final de 2020, a carteira de crédito a clientes (bruto) alcançou 42,7 mil milhões de euros, crescendo 6,8%, em comparação com o período homólogo do ano anterior,

refletindo a aplicação de moratórias ao crédito a famílias e a empresas e a produção de linhas de crédito de apoio à economia, no contexto da crise sanitária.

CRÉDITO (milhões de euros)	Dez-20	Dez-19	Var.
Crédito (bruto)	42.684	39.984	+6,8%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	22.767	21.789	+4,5%
<i>do qual</i>			
Habitação	20.670	19.654	+5,2%
Consumo	1.680	1.707	-1,5%
Crédito a empresas	16.371	15.345	+6,7%

O crédito a particulares totalizou 22,8 mil milhões de euros, o que correspondeu a uma subida de 4,5%, em termos homólogos.

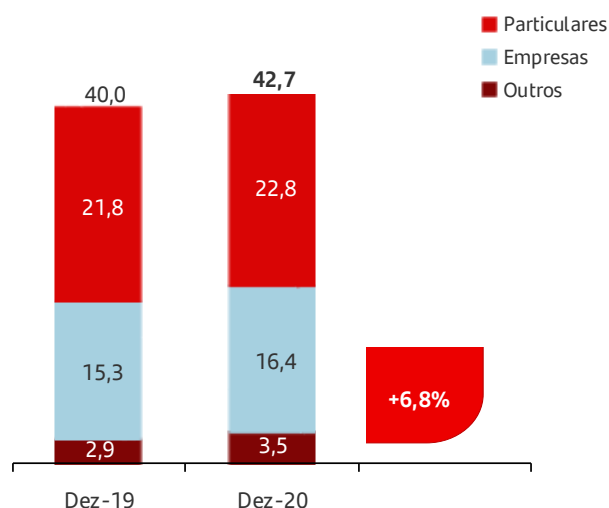
O crédito à habitação cresceu 5,2% para 20,7 mil milhões de euros. O crédito ao consumo desceu 1,5% para 1,7 mil milhões de euros, numa conjuntura adversa de restrição à atividade e mobilidade.

O crédito a empresas atingiu 16,4 mil milhões de euros, progredindo 6,7% face ao período homólogo, reflexo do apoio dado ao tecido empresarial português.

O Banco disponibilizou moratórias para o crédito a particulares e a empresas, complementando a moratória do Estado, com o objetivo de permitir a redução dos encargos destes empréstimos para os clientes que, perante os efeitos adversos da pandemia, apresentassem uma diminuição dos seus rendimentos, bem como linhas de crédito protocoladas de apoio à economia, para libertar liquidez para as empresas poderem fazer face aos seus compromissos.

CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



No final de 2020, o rácio de exposições não produtivas, rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA, situou-se em 2,6%, reduzindo 0,6p.p. face ao período homólogo do ano anterior. A cobertura de *Non-Performing Exposure* por imparidades atingiu 66,8% (mais 13,7p.p. em relação a 53,1% apurados em 2019). O custo do crédito, medido pela imparidade líquida de recuperação de crédito

anteriormente abatido ao ativo em percentagem do saldo médio da carteira de crédito, fixou-se em 0,45%, refletindo o reforço preventivo da imparidade do crédito para antecipar dos efeitos da pandemia.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Dez-20	Dez-19	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,6%	3,2%	-0,6 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	66,8%	53,1%	+13,7 p.p.
Custo do crédito	0,45%	(0,02%)	+0,47 p.p.

No final de 2020, os recursos de clientes totalizaram 43,2 mil milhões de euros, aumentando 1,9%, em comparação com o período homólogo de 2019, suportados na evolução dos depósitos (mais 2,3% de crescimento homólogo), que compensou a descida dos recursos fora de balanço (menos 0,4% que no final de 2019).

RECURSOS (milhões de euros)

	Dez-20	Dez-19	Var.
Recursos de clientes	43.208	42.420	+1,9%
Recursos de balanço	35.939	35.119	+2,3%
Depósitos	35.939	35.119	+2,3%
Recursos fora de balanço	7.269	7.301	-0,4%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	3.252	3.066	+6,1%
Seguros e outros recursos	4.017	4.235	-5,2%

Os depósitos ascenderam a 35,9 mil milhões de euros, crescendo em termos homólogos 2,3%, constituindo a principal fonte de financiamento do balanço, e refletindo a contração do consumo por parte das famílias, que favoreceu o aumento da taxa de poupança, bem como a confiança dos clientes na solidez financeira do Banco, num contexto de taxas de juro com valores mínimos históricos. Os recursos de clientes fora de balanço cifraram-se em 7,3 mil milhões

de euros, decrescendo 0,4% quando comparados com o montante apurado em 2019.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco de 3,3 mil milhões de euros apresentaram uma subida de 6,1% no último ano. Os seguros e outros recursos de 4,0 mil milhões de euros descenderam 5,2%, em termos homólogos.

Rádios de Solvabilidade

No final de 2020, o Santander Totta tinha uma capitalização elevada, com o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, de 20,6% (*fully implemented*), com um acréscimo de 5,6p.p. em relação a 15,0% do período homólogo, cumprindo os rácios de capital exigidos pelo Banco Central Europeu no âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*).

Esta evolução refletiu a capacidade de geração orgânica de capital e a gestão dos ativos ponderados por risco. Tendo em conta a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19) de 27 de março de 2020, o Conselho de Administração do Santander em Portugal decidiu não distribuir dividendos, em 2020.

CAPITAL (milhões de euros)	Dez-20	Dez-19	Var.
Common Equity Tier I	3.697	2.804	+31,9%
Tier I	4.297	3.404	+26,3%
Capital (total)	4.373	3.477	+25,8%
Risk Weighted Assets (RWA)	17.958	18.648	-3,7%
Rácio CET I	20,6%	15,0%	+5,6 p.p.
Rácio Tier I	23,9%	18,3%	+5,6 p.p.
Rácio capital (total)	24,4%	18,6%	+5,8 p.p.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

PERSPETIVAS PARA 2021

Conforme referido no capítulo de “Principais riscos e incertezas para 2021”, a evolução da atividade do Santander em Portugal continua a estar associada ao desenvolvimento da situação pandémica decorrente da doença COVID-19.

Neste quadro adverso, o Santander em Portugal reafirma a manutenção das suas linhas estratégicas já definidas, nomeadamente o apoio às famílias e empresas, tendo também como prioridade apoiar as pessoas, designadamente colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a sociedade, com o objetivo de minorar os efeitos da pandemia.

Os efeitos da pandemia sobre a atividade económica devem ser analisados considerando que, no espaço de um ano, existem dois períodos de forte restrição sobre setores e atividades específicas, o que reforça esses efeitos, mesmo tendo em consideração a existência de medidas de apoio, que o Governo tem sucessivamente prolongado.

Assim, mantêm-se os fatores de pressão sobre a atividade do banco e, conseqüentemente, sobre a rentabilidade. A redução da atividade traduz-se necessariamente numa redução das receitas, enquanto a incerteza associada ao cenário económico requer um reforço significativo das imparidades, para fazer face à maior probabilidade de ocorrência de situações de incumprimento nas famílias e nas empresas.

Neste ponto, as moratórias reduzem os riscos de incumprimento no imediato, mas não os eliminam, em especial se a crise tiver efeitos duradouros sobre o emprego. Atendendo a que as moratórias, no atual contexto legal, se extinguem ao longo do ano de 2021, e o desemprego já evidencia uma tendência de subida, a monitorização da qualidade do crédito será uma constante ao longo do ano, de forma que se possa agir atempadamente e evitar a materialização dos riscos de incumprimentos.

Os canais digitais, cuja utilização já tinha aumentado durante a primeira vaga da pandemia, foram mais amplamente utilizados, e o Banco reforçou o seu investimento na transformação digital em curso, de forma a melhor servir os clientes, permitindo o acesso aos serviços bancários, de forma permanente e em qualquer momento.

O Banco continuará a desenvolver a sua estratégia e aprofundar a sua transformação assente, essencialmente: i) na digitalização e otimização de processos, nomeadamente através de maior inovação nos canais digitais e o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; ii) na simplificação do número de produtos mantendo, contudo, uma oferta de valor completa que responda às necessidades dos clientes; iii) no incremento das quotas de mercado e vinculação dos clientes fortalecendo, entre outras, a nossa posição junto das PME's; iv) no controlo rigoroso da previsível subida do custo do crédito; e v) na conservação de uma posição de capital sólida e em linha com os novos requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal continuará, também, focado em ser um Banco Responsável impulsionando o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente, o que se traduz na promoção do consumo sustentável, através de produtos como o Fundo Santander Sustentável e do financiamento de energias renováveis e tecnologias verdes, apoiando assim a transição para a economia de baixo carbono.

GESTÃO DE RISCO

Modelo de gestão e controlo de risco

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns, uma cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, uma forte estrutura de governo, e processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

Os princípios de gestão e controlo dos riscos são de cumprimento obrigatório e devem ser aplicados a todo o momento. Têm em conta os requisitos normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

- Uma sólida cultura de riscos (Risk Pro), que faz parte do "Santander Way" e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco;
- Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetite de risco do Banco;
- A Alta Direção assegura uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promove a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos no apetite de risco do Banco;
- Independência das funções de gestão e controlo de riscos, de acordo com o modelo de três linhas de defesa que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos;
- Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos em todos os negócios e tipos de riscos;
- Gestão adequada e completa da informação que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes.

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira causado pelo não cumprimento ou deterioração da qualidade de crédito de um cliente ou contraparte, que o Banco financiou ou com o qual assumiu uma obrigação contratual;
- **Risco de mercado:** é o risco incorrido como resultado do

efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e *commodities*, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;

- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as suas obrigações à medida que estas se vencem, ou só possam ser obtidos a um custo elevado;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco do Grupo Santander não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como o risco de perda devido à inadequação ou falha de processos internos, pessoal e sistemas ou a eventos externos, incluindo o risco legal e o risco de conduta;
- **Risco de cumprimento normativo:** risco de incumprimento dos requisitos legais e regulatórios, bem como das expectativas dos supervisores, que podem resultar em sanções legais ou regulamentares, incluindo multas ou outras consequências económicas;
- **Risco de modelo:** risco de perda resultante de previsões incorretas, que levem o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de reputação:** risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Banco devido a danos sobre a perceção da imagem do Banco por parte de empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;
- **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das nossas principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o clima - físicos e de transação - são identificados como fatores que poderão agravar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

A classificação dos riscos é essencial para a sua gestão e controlo eficazes. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada.

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que

procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado

por uma cultura de risco implementada em todo o Banco - Risk Pro.

O Banco segue um modelo em três vertentes (linhas de defesa) para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos.

1ª linha de defesa	2ª linha de defesa	3ª linha de defesa
<p>As linhas de negócio e todas as outras funções que dão origem ao risco são a primeira linha de defesa.</p> <p>A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, segue e reporta os riscos que origina e aplica os modelos, políticas e procedimentos que regulam a gestão de riscos assegurando que os riscos que geram estão em conformidade com o apetite de risco aprovado e os correspondentes limites. Qualquer unidade que origina o risco tem a responsabilidade de gerir esse risco.</p>	<p>As áreas de Risco e Cumprimento e Conduta são a segunda linha de defesa. O seu papel consiste em controlar e desafiar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa.</p> <p>Estas áreas asseguram que os riscos são geridos de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração e promovem uma sólida cultura de risco em toda a organização.</p>	<p>A função de Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma avaliação independente sobre a qualidade e eficácia dos controlos internos, processos e sistemas de gestão de risco e de governo contribuindo assim para a proteção do valor da organização, a sua solvência e a sua reputação.</p>

As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna são adequadamente separadas e independentes, e têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

Estrutura de comités de riscos

O Conselho de Administração é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão periódica do apetite e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o Conselho depende de vários comités com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva, são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo.

- **Comité Executivo de Riscos (CER)**

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pelo apetite de risco do Banco.

Presidente: Presidente da Comissão Executiva (CEO).

- **Comité de Controlo de Riscos (CCR)**

Este comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

Presidente: Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou comités regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo:

Apetite de riscos e estrutura de limites

No Banco, o apetite de risco (RAS, sigla em inglês) é definido como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer este apetite, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente o

apetite de risco sendo o mesmo transferido para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas.

Modelo de negócio e fundamentos do apetite de risco

O apetite pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a apetência pelo risco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, e com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo;
- Produção de ganhos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento;
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo;
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a forte cultura de risco e retorno sustentável do capital;
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países;
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Banco se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos);
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral;
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com o apetite pelo risco e é consistente com o desempenho do Banco a longo prazo.

Princípios Gerais do Apetite de Riscos

O apetite pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Banco Santander em Portugal, é regido pelos seguintes princípios:

- **Responsabilidade do Conselho e da Alta Direção.** O Conselho de Administração é o último responsável pela definição do apetite de risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento;
- **Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco.** O apetite pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização de métricas quantitativas e indicadores qualitativos;

- **Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*).** O apetite de risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de *stress*;
- **Vinculação a planos estratégicos e de negócio.** O apetite de risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrado na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetite;
- **Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização.** O apetite de risco das diferentes unidades incluindo a do Banco está alinhado com o do Grupo.
- **Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento.

Estrutura de limites, seguimento e controlo

O apetite de risco é expresso em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

- **Volatilidade de resultados:** Perda máxima que o Banco está disposto a assumir face a um cenário de *stress* crónico;
- **Solvência:** Posição de capital mínimo e nível máximo de alavancagem que o Banco está preparado para assumir num cenário de *stress* crónico;
- **Liquidez:** Posição mínima de liquidez estrutural, horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de *stress* crónico e posição mínima de cobertura de liquidez;
- **Concentração:** por cliente individual; concentração em contrapartes de *non investment grade*; concentração em grandes exposições;
- **Riscos Não Financeiros:** Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros (fraude; tecnologia; segurança e ciber risco; contencioso e outros), perdas máximas de risco operacional e perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetite de risco é controlado regularmente. As áreas especializadas de controlo informam mensalmente o Conselho de Administração e os seus Comitês sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetite de risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento chave para garantir eficácia do apetite de risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos no apetite pelo risco.

Risk Profile Assessment (RPA)

Realizam-se exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que o Banco está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares, refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco do Banco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com *standards* internacionais;
- **Avaliação do ambiente de controlo**, que avalia o grau de implementação do modelo operacional alvo como parte da gestão avançada do risco;
- **Análise prospetiva**, baseada em métricas de *stress* ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (*Top risks*), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Banco opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o perfil de risco do Banco.

Permite avaliar a resistência do Banco a cenários de *stress*, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez.

Gestão de Risco em 2020

Risco de Crédito – principais vetores da atividade

Para o Banco Santander em Portugal, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, num ano particularmente desafiante, como foi o ano de 2020, não só pelo surgimento da pandemia que afetou o mundo mas também pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte cultura de riscos do Grupo está incorporada transversalmente em toda a atividade e estrutura do Banco, influenciando decisivamente a forma como se executam

todos os processos, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada um de nós demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrentamos.

Risco de Crédito – principais vetores da atividade

No ano de 2020, a atividade da área de Riscos de Crédito, foi bastante exigente pelo que foi necessário dar uma resposta rápida e eficiente no apoio às empresas e famílias, sendo de salientar:

- O Santander em Portugal foi o primeiro Banco a disponibilizar, a todos os clientes, a possibilidade de aderirem a moratórias, de capital e juros ou só capital;
- Foram prorrogados automaticamente os limites de crédito das empresas, que se venciam até junho de 2020 para setembro de 2020 e posteriormente para finais de março de 2021;
- O Banco foi líder na disponibilização das linhas “New Money” de apoio à atividade económica através da contratação de linhas protocoladas com garantia das SGM. Neste contexto foram identificados clientes com créditos pré-aprovados de forma a tornar mais rápido o processo de análise e decisão de crédito para clientes estandardizados e foram, ainda, reforçadas as equipas de risco para agilizar o processo de análise e decisão de crédito;
- As equipas de risco colaboraram com as equipas comerciais de forma a identificar clientes elegíveis para as diversas linhas protocoladas que foram sendo lançadas desde o início da pandemia;
- Desde o início de abril, e cumprindo com a política de seguimento de clientes instituída no Banco e das orientações do BCE e EBA, o Banco reforçou a atividade de monitorização e acompanhamento dos clientes que aderiram às moratórias, com o objetivo de identificar atempadamente eventuais indícios de que os devedores poderão não ter capacidade para cumprir as suas obrigações de crédito após o término das mesmas;
- Este trabalho de monitorização e acompanhamento dos clientes foi efetuado, primeiro através da primeira linha de defesa (área Comercial) e conjuntamente com a segunda linha de defesa (área de Riscos). Após identificados os setores mais críticos, foram elaborados estudos aos diversos portefólios de clientes, constituído por 4 capítulos:
 - Enquadramento sectorial: breve enquadramento setorial baseado na recolha de informação disponível em fontes de informação oficial;
 - Análise do universo de clientes encarteirados (clientes com gestor de risco): análise das principais métricas de risco e análise individual (conjunta entre área Comercial e de Riscos) dos principais grupos económicos, estabelecendo um *outlook* / grau de preocupação com os mesmos;

- Análise do universo de clientes não encarteirados (clientes sem gestor de risco): foram analisadas as principais métricas de risco deste tipo de clientes (nível de classificação de operações (*Stage 1* – sem incremento de risco; *Stage 2* – com incremento de risco significativo; *Stage 3* – *Non Performing Exposure*), nível de cobertura por garantias; tipo de produtos contratados, entre outras;
- Conclusões / Políticas de crédito a assumir: em função de toda a análise efetuada nos capítulos anteriores, foram definidas linhas orientadoras para a área Comercial e de Riscos na gestão futura do risco de crédito neste setor e com os clientes.
- Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão) cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados “automáticos”, foram incorporados nos mesmos fatores que permitam mitigar e antecipar potenciais problemas futuros decorrentes da pandemia e após terminarem as moratórias.
- Foram reforçadas as análises e monitorização às métricas comportamentais nestes clientes de forma a detetar antecipadamente a eventual deterioração da capacidade de pagamento dos mesmos.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados reforçou-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- A atuação, e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido controlados e em níveis aceitáveis;
- Desenvolvimento de melhorias nos processos de admissão com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida. Neste contexto foram agilizados os processos de decisão nos balcões;
- Nos riscos standardizados (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;

- Ainda ao nível dos riscos standardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non-Performing Exposures* (NPL) e crédito vencido, procurando sempre antecipar a deterioração da qualidade creditícia da carteira de crédito;
- Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requisitos de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes standardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* ou *scoring* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca

Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de clientes Particulares como de Empresas -não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável), que é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações a perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Esta perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza

não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberta pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceção fazem-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como Instituições Financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimativa da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de

um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos estandardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander em Portugal. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Gestão de Irregulares e Recuperações

A gestão de recuperações no Santander em Portugal é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, procurar-se-á então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de Recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares &

Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Em maio de 2020, o Banco deu início ao desenvolvimento de um projeto de transformação *End to End*, sobre a temática de "Recoveries and Collections", que visa a gestão massiva de clientes (não encarteirados), através do desenvolvimento de estratégias, processos e oferta comercial em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), que é uma abordagem que permitirá gerir eventuais impactos após o fim das moratórias neste segmento de clientes particulares e micro e pequenas empresas.

Risco de contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2020, a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma forte diminuição, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. Foram mantidas as operações de securitização provenientes do BANIF. O valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros desceu de forma significativa devido à diminuição do coeficiente de risco das operações de taxa de juro a longo prazo.

Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade de negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander em Portugal para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço.

Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos é assegurada por um órgão independente da gestão.

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. As operações realizadas com clientes são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

A metodologia aplicada no exercício de 2020, no âmbito do Banco Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a análise de cenários (stress testing), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting*

consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (clean P&L - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espórâdicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (loss triggers), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (stop loss), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de 8 mil euros a 31/12/2020.

Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco.

O risco de liquidez consiste no risco do Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (stress test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de *stress*.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 122% em 31/12/2020.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, VaR;
- Liquidez: *Buffer* de liquidez, cenários de *stress*, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oneração de ativos e de concentração.

Risco operacional

O Banco Santander em Portugal define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados no âmbito da sua atuação.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

O modelo organizativo do Banco Santander em Portugal resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

A função de risco operacional encontra-se estruturada ao nível de três diferentes linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo

responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito.

A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco;
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional;
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros);
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas;
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional;
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta;
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controle/mitigação, e reporte);

- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte;
- Incrementar a melhoria dos processos e controles e mitigar/reduzir eventuais perdas;
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no sector;
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de risco operacional (RCSA- Risk Control Self-Assessment), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes e identificar eventuais medidas de mitigação;
- Indicadores (ORIs- operational risk indicators), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos;
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas/mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Trata-se de uma ferramenta integrada que permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Esta aplicação incorpora ainda a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos da instituição.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por Risco Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes,

fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas de Cumprimento e as políticas de Risco Reputacional têm por finalidade a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, a Política Global relativa ao Risco de Cumprimento, bem como a Política relativa ao Risco Reputacional, abrangem, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco.

Políticas e instrumentos de risco de cumprimento

- Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política de Cumprimento;
- Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Política e Procedimentos de Comercialização e Seguimento de Produtos;
- Política Geral de Conflitos de Interesses;
- Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção (o Santander possui um Programa Corporativo de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal

Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, possíveis violações do Programa de Prevenção da Corrupção Corporativa e ii) outras eventuais irregularidades);

- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.

Políticas de risco reputacional

- Política de Risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar e prevenir o risco reputacional associado);
- Política de Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).

Para além do risco de Cumprimento e risco Reputacional, o Banco tem ainda uma área autónoma de Sustentabilidade e de Banca Responsável, na qual se destacam outras políticas, tais como a *Política Geral de Sustentabilidade*, a *Política de Direitos Humanos*, a *Política de Cultura Corporativa* e a *Política de Contribuições para Fins Sociais*.

Neste contexto, devem ser ainda mencionadas as políticas setoriais sócio-ambientais (energia, minas e setor mineiro e *soft commodities*), as quais são acompanhadas na área de Riscos, e que definem os critérios que devem ser seguidos na atividade financeira relacionada com estes setores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2020, foi de 7.088.554,15€ (sete milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro Euro e quinze cêntimos) e o Resultado Consolidado em 2020 foi de 295.558.829 € (duzentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e nove Euro).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 708.855,42€ (setecentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco Euro e quarenta e dois cêntimos);
- Resultados Transitados: 6.379.698,73€ (seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e oito Euro e setenta e três cêntimos).

Tendo em conta a recomendação do Banco Central Europeu de 15 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração propõe a não distribuição de dividendos.

Lisboa, 20 de abril de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Prevenção de branqueamento de capitais

A função de cumprimento em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (PBCFT) do Banco Santander em Portugal está corporizada na área de PBCFT, integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “compliance” e que funciona de forma independente e permanente.

A área de PBCFT tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, em ordem à prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de caráter reputacional. Para o efeito, além de uma estrutura orgânica especializada e exclusivamente dedicada, existem normativos internos e estão implementados procedimentos e controlos específicos, corporizando o sistema de controlo interno em matéria de PBCFT, que é objeto de auditoria anual.

A área de PBCFT dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (Chief Compliance Officer).

O Responsável da área de PBCFT atua como o “Responsável pelo Cumprimento Normativo” nesta matéria, competindo-lhe:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da entidade obrigada;
- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao Chief Compliance Officer compete, nomeadamente, a coordenação da área de PBCFT e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Em 2020 foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- i) Relatório de PBCFT conforme determina a Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019.
- ii) Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT.”

Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Banco Santander, SA	196.996.017.344	99,85%

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 26 de maio de 2020, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Tendo em conta a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19) de 27 de março de 2020, a compra de ações próprias ficou suspensa até que esta recomendação deixe de vigorar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Santander Totta SGPS detinha 113.595.456 ações próprias correspondentes a 0,058% do seu capital social. Durante o ano 2020, a Santander Totta SGPS, S.A. não comprou ações próprias.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2020

Santander Totta SGPS, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2019	113.595.456	0,02	2.447.158	0,058%
Aquisição de ações	-	-	-	-
Alienação de ações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	113.595.456	0,02	2.447.158	0,058%

Movimentos de ações e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

	Entidade	Nº Ações em 31/dez/2019	Movimentos em 2020	Nº Ações em 31/dez/2020
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander, SA	125.293	20.02.2020 - Atribuição Corporativa: 15.171 - 3,91€ 10.12.2020 - Aumento de capital incorporação de reservas - 6.107	146.571
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander, SA	62.219	20.02.2020 - Atribuição Corporativa: 43.366 - 3,91€ 10.12.2020 - Aumento de capital incorporação de reservas - 4.590	110.175
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander, SA	151.133	20.02.2020 - Atribuição Corporativa: 40.335 - 3,91€ 10.12.2020 - Aumento de capital incoorporação de reservas: 8.324	199.792
José Duarte Assunção Dias	-	0	-	0
Fernando Jorge Marques Vieira	-	0	-	0
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	-	0	-	0
José Luís Areal Alves da Cunha	-	0	-	0

Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

Cargos em Acumulação

	No perímetro da consolidação	Fora do perímetro da consolidação
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander Totta, SA (Presidente do Conselho de Administração)	Portal Universia Portugal – Prestação de Serviços Informáticos, S.A. (Pres. Mesa AG); Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola (Vice-Presidente da Junta Diretiva)
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander Totta, SA (Vice - Presidente do Conselho de Administração; Presidente da Comissão Executiva CEO)	ACEGE (Membro do Conselho Estratégico); Centro Paroquial São Francisco de Paula (NE Diretor); ISEG (Membro do Conselho Consultivo); Fundação Alfredo de Sousa (Membro do Conselho de Curadores)
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Totta, SA (Membro do Conselho de Administração; Vice-Presidente da Comissão Executiva); Taxagest (Presidente do Conselho de Administração)	-
José Duarte Assunção Dias	Santander Totta Seguros (Suplente do Conselho Fiscal); Gamma (Presidente do Conselho Fiscal); Aegon Santander Portugal Vida (Presidente do Conselho Fiscal); Aegon Santander Portugal Não Vida (Presidente do Conselho Fiscal); Popular Seguros (Suplente do Conselho Fiscal)	Alves da Cunha, A. Dias & Associados SROC (Sócio)
Fernando Jorge Marques Vieira	Gamma (Membro do Conselho Fiscal)	Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Sócio e Representante da sociedade na prestação de serviços de auditoria e/ou ROC em diversas entidades/sociedades)
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Gamma (Membro do Conselho Fiscal)	Clube do Autor (Administrador Executivo); CFO&F SA (CFO); Rimaduvica Lda (Gerente)

INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

"Rendimento de juros" deduzidos dos "Despesas com juros"

Rendimento de instrumentos de capital

"Rendimento de dividendos", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados

Resultado de associadas

"Resultados de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados

Comissões líquidas

"Rendimento de taxas e comissões" deduzidos dos "Despesas de taxas e comissões"

Outros resultados de exploração

"Outras receitas operacionais" deduzidas de "outras despesas operacionais", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados.

Atividade de seguros

Soma de "Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" com "Margem bruta da atividade de seguros", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da "margem financeira", "rendimento de instrumentos de capital", "Resultado de associadas", "comissões líquidas" e "Outros resultados de exploração" e "atividade de seguros"

Resultado em operações financeiras

Soma de "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, valor líquido", Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros, detidos para negociação, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido", "Diferenças cambiais [ganhos ou perdas], valor líquido", "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

Margem comercial adicionada de "resultados em operações financeiras"

Custos operacionais

Soma de "Despesas de pessoal", de "Outras despesas administrativas" e de "Depreciação", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados.

Resultado de exploração

Produto bancário subtraído dos custos operacionais

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de "provisões ou reversão de provisões", de "imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados", de "imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros", de "ganhos ou perdas outros, valor líquido", de "lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas" e de "contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos", tal como apresentado da Demonstração dos Resultados

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

Resultado de exploração subtraído de imparidades, provisões líquidas e outros resultados

Impostos

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação”, tal como apresentado da Demonstração dos Resultados

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos

Interesses que não controlam

“Lucros ou prejuízos do exercício – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado da Demonstração dos Resultados

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam, deduzido de “interesses que não controlam”

Rácio de eficiência

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal

Gap comercial

Diferença entre o “crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” e os “recursos de clientes e outros empréstimos”

Volume de Negócio

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

Crédito a clientes bruto

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta nas notas 8 e 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e das notas 7 e 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”. Valores antes de imparidades

Crédito a clientes líquido

Crédito a clientes bruto, líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber” conforme consta nas notas 8, 9 e 18 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e das notas 7, 8 e 16 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS)

Rácio de non-performing exposure

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais

Custo do crédito

Rácio entre a “imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado” (da demonstração dos resultados) e a média do “crédito a clientes bruto” (do balanço)

Cobertura de non-performing exposure

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE)

Depósitos

Corresponde à rubrica “Depósitos de clientes” – ver nota 16 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas) e nota 15 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras individuais)

Recursos fora de balanço

Soma dos fundos de investimento e seguros comercializados e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS)

Recursos de clientes

Soma de recursos de clientes (depósitos) com os recursos fora de balanço

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios do início do período

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o resultado líquido e o ativo líquido

Tabela de indicadores não financeiros

Informamos que o Banco preparou um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio da internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

I. Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Em 2020, verificou-se uma alteração na composição dos membros do Conselho de Administração em virtude do falecimento, a 18 de março de 2020, do Presidente do Conselho de Administração, Sr Dr. António José Sacadura Vieira Monteiro.

Finalizado o processo de autorização e registo junto do Banco Central Europeu, o Sr Dr. José Carlos Sítima assumiu, a 15 de maio de 2020, as funções de Presidente do Conselho de Administração.

II. Estrutura Acionista

A Santander Totta, SGPS tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

O capital social da sociedade é detido em 99,848% pelo Banco Santander, S.A..

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

III. Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade. Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projetos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Durante o ano de 2020 a composição dos órgãos sociais do Banco foi seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Manuel Galvão Teles
Vice-Presidente: António Maria Pinto Leite
Secretário: Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente: Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal: Manuel António Amaral Franco Preto

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Duarte Assunção Dias
Vogais: Fernando Jorge Marques Vieira
Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente: José Luís Areal Alves da Cunha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA.,
representada por Aurélio Adriano Rangel Amado

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal: Manuel António Amaral Franco Preto

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente: Jaime Pérez Renovales
Vogal: Roberto di Bernardini

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário Efetivo: João Afonso Pereira Gomes da Silva
Secretários Suplentes: Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2020, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2019.

1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral.** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- c) **Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos a título de remuneração fixa e variável aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2019, o valor global de 3,7 milhões de euros.

3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 22 de abril de 2020

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, SGPS, S.A., todas relativas ao exercício de 2020, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

José Carlos Brito Sitima

Presidente

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vice-Presidente

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	4.543.652	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	6	901.010	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	7	3.195.742	3.100.275
Instrumentos de capital		817.078	789.083
Títulos de dívida		2.378.664	2.311.192
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	8.457.676	6.587.490
Instrumentos de capital		72.768	74.034
Títulos de dívida		5.244.837	6.513.456
Empréstimos e adiantamentos		3.140.071	-
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	39.833.021	40.076.660
Títulos de dívida		3.965.219	3.784.761
Empréstimos e adiantamentos		35.867.802	36.291.899
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	23.719	56.245
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	11	131.136	112.259
Ativos tangíveis	12	584.511	629.166
Propriedades de investimento		250.531	252.513
Ativos tangíveis		333.980	376.653
Ativos intangíveis	12	39.231	33.229
Ativos por impostos	13	393.876	604.868
Outros ativos	14	175.428	264.712
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	15	51.461	44.043
TOTAL DO ATIVO		58.330.463	56.082.773
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	920.602	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	16	3.261.337	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	17	47.052.864	45.016.592
Depósitos		44.280.137	41.352.469
Títulos de dívida emitidos		2.560.585	3.431.231
Outros passivos financeiros		212.142	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	522.283	393.831
Provisões	18	950.932	964.754
Compromissos e garantias concedidos		57.466	53.249
Outras provisões		893.466	911.505
Passivos por impostos	13	391.264	393.964
Capital social reembolsável à vista	19	64.692	64.620
Outros passivos	20	446.049	456.211
TOTAL DO PASSIVO		53.610.023	51.819.203
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	21	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	21	600.000	600.000
Outro rendimento integral acumulado	21	4.172	(216.407)
Rubricas que não serão reclassificados em resultados		(658.627)	(651.661)
Rubricas que podem ser reclassificados em resultados		662.799	435.254
Lucros retidos	21	197.228	(137.618)
Outras reservas	21	1.651.171	1.518.234
Ações próprias	21	(2.447)	(2.447)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	22	295.559	527.258
Participações minoritárias sem controlo	23	1.795	1.588
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		4.720.440	4.263.570
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		58.330.463	56.082.773

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos de juros	25	1.110.848	1.209.110
Despesas com juros	25	(324.208)	(353.396)
MARGEM FINANCEIRA		786.640	855.714
Rendimento de dividendos	26	1.734	1.789
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	27	14.553	10.805
Rendimentos de taxas e comissões	28	483.571	489.003
Despesas de taxas e comissões	28	(110.359)	(108.499)
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	93.832	66.712
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	29	(9.298)	8.825
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	3.326	7.692
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	29	11.192	11.253
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	30	15.620	718
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	31	73.208	26.818
Margem bruta da atividade de seguros	31	(55.972)	(5.131)
Outras receitas operacionais	32	21.353	25.747
Outras despesas operacionais	32	(11.718)	(14.312)
PRODUTO BANCÁRIO		1.317.682	1.377.134
Despesas administrativas	33	(524.808)	(554.806)
Despesas de pessoal		(324.383)	(345.988)
Outras despesas administrativas		(200.425)	(208.818)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	34	(35.624)	(32.647)
Depreciação	12	(52.405)	(49.639)
Provisões ou reversão de provisões	18	(66.707)	(995)
Compromissos e garantias concedidos		(4.217)	(89)
Outras provisões		(62.490)	(906)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	18	(187.632)	6.963
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		75	(86)
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(187.707)	7.049
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	18	(16.013)	(6.696)
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	1.3 l)	(34.495)	(28.259)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	35	5.014	28.736
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		405.012	739.791
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	13	(109.344)	(212.315)
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		295.668	527.476
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		295.668	527.476
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	23	109	218
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		295.559	527.258

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2020		2019	
	Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam
Lucros ou prejuízos do exercício	295.559	109	527.258	218
Outro rendimento integral	222.302	93	15.603	8
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados				
Remensuração com planos de pensões de benefício definido				
. Valor bruto	(5.585)	(2)	(149.850)	(59)
. Impacto fiscal	-	-	22.589	10
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas				
. Valor bruto	(1.088)	-	905	-
. Impacto fiscal	277	-	(490)	-
Varição do justo valor dos instrumentos de capital próprio contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral				
. Valor bruto	(238)	-	520	-
. Impacto fiscal	-	-	-	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados				
Coberturas de fluxos de caixa				
. Justo valor	8.383	4	(84.917)	(37)
. Impacto fiscal	(2.599)	(1)	26.325	11
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral				
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio				
. Justo valor	(162.735)	(71)	309.416	120
. Impacto fiscal	50.167	22	(93.099)	(37)
Alteração do modelo de negócio (Nota 1.3 c))				
. Impacto inicial				
. Valor bruto	373.023	152	-	-
. Impacto fiscal	(115.637)	(46)	-	-
Varição no justo valor				
. Valor bruto	121.217	51	-	-
. Impacto fiscal	(37.578)	(15)	-	-
Variações na "shadow reserve":				
. Justo valor	(9.063)	-	(19.113)	-
. Impacto fiscal	3.543	-	3.041	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas				
. Valor bruto	294	-	371	-
. Impacto fiscal	(80)	-	(95)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	517.861	202	542.861	226

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Instrumentos de		Outro rendimento integral acumulado		Lucros retidos	Outras reservas	Ações próprias	Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	Dividendos provisórios	Interesses minoritários		Total do capital próprio
	Capital	capital próprio emitidos, exceto capital social	De justo valor	Por impostos						outro rend. integral acumulado	outras rubricas	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.972.962	600.000	(284.237)	52.227	(145.411)	1.576.640	(2.284)	499.964	(100.000)	(116)	1.993	4.171.738
Aplicação dos resultados												
. Transferência para reservas	-	-	-	-	68.781	(63.817)	-	(4.964)	-	12	(12)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	212	3	-	(495.000)	100.000	-	(188)	(394.973)
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	-	-	-	(61.200)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	5.797	-	-	-	-	-	5.797
Remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	(332)	-	-	-	-	-	(332)
Compra de ações próprias pela Santander Totta, SGPS	-	-	-	-	-	-	(163)	-	-	-	-	(163)
Outros	-	-	-	-	-	(57)	-	-	-	-	(327)	(384)
Rendimento integral do exercício de 2019	-	-	57.332	(41.729)	-	-	-	527.258	-	226	-	543.087
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.972.962	600.000	(226.905)	10.498	(137.618)	1.518.234	(2.447)	527.258	-	122	1.466	4.263.570
Aplicação dos resultados												
. Transferência para reservas	-	-	-	-	396.046	131.212	-	(527.258)	-	(218)	218	-
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	-	-	-	(61.200)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	(2.312)	589	-	1.723	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	5	7
Rendimento integral do exercício de 2020	-	-	324.208	(101.906)	-	-	-	295.559	-	202	-	518.063
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.972.962	600.000	94.991	(90.819)	197.228	1.651.171	(2.447)	295.559	-	106	1.689	4.720.440

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	31-12-2020	31-12-2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Rendimentos de juros e comissões	1.516.925	1.583.976
Despesas com juros e comissões	(384.873)	(440.091)
Despesas administrativas	(540.245)	(612.250)
Contribuições para os fundos de pensões	36 (19.400)	(176.573)
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais	2.309	11.728
Recuperação de créditos incobráveis	7.317	8.507
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros	34.047	41.594
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>616.080</u>	<u>416.891</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito	751.463	(97.234)
Ativos financeiros detidos para negociação	172.419	141.095
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Clientes	(3.016.579)	508.747
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	(187.837)	276.596
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	(30.449)	13.302
Propriedades de investimento	1.981	45.113
Outros ativos	53.242	78.525
	<u>(2.255.760)</u>	<u>966.144</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Instituições de crédito	2.084.040	(344.242)
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Clientes	810.477	1.727.021
Passivos financeiros detidos para negociação	(176.612)	(142.499)
Outros passivos	(1.345)	7.649
	<u>2.716.560</u>	<u>1.247.929</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.076.880	2.630.964
Impostos pagos	(194.950)	(40.125)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>881.930</u>	<u>2.590.839</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	26 1.734	1.789
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(177.030)	(1.060.903)
Alienação de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.397.059	827.552
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	(95.467)	(46.465)
Rendimentos adquiridos ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	75.891	128.141
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(51.473)	(99.595)
Vendas de ativos tangíveis	12.092	(6.588)
Alienação de empresas subsidiárias e associadas	4 14.400	-
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>1.177.206</u>	<u>(256.069)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Reembolso de dívida titulada e subordinada	(878.797)	(884.577)
Remuneração paga de dívida emitida	(31.574)	(44.536)
Dividendos pagos	-	(395.000)
Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments"	(61.200)	(61.200)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(971.571)</u>	<u>(1.385.313)</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>1.087.565</u>	<u>949.457</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.456.087	2.506.630
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.543.652	3.456.087

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

A Santander Totta está integrada na consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2020 e 2019 encontram-se detalhados na Nota 38.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 434 balcões (497 balcões em 31 de dezembro de 2019). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de gestão de 31 de dezembro de 2020 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração em 20 de abril de 2021. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e efetivas à data de 1 de janeiro de 2020, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2020, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2019.

No decorrer do exercício de 2020 o Grupo procedeu à renomeação das suas demonstrações financeiras para dar cumprimento às orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

Na preparação das demonstrações financeiras o Grupo segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Derivados.

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento. As projeções efetuadas estão baseadas em diferentes cenários e incluem também o impacto na atividade do Grupo da incerteza provocada pela pandemia Covid – 19.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Grupo adotou com referência a 1 de janeiro de 2020 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados..
- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura concetual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

No âmbito da "Reforma das taxas de juro de referência – fase 1" e por forma a gerir e controlar a revisão das taxas de juro de referência (que incluem, entre outras, EONIA, LIBOR e EURIBOR: A EONIA será descontinuada em Janeiro de 2022, a LIBOR deverá ser descontinuada em Dezembro de 2021 e a EURIBOR continua como um índice válido), o Grupo Santander criou um grupo de trabalho, onde o Grupo está inserido, para assegurar uma transição correta em todas as entidades e avaliar possíveis impactos.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Grupo, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

- **IFRS 16** (alteração), “Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.
- **IAS 1** (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 16** (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente *versus* incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

- **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS10, IFRS11, IAS 28 e IFRS3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Participações minoritárias sem controlo" (Nota 23). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista". Os interesses que não controlam de resultados do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verificarem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de "cash-flows" futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescentadas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaletu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rúbricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas ("fixing" do Banco de Portugal).

Em 31 de dezembro de 2020, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

USD - 1,22710

GBP - 0,89903

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor - "Hold to Collect".
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor - "Hold to Collect & Sale".
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados ("FVPL").

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Em março de 2020 a administração do Banco, em virtude dos eventos mencionados na Nota 8, tomou a decisão de descontinuar a atividade de concessão de créditos que requeiram financiamento estável e em grandes montantes e prazos, dentro desta atividade encontra-se o financiamento direto ao estado português. Esta decisão foi (i) devidamente documentada internamente, (ii) disseminada por toda a estrutura do Banco e (iii) e devidamente comunicada a todos os stakeholders. É entendimento da gestão, que os créditos impactados pela alteração do modelo de negócio têm um impacto significativo no Balanço do Banco, tal como pode ser demonstrado na Nota 8.

Face ao exposto, e uma vez cumpridos todos os impactos requisitos definidos na IFRS 9, o Banco procedeu à reclassificação dos respetivos contratos, passando os mesmos a ser mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, quando anteriormente eram mensurados pelo custo amortizado. A diferença entre o justo valor e respetivo valor de balanço na data da reclassificação, foi reconhecida em outro rendimento integral, conforme se apresenta:

	Mensuração	
	Custo amortizado	Ao justo valor através de outro rendimento integral
Crédito concedido	2.300.000	2.300.000
Juros a receber	49.478	49.478
Justo valor	-	373.172
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	258.180	258.180

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e despesas de taxas e comissões

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido" e "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subseqüentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rúbricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB. Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Contratou ainda instrumentos financeiros derivados para a cobertura dos fluxos futuros provenientes da alienação de parte da sua carteira ao justo valor através de outro rendimento integral.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Grupo e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Para esses ativos, o Banco procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (*life time*)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de *scorings* e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Grupo a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default) individualmente significativos (exposição acima de 0,5 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurando considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos. Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) IFRS 16 - Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de novos requisitos para a aplicação desta norma, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Grupo procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido na rubrica Ativos tangíveis e ativos intangíveis (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na rubrica Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizados – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras (Nota 17), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o grupo está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e conseqüentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Outras despesas administrativas".

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas".

f) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Grupo regista na rúbrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rúbrica "Outros ativos" (Nota 14).

O seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para ativos não correntes detidos para venda. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificarem por aumento do justo valor menos custos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

Quando se trata de unidades operacionais descontinuadas, de acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", o Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com, informação dos consultores legais e fiscais do Grupo.

Desta forma, a rúbrica do passivo "Provisões" inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovado pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93º do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto-lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (89,01 euros por beneficiário e 38,52 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado - prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – “Benefícios aos empregados” as remensurações são registados diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na rubrica de “Despesas de pessoal” da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Santander Totta Seguros (“Companhia”)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

k) Impostos sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Grupo, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Lei n.º 2/2020, de 31 de março), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2020 e 2019, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Grupo no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Com a publicação do Orçamento Suplementar para 2020 (Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho), os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Adicionalmente, a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais fica suspensa por dois períodos de tributação.

Assim, os prejuízos fiscais gerados entre o exercício de 2014 e 2016, inclusive, poderão ser utilizados nos catorze períodos de tributação posteriores, enquanto que os gerados entre 2017 e 2019, inclusive, poderão ser utilizados nos sete períodos de tributação posteriores.

A dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (80%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021), podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este novo regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao novo regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontra-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Grupo aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultados contabilístico ou fiscal.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rúbricas de capitais próprios.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Banco mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o sector bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

m) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e gastos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos gastos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros são classificados na rubrica de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

n) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

o) Reconhecimento de rendimentos e despesas – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados”.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas, como “Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado”.

Os títulos afetos à atividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados”.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

r) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 36)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 39)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 18 e 39)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda e outros ativos (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Grupo apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 18 e 42)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Grupo e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar. Relativamente aos planos de reestruturação foi considerado os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

Determinação dos passivos por contratos de seguro (Nota 18)

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. m) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2020 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Grupo (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Gestão de Seguros:

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2020					
	Corporate					
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	74.074	469.195	85.280	485	157.606	786.640
Rendimento de dividendos	-	-	-	-	1.734	1.734
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	-	-	9.200	5.353	14.553
Comissões líquidas	45.927	340.836	23.389	(4.448)	(32.493)	373.212
Resultado de operações financeiras	9.757	5.569	499	18.190	80.656	114.672
Outros resultados da atividade bancária	-	2.564	-	1.277	5.794	9.635
Atividades seguradora	-	-	-	17.236	-	17.236
Produto bancário	129.758	818.164	109.169	41.942	218.650	1.317.682
Despesas administrativas	(23.387)	(448.740)	(37.384)	(11.408)	(3.890)	(524.808)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(35.624)	(35.624)
Depreciações	(3.265)	(46.742)	(1.854)	(544)	-	(52.405)
	103.106	322.682	69.931	29.990	179.136	704.845
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(2.024)	(4.373)	5.760	(612)	(269.104)	(270.352)
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	30	4.984	5.014
Outros resultados	-	-	-	-	(34.495)	(34.495)
Lucros ou prejuízos do exercício antes de impostos	101.083	318.309	75.691	29.408	(119.479)	405.012
Impostos	(31.335)	(98.676)	(23.464)	274	43.857	(109.344)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(109)	(109)
Lucros ou prejuízos do exercício	69.748	219.633	52.227	29.682	(75.731)	295.559

	31-12-2019					
	Corporate					
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	78.535	517.472	94.740	338	164.629	855.714
Rendimento de dividendos	-	-	-	-	1.789	1.789
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada	-	-	-	8.259	2.546	10.805
Comissões líquidas	48.673	334.871	25.010	(4.357)	(23.693)	380.504
Resultado de operações financeiras	21.926	6.545	1.842	23.503	41.384	95.200
Outros resultados da atividade bancária	-	2.292	-	1.014	8.129	11.435
Atividades seguradora	-	-	-	21.687	-	21.687
Produto bancário	149.134	861.180	121.592	50.445	194.784	1.377.134
Despesas administrativas	(25.933)	(464.169)	(48.794)	(12.746)	(3.164)	(554.806)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(32.647)	(32.647)
Depreciações	(2.727)	(45.066)	(1.331)	(515)	-	(49.639)
	120.474	351.945	71.467	37.183	158.973	740.042
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	5.688	19.278	(10.595)	(76)	(15.023)	(728)
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	30	28.706	28.736
Outros resultados	-	-	-	-	(28.259)	(28.259)
Lucros ou prejuízos do exercício antes de impostos	126.162	371.223	60.872	37.137	144.397	739.791
Impostos	(39.110)	(115.079)	(18.870)	(5.197)	(34.058)	(212.315)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(218)	(218)
Lucros ou prejuízos do exercício	87.051	256.144	42.002	31.940	110.121	527.258

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos afetos a cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2020					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Ativo						
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	3.140.071	3.140.071
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	20.669.687	-	-	-	20.669.687
Crédito ao consumo	-	1.680.478	-	-	-	1.680.478
Outros créditos	3.742.164	6.329.283	6.121.185	-	-	16.192.633
Outros saldos a receber	-	52.845	-	-	1.237.378	1.290.223
Total dos ativos afetos	3.742.164	28.732.293	6.121.185	-	4.377.449	42.973.092
Ativos não afetos						15.357.371
Total do Ativo						58.330.463
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- Clientes	1.333.795	29.117.077	5.488.154	-	-	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	2.560.585	2.560.585
Total de passivos afetos	1.333.795	29.117.077	5.488.154	-	2.560.585	38.499.611
Passivos não afetos						15.110.412
Total do Passivo						53.610.023
Garantias e Avais	180.278	520.765	911.700	-	-	1.612.743

	31-12-2019					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Ativo						
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	19.653.605	-	-	-	19.653.605
Crédito ao consumo	-	1.706.797	-	-	-	1.706.797
Outros créditos	3.664.872	5.774.745	8.268.391	-	-	17.708.008
Outros saldos a receber	-	60.591	-	-	947.659	1.008.250
Total dos ativos afetos	3.664.872	27.195.738	8.268.391	-	947.659	40.076.660
Ativos não afetos						16.006.113
Total do Ativo						56.082.773
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- Clientes	2.433.896	27.053.435	5.631.619	-	-	35.118.949
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	3.431.231	3.431.231
Total de passivos afetos	2.433.896	27.053.435	5.631.619	-	3.431.231	38.550.180
Passivos não afetos						13.269.023
Total do Passivo						51.819.203
Garantias e Avais	285.882	576.451	713.870	-	-	1.576.203

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Lucro ou prejuízo do exercício	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.	Matriz	Matriz	100,00	100,00	3.848.195	3.960.314	3.812.090	3.867.119	7.089	435.860
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	99,96	99,96	99,96	99,96	57.448.833	55.639.804	3.990.610	3.497.526	275.210	499.715
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	-	-	99,96	99,96	536.675	579.674	461.336	458.974	1.455	1.457
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	-	-	99,96	99,96	134.313	148.280	127.726	131.505	583	6.083
TAXAGEST, SGPS, SA	1,00	1,00	99,96	99,96	55.745	55.751	55.744	55.747	(3)	8
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	78,71	78,71	311.513	312.552	304.335	303.994	341	5.750
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	-	-	99,96	99,96	7.249	7.166	6.810	6.747	63	228
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	562.050	622.446	(3.564)	(4.697)	1.088	(958)
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	572.173	616.581	(10.508)	(11.309)	923	(4.005)
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	505.515	561.424	499.365	560.487	168	(740)
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	504.601	550.361	503.853	549.042	398	(1.171)
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	2.804.742	3.157.980	-	-	-	-
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	-	21,85	21,85	368.375	374.480	110.136	96.688	23.919	16.194
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-	-	25,76	25,75	107.131	106.281	101.807	100.597	1.210	292
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	4.224.577	4.391.845	170.534	140.872	26.907	25.545
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	132.548	115.184	36.552	32.262	14.776	11.904
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	52.919	43.971	21.018	21.805	4.001	4.950
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS	-	-	49,99	100,00	13.655	16.232	8.215	10.611	(1.149)	1.247

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
Santander Totta, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
TOTTA (IRELAND), PLC ⁽²⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	Fundo Imobiliário	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do "Resultado do período" correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 (01 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019).

Em Outubro de 2020, o Grupo alienou à Mafre Seguros Gerais, S.A. 50,01% do capital social da Popular Seguros, pelo valor global de 14.400, tendo registado mais valia líquida de 5.775 milhares de euros. Adicionalmente, decorrente da alienação e perda de controlo sobre as companhias acima mencionadas, o Grupo gerou uma mais valia decorrente da valorização ao justo valor das participações remanescentes de 49,99% de 9.713 milhares de euros (Nota 30). A alienação da participação no capital social da Popular Seguros foi efetuada no contexto do "Shareholders's agreement", celebrado em 14 de outubro de 2020 entre a Santander Totta Seguros, o Banco Santander Totta, S.A. e a Mafre Seguros Gerais, S.A., no âmbito do qual foram estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Mafre controlo conjunto sobre a entidade. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até dezembro de 2037.

Durante o exercício de 2019, o Grupo procedeu à venda da participação na Benim-Sociedade Imobiliária, S.A., e à liquidação da Atlantes Mortgage Nº 1 FTC, Banif International Bank, LTD e Primestar Servicing, S.A.. Foram ainda concedidas prestações suplementares de capital à TottaUrbe por 99.759 milhares de euros.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o balanço das sociedades Aegon Santander Portugal Vida e não Vida apresentava a seguinte composição:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.342	6.689	23.031	4.703	3.768	8.471
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	73.833	40.146	113.979	67.298	33.678	100.976
Ativos tangíveis	298	-	298	50	-	50
Ativos intangíveis	9.721	5.063	14.784	11.711	5.732	17.443
Provisões Técnicas de resseguro cedido	29.106	501	29.607	28.465	257	28.722
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.163	406	3.569	2.887	445	3.332
Acréscimos e diferimentos	60	114	174	52	91	143
Outros elementos do ativo	25	-	25	18	-	18
	<u>132.548</u>	<u>52.919</u>	<u>185.467</u>	<u>115.184</u>	<u>43.971</u>	<u>159.155</u>
Provisões Técnicas	66.257	17.840	84.097	67.168	13.479	80.647
Outros passivos financeiros	4.181	-	4.181	6.045	-	6.045
Outros credores por operações de seguros e outras operações	20.925	11.351	32.276	6.818	5.978	12.796
Passivos por impostos e taxas	1.817	769	2.586	1.121	1.667	2.788
Acréscimos e diferimentos	2.816	1.941	4.757	1.770	1.042	2.812
Capital	7.500	7.500	15.000	7.500	7.500	15.000
Reservas de reavaliação	1.535	745	2.280	1.228	451	1.679
Reservas por impostos diferidos	(399)	(194)	(593)	(319)	(112)	(431)
Outras Reservas	13.140	5.836	18.976	11.949	5.341	17.290
Lucros retidos	-	3.130	3.130	-	3.675	3.675
Resultado do exercício	14.776	4.001	18.777	11.904	4.950	16.854
	<u>132.548</u>	<u>52.919</u>	<u>185.467</u>	<u>115.184</u>	<u>43.971</u>	<u>159.155</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Carteira de imóveis	250.531	252.513
Contas de terceiros	8.070	6.672
Disponibilidades	52.874	53.312
Acréscimos e diferimentos	38	55
	<u>311.513</u>	<u>312.552</u>
Capital do Fundo	304.335	303.994
Ajustamento e provisões	3.867	3.802
Contas de terceiros	1.461	2.973
Acréscimos e diferimentos	1.850	1.783
	<u>311.513</u>	<u>312.552</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 268 milhares de euros e 4.526 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Caixa	336.121	354.664
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	3.932.058	2.798.892
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	<u>275.473</u>	<u>346.841</u>
	<u>4.543.652</u>	<u>3.500.397</u>

De acordo com a regulamentação em vigor as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero).

Para o excesso, o Conselho do BCE em 12 de setembro de 2019, decidiu introduzir um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias, que isenta uma parte da liquidez excedentária das instituições, ou seja, a parte das reservas que excede as reservas obrigatórias, da remuneração negativa à taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito. O Conselho do BCE decidiu, nomeadamente, isentar um múltiplo das reservas obrigatórias das instituições e decidiu fixar em seis o multiplicador inicial «m» das reservas obrigatórias das instituições que é utilizado para calcular a parte isenta das reservas excedentárias das instituições em relação a todas as instituições elegíveis, e em zero por cento a taxa de juro inicial aplicável às reservas excedentárias isentas. O referido multiplicador «m» e a taxa de juro aplicável às reservas excedentárias isentas podem ser ajustados ao longo do tempo pelo Conselho do BCE.

6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	<u>901.010</u>	<u>1.073.429</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>920.602</u>	<u>1.097.214</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão registados os seguintes derivados:

	31-12-2020				31-12-2019			
	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido
Forwards								
Compras	401.114	6.820	6.736	84	348.012	3.363	3.215	148
Vendas	401.024				347.891			
Swaps								
Contratos de taxa de câmbio (Currency Swaps)								
Compras	1.084.783	512	3.335	(2.823)	1.769.065	93	8.255	(8.162)
Vendas	1.086.821				1.776.582			
Contratos de taxa de juro (Interest Rate Swaps)	26.478.426	831.103	863.703	(32.600)	25.585.244	995.330	1.026.187	(30.857)
Contratos sobre cotações (Equity Swaps)	352.863	21.154	4.828	16.326	365.873	18.339	3.183	15.156
Opções								
Contratos de taxa de câmbio (Currency Swaps)								
Compras	7.961	309	311	(2)	72.416	540	540	-
Vendas	7.961				72.416			
Contratos sobre cotações (Equity Swaps)								
Compras	46.765	1.439	2.113	(674)	146.926	2.585	2.871	(286)
Vendas	46.765				146.926			
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps and Floors)	961.240	39.673	39.576	97	1.073.415	53.179	52.963	216
	<u>30.875.723</u>	<u>901.010</u>	<u>920.602</u>	<u>(19.592)</u>	<u>31.704.766</u>	<u>1.073.429</u>	<u>1.097.214</u>	<u>(23.785)</u>

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de ativo e passivo relativas a "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 5.300 milhares de euros e 5.053 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (7.120 milhares de euros e 7.141 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS NÃO DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	194.012	190.944
Emitidos por não residentes	623.066	598.139
	<u>817.078</u>	<u>789.083</u>
Títulos de dívida		
Emitidos por residentes		
De emissores públicos nacionais	1.030.010	1.050.907
De outros emissores nacionais	104.975	117.324
Emitidos por não residentes		
De emissores públicos estrangeiros	397.020	415.160
De outros emissores não residentes	846.659	727.801
	<u>2.378.664</u>	<u>2.311.192</u>
	<u>3.195.742</u>	<u>3.100.275</u>

Os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros pelo seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados” (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Descrição	31-12-2020					31-12-2019				
	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Produtos "Unit link"		Outros produtos		
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Justo Valor	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Justo Valor
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Obrigações do Tesouro	1.017.486	12.524	-	-	1.030.010	1.038.082	12.825	-	-	1.050.907
Dívida não subordinada	103.052	1.923	-	-	104.975	115.227	2.097	-	-	117.324
Emitidos por não residentes										
Emissores públicos estrangeiros	394.026	2.994	-	-	397.020	412.165	2.995	-	-	415.160
Dívida não subordinada	834.850	11.809	-	-	846.659	715.887	11.914	-	-	727.801
Instrumentos de capital										
Emitidos por residentes	60.220	-	133.792	-	194.012	45.654	-	145.290	-	190.944
Emitidos por não residentes	623.008	-	58	-	623.066	597.458	-	681	-	598.139
	3.032.642	29.250	133.850	-	3.195.742	2.924.473	29.831	145.971	-	3.100.275

8. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2020								Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade (Nota 18)	
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
Obrigações do Tesouro	3.756.533	65.263	58.098	487.393	(45)	487.348	36.676	-	4.403.918
Outros residentes									
Dívida não subordinada	13.943	90	-	201	(96)	105	-	(14)	14.124
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros	687.337	5.022	-	65.375	-	65.375	-	-	757.734
Outros não residentes	67.632	485	-	980	(36)	944	-	-	69.061
	4.525.445	70.860	58.098	553.949	(177)	553.772	36.676	(14)	5.244.837
Instrumentos de capital									
Emitidos por residentes	70.727	-	-	480	-	480	-	-	71.207
Emitidos por não residentes	1.561	-	-	-	-	-	-	-	1.561
	72.288	-	-	480	-	480	-	-	72.768
	4.597.733	70.860	58.098	554.429	(177)	554.252	36.676	(14)	5.317.605
Empréstimos e adiantamentos									
	2.300.000	31.153	314.480	494.438	-	494.438	-	-	3.140.071
	6.897.733	102.013	372.578	1.048.867	(177)	1.048.690	36.676	(14)	8.457.676

	31-12-2019								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor		Total	Outros	Imparidade (Nota 18)	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa				
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
Obrigações do Tesouro	4.890.166	78.886	48.352	670.829	(56)	670.773	(2.860)	-	5.685.317
Outros residentes	18.549	117	-	319	(9)	310	-	(89)	18.887
Emitidos por não residentes									
De emissores públicos estrangeiros	691.449	5.206	-	54.756	(14)	54.742	-	-	751.397
Outros não residentes	55.957	461	-	1.437	-	1.437	-	-	57.855
	<u>5.656.121</u>	<u>84.670</u>	<u>48.352</u>	<u>727.341</u>	<u>(79)</u>	<u>727.262</u>	<u>(2.860)</u>	<u>(89)</u>	<u>6.513.456</u>
Instrumentos de capital									
Emitidos por residentes	73.183	-	-	718	-	718	-	-	73.901
Emitidos por não residentes	133	-	-	-	-	-	-	-	133
	<u>73.316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>718</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.034</u>
	<u>5.729.437</u>	<u>84.670</u>	<u>48.352</u>	<u>728.059</u>	<u>(79)</u>	<u>727.980</u>	<u>(2.860)</u>	<u>(89)</u>	<u>6.587.490</u>

Com o objetivo de colocar maior ênfase no desenvolvimento do seu core business (banca de retalho - hipotecas e PME), durante o primeiro trimestre de 2020, o Banco alterou o seu business plan tendo revisto a sua estratégia de financiamento e alocação dos seus recursos, o que implicará a descontinuação de atividades (através da venda ou do seu vencimento) que requeiram financiamento estável e em grandes montantes e prazos. Em virtude da referida alteração estratégica do Banco, e tendo em consideração o seu novo modelo de negócio ("hold to collect and sale") esta tipologia de crédito que anteriormente era mensurada pelo custo amortizado, passou a ser mensurada pelo justo valor através de outro rendimento integral, sendo que os respetivos impactos podem ser vistos na Nota 1.3 c).

As rúbricas de Obrigações do Tesouro apresentavam as seguintes características:

Descrição	31-12-2020				31-12-2019			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal								
. Com vencimento a um ano	14.844	165	109	15.118	4.447	114	36	4.597
. Com vencimento entre um e três anos	61.745	444	3.171	65.360	30.627	218	899	31.744
. Com vencimento entre três e cinco anos	667.745	4.360	51.807	723.912	65.772	1.118	4.241	71.131
. Com vencimento entre cinco e dez anos	3.005.224	60.172	525.551	3.590.947	4.716.956	75.326	698.125	5.490.407
. Com vencimento a mais de dez anos	6.975	122	1.484	8.581	72.364	2.110	12.964	87.438
	<u>3.756.533</u>	<u>65.263</u>	<u>582.122</u>	<u>4.403.918</u>	<u>4.890.166</u>	<u>78.886</u>	<u>716.265</u>	<u>5.685.317</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha								
. Com vencimento a um ano	21.239	452	117	21.808	14.163	295	245	14.703
. Com vencimento entre um e três anos	72.104	1.385	1.697	75.186	62.165	1.431	1.156	64.752
. Com vencimento entre três e cinco anos	77.504	410	5.761	83.675	63.799	644	3.057	67.500
. Com vencimento entre cinco e dez anos	395.818	2.107	40.208	438.133	420.483	2.231	33.709	456.423
. Com vencimento a mais de dez anos	8.411	123	677	9.211	11.717	131	881	12.729
	<u>575.076</u>	<u>4.477</u>	<u>48.460</u>	<u>628.013</u>	<u>572.327</u>	<u>4.732</u>	<u>39.048</u>	<u>616.107</u>
Obrigações do Tesouro - Outros países								
. Com vencimento a um ano	12.711	60	68	12.839	5.860	7	167	6.034
. Com vencimento entre um e três anos	42.985	291	2.768	46.044	28.822	183	447	29.452
. Com vencimento entre três e cinco anos	27.600	131	1.823	29.554	46.647	204	3.384	50.235
. Com vencimento entre cinco e dez anos	16.285	56	3.643	19.984	24.928	70	3.971	28.969
. Com vencimento a mais de dez anos	12.680	7	8.613	21.300	12.865	10	7.725	20.600
	<u>112.261</u>	<u>545</u>	<u>16.915</u>	<u>129.721</u>	<u>119.122</u>	<u>474</u>	<u>15.694</u>	<u>135.290</u>
	<u>4.443.870</u>	<u>70.285</u>	<u>647.497</u>	<u>5.161.652</u>	<u>5.581.615</u>	<u>84.092</u>	<u>771.007</u>	<u>6.436.714</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 535.499 milhares de euros e 445.207 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 17).

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rúbrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Crédito titulado	3.925.660	3.765.429
Juros a receber	15.704	15.452
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	36.021	11.532
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(1.021)	(3.595)
	<u>3.976.364</u>	<u>3.788.818</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 18)	(11.145)	(4.057)
	<u>3.965.219</u>	<u>3.784.761</u>

A sub-rúbrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Empréstimos e adiantamentos - clientes		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	412.444	195.390
Empréstimos	8.085.223	9.555.392
Crédito em conta corrente	826.486	1.033.064
Descobertos em depósitos à ordem	88.995	121.134
Créditos tomados - factoring	1.675.690	1.541.033
Locação Financeira	1.086.732	1.124.395
Outros Créditos	47.989	52.241
A particulares		
Habitação	20.603.727	19.541.151
Consumo e outros	2.236.961	2.291.544
	<u>35.064.247</u>	<u>35.455.344</u>
Créditos e juros vencidos	451.255	504.040
Juros a receber	56.694	72.618
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	21.142	207.607
Despesas com encargo diferido	108.086	94.968
Comissões associadas ao custo amortizado (liquídas)	(134.483)	(139.822)
Contratos de suprimentos	644	770
	<u>503.338</u>	<u>740.181</u>
	<u>35.567.585</u>	<u>36.195.525</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem	865.734	-
Cheques a cobrar	52.845	60.591
Devedores diversos e outras disponibilidades	355.794	226.450
	<u>1.274.373</u>	<u>287.041</u>
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito		
Depósitos	13.173	17.610
Empréstimos	7.127	55
Outras aplicações	-	709.836
Juros receber	3	14
Comissões associadas ao custo amortizado	(7)	-
	<u>20.296</u>	<u>727.515</u>
Empréstimos e adiantamentos	<u>36.862.254</u>	<u>37.210.081</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes (Nota 18)	(994.326)	(918.153)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito (Nota 18)	(126)	(29)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos	<u>(994.452)</u>	<u>(918.182)</u>
	<u>35.867.802</u>	<u>36.291.899</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Empréstimo e adiantamentos - Instituições de crédito – Outras aplicações” inclui contas margem de 507.569 milhares de euros. Em 2020 as contas margem foram reclassificadas para outros saldos a receber, no montante de 865.734 milhares de euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 114.639 milhares de euros e 167.241 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no exercício de 2020 e 2019 ganhos líquidos nos montantes de 2.620 milhares de euros e 4.028 milhares de euros, respetivamente (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 10.278.006 milhares de euros e 9.345.054 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2020 e 2019 é apresentado na Nota 18.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Até três meses	13.471	23.106
Entre três meses e seis meses	9.835	24.530
Entre seis meses e um ano	32.064	88.965
Entre um ano e três anos	194.677	207.774
Mais de três anos	201.208	159.665
	<u>451.255</u>	<u>504.040</u>

A divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe:

	<u>31-12-2020</u>			<u>31-12-2019</u>		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura
Stage 1	35.195.266	(93.158)	0,26%	37.353.568	(65.257)	0,17%
Stage 2	4.252.383	(163.132)	3,84%	2.022.651	(72.855)	3,60%
Stage 3	1.390.969	(749.307)	53,87%	1.622.680	(784.127)	48,32%
	<u>40.838.618</u>	<u>(1.005.597)</u>		<u>40.998.899</u>	<u>(922.239)</u>	

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado nos exercícios de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 01-01-2019	37.431.289	1.962.197	2.035.403	41.428.889	79.592	96.651	933.243	1.109.486
Transferências:								
Stage 1 para 2	(925.665)	925.665	-	-	(4.544)	27.068	-	22.524
Stage 1 para 3	(81.163)	-	81.163	-	(13.261)	-	43.723	30.462
Stage 2 para 3	-	(107.057)	107.057	-	-	(7.736)	30.262	22.526
Stage 2 para 1	772.355	(772.355)	-	-	3.291	(37.561)	-	(34.270)
Stage 3 para 2	-	100.926	(100.926)	-	-	6.467	(33.142)	(26.675)
Stage 3 para 1	87.493	-	(87.493)	-	471	-	(9.420)	(8.949)
Write offs e vendas	-	-	(233.531)	(233.531)	-	-	(173.210)	(173.210)
Originação líquida de amortizações	69.259	(86.725)	(178.993)	(196.459)	(292)	(12.034)	(7.329)	(19.655)
Saldo em 31-12-2019	37.353.568	2.022.651	1.622.680	40.998.899	65.257	72.855	784.127	922.239
Transferências:								
Stage 1 para 2	(755.816)	755.816	-	-	(2.576)	16.815	-	14.239
Stage 1 para 3	(42.407)	-	42.407	-	(319)	-	9.694	9.375
Stage 2 para 3	-	(55.117)	55.117	-	-	(3.716)	21.766	18.050
Stage 2 para 1	466.874	(466.874)	-	-	1.432	(20.191)	-	(18.759)
Stage 3 para 2	-	49.114	(49.114)	-	-	3.963	(18.141)	(14.178)
Stage 3 para 1	4.731	-	(4.731)	-	51	-	(1.776)	(1.725)
Alteração do modelo de negócio	(2.331.153)	-	-	(2.331.153)	-	-	-	-
Overlay idiosincrático (Nota 43)	(2.433.000)	2.433.000	-	-	-	57.000	-	57.000
Overlay macroeconómico (Nota 43)	-	-	-	-	39.400	46.700	47.300	133.400
Write offs e vendas	-	-	(133.327)	(133.327)	-	-	(91.621)	(91.621)
Originação líquida de amortizações	2.932.469	(486.207)	(142.063)	2.304.199	(10.087)	(10.294)	(2.042)	(22.423)
Saldo em 31-12-2020	35.195.266	4.252.383	1.390.969	40.838.618	93.158	163.132	749.307	1.005.597

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2020					
	Valor de balanço		Valor notional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	250	85.727	441	329.362	2.752.466	3.082.269
Outros ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral	-	374.018	-	-	3.380.000	3.380.000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	563	-	10.512	20.503	7.523	38.538
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	22.906	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Forward sale	-	62.538	2.049.092	-	-	2.049.092
	23.719	522.283	2.060.045	3.349.865	6.139.989	11.549.899

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2019					
	Valor de balanço		Valor notional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	2.187	244.164	4.004	111.244	4.340.124	4.455.372
Outros ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral						
	-	49.904	-	-	2.080.000	2.080.000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	135	765	10.781	25.326	42.339	78.446
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	52.794	-	-	6.000.000	3.000.000	9.000.000
Forward sale	1.129	98.998	1.061.803	1.404.835	326.558	2.793.196
	<u>56.245</u>	<u>393.831</u>	<u>1.076.588</u>	<u>7.541.405</u>	<u>9.789.021</u>	<u>18.407.014</u>

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
AEGON Santander Portugal Não Vida	49,00	18.442	49,00	18.828
AEGON Santander Portugal Vida	49,00	36.292	49,00	34.190
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	25,77	26.235	25,75	25.923
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,85	36.347	21,85	33.318
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	49,99	13.820	-	-
		<u>131.136</u>		<u>112.259</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

Propriedades de investimento:

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Grupo passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Terrenos		
Urbanizados	13.485	13.972
Não urbanizados	1.141	1.128
Construções acabadas		
Arrendadas	172.173	190.611
Não arrendadas	39.824	29.060
Projetos de construção	23.908	17.742
	<u>250.531</u>	<u>252.513</u>

Por outro lado, durante os exercícios de 2020 e 2019, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Rendas (Nota 32)	9.991	13.437
Impostos	(485)	(137)
Condomínio	(938)	(1.108)
Conservação e reparação	(841)	(1.077)
Seguros	(132)	(156)
	<u>7.595</u>	<u>10.959</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" nos exercícios de 2020 e 2019 foi como segue:

	2020				Saldo em 31-12-2020
	Saldo em 31-12-2019	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	252.513	6.854	(2.564)	(6.272)	250.531
	2019				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	297.625	2.929	(2.916)	(45.125)	252.513

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outras receitas/despesas operacionais – propriedades de investimento" (Nota 32).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

A forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2020	31-12-2019
Propriedades de investimento	250.531	252.513

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		31-12-2020	31-12-2019		
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Retail park Matosinhos	Arrendado	47.905	34.586	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.439	26.975	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.820	15.820	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.464	11.431	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outureta, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.072	11.636	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	13.537	12.067	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Terrenos em Valongo	Construção em curso	10.426	10.500	Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2
		<u>136.663</u>	<u>123.015</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS:

O movimento ocorrido nestas rúbricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2019			Abates e vendas		Transferências					31-12-2020					
	Valor	Depreciação	Imparidade	Aquisições	Valor	Depreciação	De/para outros ativos		Outras			Depreciação	Valor	Depreciação	Valor	
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade		Bruto	Acumulada		Imparidade
			(Nota 18)				(Nota 14)							(Nota 18)		
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	413.714	(137.398)	(6.147)	4.110	(15)		(14.983)	4.340	-	-	(17.477)	(8.521)	402.826	(141.579)	(23.624)	237.623
. Despesas em edifícios arrendados	28.213	(22.336)	-	403	(1.846)	1.860	-	-	-	-	-	(1.395)	26.770	(21.871)	-	4.899
. Outros imóveis	166	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(80)	-	86
. Direitos de uso (IFRS 16 - Nota 17)	41.288	(6.190)	-	2.037	(6.170)	-	-	-	-	-	-	(6.145)	37.155	(12.335)	-	24.820
	483.381	(166.003)	(6.147)	6.550	(8.031)	1.860	(14.983)	4.340	-	-	(17.477)	(16.062)	466.917	(175.865)	(23.624)	267.428
Equipamento	162.718	(99.414)	-	16.817	(6.038)	4.704	(194)	79	1	1	-	(14.235)	173.304	(108.865)	-	64.439
Outros ativos tangíveis	2.188	(70)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	2.188	(75)	-	2.113
	164.906	(99.484)	-	16.817	(6.038)	4.704	(194)	79	1	1	-	(14.240)	175.492	(108.940)	-	66.552
	648.287	(265.487)	(6.147)	23.367	(14.069)	6.564	(15.177)	4.419	1	1	(17.477)	(30.302)	642.409	(284.805)	(23.624)	333.980
Ativos intangíveis																
Software	95.096	(65.142)	-	24.143	-	-	-	3.058	900	-	-	(22.103)	122.297	(86.345)	-	35.952
Outros ativos intangíveis	5.009	(4.385)	-	3.962	-	-	-	(3.958)	-	-	-	-	5.013	(4.385)	-	628
Diferenças de Consolidação	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	102.756	(69.527)	-	28.105	-	-	-	(900)	900	-	-	(22.103)	129.961	(90.730)	-	39.231

	31-12-2018			IFRS 16	Aquisições	Abates e vendas		Transferências			31-12-2019					
	Valor	Depreciação	Imparidade			Valor	Depreciação	de/para outros ativos		Entre ativos tangíveis/intangíveis		Valor	Depreciação	Imparidade	Valor	
	Bruto	Acumulada				Bruto	Acumulada	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Bruto	Acumulada		Depreciação	Líquido
			(Nota 18)											(Nota 18)		
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	432.145	(141.814)	(6.147)	-	11.430	(21.454)	10.508	(8.583)	3.079	176	-	(9.171)	413.714	(137.398)	(6.147)	270.169
. Despesas em edifícios arrendados	28.310	(21.144)	-	-	532	(308)	252	(140)	135	(181)	(1)	(1.578)	28.213	(22.336)	-	5.877
. Outros imóveis	166	(78)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(79)	-	87
. Direitos de uso	-	-	-	37.997	5.182	(1.891)	-	-	-	-	-	(6.190)	41.288	(6.190)	-	35.098
	460.621	(163.036)	(6.147)	37.997	17.144	(23.653)	10.760	(8.723)	3.214	(5)	(1)	(16.940)	483.381	(166.003)	(6.147)	311.231
Equipamento	144.811	(91.512)	-	-	23.944	(5.849)	4.919	(113)	49	(75)	49	(12.919)	162.718	(99.414)	-	63.304
Outros ativos tangíveis	2.114	(38)	-	-	48	-	-	-	-	26	(26)	(6)	2.188	(70)	-	2.118
	146.925	(91.550)	-	-	23.992	(5.849)	4.919	(113)	49	(49)	23	(12.925)	164.906	(99.484)	-	65.422
	607.546	(254.586)	(6.147)	37.997	41.136	(29.502)	15.679	(8.836)	3.263	(54)	22	(29.865)	648.287	(265.487)	(6.147)	376.653
Ativos intangíveis																
Software	72.820	(45.839)	-	-	18.013	-	-	-	-	4.263	(22)	(19.281)	95.096	(65.142)	-	29.954
Outros ativos intangíveis	4.877	(3.892)	-	-	4.341	-	-	-	-	(4.209)	-	(493)	5.009	(4.385)	-	624
Diferenças de Consolidação	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	80.348	(49.731)	-	-	22.354	-	-	-	-	54	(22)	(19.774)	102.756	(69.527)	-	33.229

13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rúbricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Ativos por impostos correntes	55.981	37.711
Ativos por Impostos diferidos	337.895	567.157
	<u>393.876</u>	<u>604.868</u>
Passivos por impostos correntes	3.759	93.864
Passivos por Impostos diferidos	387.505	300.100
	<u>391.264</u>	<u>393.964</u>
Impostos diferidos	<u>(49.610)</u>	<u>267.057</u>

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Impostos correntes	(52.078)	(137.804)
Impostos diferidos	(57.266)	(74.511)
	<u>(109.344)</u>	<u>(212.315)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2019	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2020
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	190.072	-	(28.510)	-	161.562
. Impostos diferidos passivos	(5.221)	-	-	-	(5.221)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	1.716	-	(286)	-	1.430
. Impostos diferidos passivos	(2.121)	-	143	-	(1.978)
Prejuízos fiscais reportáveis	185.562	-	(15.054)	(157.699)	12.809
Pensões:					
. Desvios atuariais	38.157	-	(16.514)	-	21.643
. Reformas antecipadas	39.802	-	947	-	40.749
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.878	-	(323)	-	3.555
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	7.251	3.543	-	-	10.794
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(108)	-	18	-	(90)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(232.976)	(103.087)	(2.723)	-	(338.786)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	16.436	(2.600)	-	-	13.836
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	37.517	-	8.270	-	45.787
Operações de titularização	(24.381)	-	385	-	(23.996)
Gastos de incorporação	10.532	-	(3.972)	-	6.560
Outros	941	-	353	442	1.736
	<u>267.057</u>	<u>(102.144)</u>	<u>(57.266)</u>	<u>(157.257)</u>	<u>(49.610)</u>

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do BANIF, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do BANIF e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do BANIF (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 (“Despacho da AT”), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do BANIF, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Uma vez que o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconheceram ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do BANIF num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco poderá exigir no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu o montante em causa, desta rubrica para a rubrica outros saldos a receber (Nota 9).

	Outro rendimento				Saldo em 31-12-2019
	Saldo em 31-12-2018	integral	Resultados	Outros	
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	230.637	-	(40.565)	-	190.072
. Impostos diferidos passivos	(5.397)	-	176	-	(5.221)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	2.288	-	(572)	-	1.716
. Impostos diferidos passivos	(2.981)	-	860	-	(2.121)
Prejuízos fiscais reportáveis	219.136	-	(33.574)	-	185.562
Pensões:					
. Desvios atuariais	55.111	-	(16.954)	-	38.157
. Reformas antecipadas	37.464	-	2.338	-	39.802
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.201	-	(323)	-	3.878
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	4.210	3.041	-	-	7.251
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(121)	-	13	-	(108)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(139.178)	(93.136)	4.248	(4.910)	(232.976)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	(9.900)	26.336	-	-	16.436
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21.240	-	16.277	-	37.517
Operações de titularização	(24.992)	-	611	-	(24.381)
Gastos de incorporação	17.737	-	(7.205)	-	10.532
Outros	(4.590)	-	159	5.372	941
	<u>404.865</u>	<u>(63.759)</u>	<u>(74.511)</u>	<u>462</u>	<u>267.057</u>

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2017, inclusive. Como resultado da inspeção, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC a diversas correções ao prejuízo fiscal utilizado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, e a maior parte das correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica têm a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Provisões técnicas de resseguro cedido		
Para prémios não adquiridos	2.811	3.241
Matemática do ramo vida	1	13
Para participação nos resultados	72	71
Para sinistros	14.626	19.048
	17.510	22.373
Devedores e outras aplicações		
Devedores por seguro directo e resseguro	3.716	5.129
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	233.480	255.543
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Outros rendimentos a receber	11.088	13.465
Despesas com encargo diferido	1.487	1.359
Outros	8.317	52.116
	261.233	330.757
Perdas por imparidade (Nota 18)		
Devedores e outras aplicações	(30)	(226)
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	(103.285)	(88.192)
	(103.315)	(88.418)
	175.428	264.712

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente.

A rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Outros ativos	Outros passivos	Outros ativos	Outros passivos
		(Nota 20)		(Nota 20)
Valores em trânsito e outras transações a regularizar	1.885	(22.457)	34.280	(25.858)
Saldos a regularizar em ATM's	30	(110.761)	2.504	6
Transferências no âmbito do SEPA	1.991	-	130	(126.562)
Outros	4.411	(79.769)	15.202	(43.720)
	8.317	(212.987)	52.116	(196.134)

O movimento ocorrido na rubrica promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação durante os exercícios de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019			Transferências							Outros			31 de dezembro 2020		
	Valor		Valor líquido	Transferências/ANCDV			/ativos tangíveis		Movimentos		Imparidade			Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade		Capital	Imparidade	Capital	Capital	Imparidade	Dotações	Reposição	Utilização	Bruto	Imparidade			
Ativos recebidos por dação em pagamento																
Imóveis	64.026	(28.141)	35.885	-	-	(12.670)	(1.349)	-	-	-	-	-	-	51.356	(29.490)	21.866
Promessas de Dação	1.976	(86)	1.890	193	-	(313)	-	-	-	(8)	30	-	-	1.856	(64)	1.792
Arrematações	16.474	(5.203)	11.271	6.322	-	(7.013)	-	-	-	(1.181)	68	-	-	15.783	(6.316)	9.467
Outros	33.454	(26.911)	6.543	4.453	(5.156)	(206)	-	-	-	(1.123)	1.014	1.079	-	32.545	(25.941)	6.604
Imóveis de serviço próprio para venda	42.407	(27.467)	14.940	145	(6.237)	-	-	10.758	-	(4.061)	(1.842)	686	2.704	47.073	(29.980)	17.093
Outros imóveis em venda	97.206	(384)	96.822	-	(19.404)	-	-	-	7.065 A)	-	(11.961)	395	456	84.867	(11.494)	73.373
	255.543	(88.192)	167.351	11.113	(30.797)	(20.202)	(1.349)	10.758	7.065	(4.061)	(16.115)	2.193	4.239	233.480	(103.285)	130.195

- A) No âmbito do contrato promessa de compra e venda realizado em novembro de 2018 com a Cerberus Capital Management (Projeto Tagus), em março de 2020 foi realizada a última escritura de venda, não tendo sido possível escriturar 143 imóveis que retornaram à carteira da TottaUrbe enquanto outros ativos, com um valor de aquisição de 7.065 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2020 a tipologia de imóveis da carteira de ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	Nº imóveis	Valor		Valor líquido
		Bruto	Imparidade	
Imóveis				
Terrenos urbanos	16	2.014	(877)	1.137
Terrenos rústicos	21	1.220	(862)	358
Edifícios construídos				
. Residenciais	339	30.922	(18.072)	12.850
. Comerciais	128	17.200	(9.679)	7.521
	504	51.356	(29.490)	21.866
Outros imóveis em venda				
Terrenos urbanos	757	39.220	(2.661)	36.559
Terrenos rústicos	103	23.684	(7.065)	16.619
Edifícios construídos				
. Residenciais	121	5.075	(16)	5.059
. Comerciais	165	16.888	(1.752)	15.136
	1.146	84.867	(11.494)	73.373
	1.650	136.223	(40.984)	95.239

	31 de dezembro de 2018			Transferências							31 de dezembro de 2019				
	Valor		Valor líquido	Entradas	Alienações	/ANCDV		/ativos tangíveis		Imparidade	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor	
	Bruto	Imparidade				Capital	Capital	Dotações	Reposições					Utilizações	Bruto
Ativos recebidos por dação em pagamento						(Nota 15)	(Nota 12)								
Imóveis	109.320	(52.155)	57.165	-	-	(45.294)	-	-	24.014	-	-	-	64.026	(28.141)	35.885
Promessas de dação	11.435	(43)	11.392	40	-	(9.499)	-	(45)	2	-	-	-	1.976	(86)	1.890
Arrematações	22.574	(5.952)	16.622	13.279	-	(19.379)	-	(76)	825	-	-	-	16.474	(5.203)	11.271
Outros	39.966	(27.560)	12.406	3.542	(5.107)	(4.947)	-	(623)	1.272	-	-	-	33.454	(26.911)	6.543
Imóveis de serviço próprio para venda	44.773	(23.624)	21.149	192	(8.131)	-	5.573	(7.326)	678	2.805	-	-	42.407	(27.467)	14.940
Outros imóveis em venda	128.591	-	128.591	-	(31.385)	-	-	(470)	86	-	-	-	97.206	(384)	96.822
	356.659	(109.334)	247.325	17.053	(44.623)	(79.119)	5.573	(8.540)	26.877	2.805	-	-	255.543	(88.192)	167.351

O apuramento das perdas por imparidade são efetuadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a forma de apuramento do justo valor dos ativos recebidos por dação em pagamento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido na rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	31-12-2019		Transferências/ANCDV							Outras transf. imparidade	31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Capital	Imparidade	Dotações	Reversões	Utilizações		Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
	(Nota 18)	(Nota 18)								(Nota 14)			
Imóveis:	74.822	(31.223)	35.321 a)	(38.000)	20.202	1.349	(9.893)	7.750	12.514	(21.788) a)	92.345	(41.291)	51.054
Equipamento	2.047	(1.603)	697	(738)	-	-	(269)	126	147	-	2.006	(1.599)	407
	76.869	(32.826)	36.018	(38.738)	20.202	1.349	(10.162)	7.876	12.661	(21.788)	94.351	(42.890)	51.461

- a) No âmbito do contrato promessa de compra e venda realizado em novembro de 2018 com a Cerberus Capital Management (Projeto Tagus), em março de 2020 foi realizada a última escritura de venda, não tendo sido possível escriturar 269 imóveis que retornaram à carteira do Banco enquanto ativos não correntes detidos para venda, com um valor de aquisição de 32.426 milhares de euros e 21.788 milhares de euros de provisões.

Em 31 de dezembro de 2020 a tipologia de imóveis da carteira de Ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	Nº imóveis	Valor		Valor líquido
		Bruto	Imparidade	
Terrenos urbanos	197	17.374	(6.711)	10.663
Terrenos rústicos	89	20.584	(11.867)	8.717
Edifícios construídos				
. Residenciais	202	34.981	(11.379)	23.602
. Comerciais	147	19.406	(11.334)	8.072
	635	92.345	(41.291)	51.054

	31-12-2018				Transferências/				31-12-2019		
	Imparidade		Entradas	Alienações	ANCDV		Imparidade (Nota 18)		Imparidade		Valor líquido
	bruto	acumulada			Capital	Dotações	Reversões	Utilizações	Valor bruto	acumulada	
Imóveis	46.277	(16.599)	994	(51.568)	79.119	(38.433)	13.724	10.085	74.822	(31.223)	43.599
Equipamento	1.913	(1.569)	1.269	(1.135)	-	(953)	706	213	2.047	(1.603)	444
	48.190	(18.168)	2.263	(52.703)	79.119	(39.386)	14.430	10.298	76.869	(32.826)	44.043

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Grupo estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Grupo a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Grupo irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

16. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nesta rubrica registam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de "Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos "Unit link" da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	<u>3.261.337</u>	<u>3.432.017</u>

17. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Depósitos, tem a seguinte composição

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
<u>Depósitos - Bancos centrais</u>		
Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos	6.781.961	3.033.002
Depósitos de Outros Bancos Centrais	9.859	4.522
	<u>6.791.820</u>	<u>3.037.524</u>
<u>Depósitos - Instituições de crédito</u>		
Operações de venda com acordo de recompra	1.255.805	1.654.668
Depósitos	228.651	478.979
Outros recursos	11.571	909.571
Recursos a muito curto prazo	52.970	152.216
Juros a pagar	294	562
	<u>1.549.291</u>	<u>3.195.996</u>
<u>Depósitos - Clientes</u>		
Depósitos a prazo	14.502.014	16.624.260
Depósitos á ordem	20.655.034	17.424.124
Depósitos estruturados	38.643	217.162
Depósitos de poupança	686.479	800.057
Outros	27.421	19.629
Juros e gastos a pagar	6.318	11.490
Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados	22.880	22.650
Correções de valor por operações de cobertura	237	(423)
	<u>35.939.026</u>	<u>35.118.949</u>
Depósitos	<u>44.280.137</u>	<u>41.352.469</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra", tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2020			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	535.640	(120)	(22)	535.498
Divida não subordinada	669.696	(145)	(116)	669.435
Obrigações emitidas por não residentes	50.872	-	-	50.872
	<u>1.256.208</u>	<u>(265)</u>	<u>(138)</u>	<u>1.255.805</u>

Tipo de subjacente	31-12-2019			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	445.207	(1.342)	(6)	443.859
Divida não subordinada	797.112	(137)	(44)	796.931
Obrigações emitidas por não residentes	413.878	-	-	413.878
	<u>1.656.197</u>	<u>(1.479)</u>	<u>(50)</u>	<u>1.654.668</u>

A sub-rubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Obrigações hipotecárias						
Saldo início	8.050.000	(5.300.000)	2.750.000	7.700.000	(4.200.000)	3.500.000
Emitidas	1.500.000	-	1.500.000	1.100.000	-	1.100.000
Readquiridas	-	(1.500.000)	(1.500.000)	-	(1.100.000)	(1.100.000)
Reembolsadas	(750.000)	-	(750.000)	(750.000)	-	(750.000)
Saldo final	<u>8.800.000</u>	<u>(6.800.000)</u>	<u>2.000.000</u>	<u>8.050.000</u>	<u>(5.300.000)</u>	<u>2.750.000</u>
Juros a pagar	-	-	9.314	-	-	10.526
Comissões associadas ao custo	-	-	(23.161)	-	-	(25.372)
	<u>8.800.000</u>	<u>(6.800.000)</u>	<u>1.986.153</u>	<u>8.050.000</u>	<u>(5.300.000)</u>	<u>2.735.154</u>
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização						
Saldo início	4.269.014	(3.525.535)	743.479	4.898.562	(4.010.289)	888.273
Reembolsadas	(462.097)	333.300	(128.797)	(629.548)	484.754	(144.794)
Saldo final	<u>3.806.917</u>	<u>(3.192.235)</u>	<u>614.682</u>	<u>4.269.014</u>	<u>(3.525.535)</u>	<u>743.479</u>
Juros a pagar	-	-	676	-	-	(97)
Comissões associadas ao custo	-	-	(48.659)	-	-	(55.040)
	<u>3.806.917</u>	<u>(3.192.235)</u>	<u>566.699</u>	<u>4.269.014</u>	<u>(3.525.535)</u>	<u>688.342</u>
Passivos subordinados						
Saldo início	296.139	(288.540)	7.599	296.139	(288.540)	7.599
Emitidos	320.000	(320.000)	-	-	-	-
Reembolsadas	(270.447)	270.447	-	-	-	-
Saldo final	<u>345.692</u>	<u>(338.093)</u>	<u>7.599</u>	<u>296.139</u>	<u>(288.540)</u>	<u>7.599</u>
Juros a pagar	-	-	134	-	-	136
	<u>345.692</u>	<u>(338.093)</u>	<u>7.733</u>	<u>296.139</u>	<u>(288.540)</u>	<u>7.735</u>
	<u>12.952.609</u>	<u>(10.330.328)</u>	<u>2.560.585</u>	<u>12.615.153</u>	<u>(9.114.075)</u>	<u>3.431.231</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e dos outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respetivamente.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2020, o BST procedeu a vinte e seis emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	31-12-2020	31-12-2019
Crédito a clientes (Nota 9)	10.278.006	9.345.054
Juros de crédito	6.682	7.038
Derivados	(184.234)	(187.820)
	<u>10.100.454</u>	<u>9.164.272</u>

A sub-rúbrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Cheques e ordens a pagar	62.261	63.307
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	8.350	5.416
Sector público administrativo	32.175	33.556
Credores por contratos de factoring	47.418	44.257
Credores por fornecimentos de bens	2.348	5.416
Outros	34.358	45.584
Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16)	25.232	35.356
	<u>212.142</u>	<u>232.892</u>

Os compromissos com rendas futuras corresponde à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 12)
Saldo em 01 janeiro 2019	37.997	37.997
Amortização 2019	(6.603)	(6.190)
Saídas	(1.220)	(1.891)
Entradas	3.238	3.238
Extensões e alterações de renda	1.944	1.944
Saldo em 31 de dezembro 2019	35.356	35.098
Amortização 2020	(6.557)	(6.145)
Saídas	(5.604)	(6.170)
Entradas	1.617	1.617
Extensões e alterações de renda	420	420
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.232	24.820

Em 31 de dezembro de 2020 os cash flows contratuais são os seguintes:

Cash flows contratuais	
. Até 1 ano	3.801
. Até 2 ano	3.584
. Até 3 ano	3.372
. Até 4 ano	2.810
. Até 5 ano	2.621
. Mais de 5 ano	9.044
	<u>25.232</u>

18. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Imparidade para garantias e compromissos assumidos	57.466	53.249
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	14.201	15.838
Reestruturação	69.308	62.278
Questões jurídicas e litígios pendentes	17.310	17.257
Outras provisões	81.688	85.706
Outras provisões	182.507	181.079
Provisões técnicas	710.959	730.426
Provisões	950.932	964.754

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade referentes à atividade bancária durante o exercício de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	2020					31-12-2020
	31-12-2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 24)	53.249	6.288	(2.071)	-	-	57.466
Outras provisões	181.079	70.008	(7.518)	(42.280)	(18.782)	182.507
	234.328	76.296	(9.589)	(42.280)	(18.782)	239.973

	2019					31-12-2019
	31-12-2018	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 24)	53.160	89	-	-	-	53.249
Outras provisões	244.832	21.978	(21.072)	(55.359)	(9.300)	181.079
	297.992	22.067	(21.072)	(55.359)	(9.300)	234.328

	2020						
	Saldo em 31-12-2019	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2020	Recuperações de incobráveis	Mais/menos valias vendas crédito
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	4.057	7.088	-	-	11.145	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	918.182	492.116	(301.560)	(114.286)	994.452	(7.317)	(2.620)
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89	56	(131)	-	14	-	-
	922.328	499.260	(301.691)	(114.286)	1.005.611	(7.317)	(2.620)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	32.826	10.162	(7.876)	7.778	42.890	-	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.147	-	-	17.477	23.624	-	-
Outros ativos (Nota 14)	88.418	16.115	(2.388)	1.170	103.315	-	-
	127.391	26.277	(10.264)	26.425	169.829	-	-

	2019						
	Saldo em 31-12-2018	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2019	Recuperações de incobráveis	Mais/menos valias vendas crédito
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	3.872	185	-	-	4.057	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	1.105.698	244.639	(244.172)	(187.983)	918.182	(3.673)	(4.028)
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	3	86	-	-	89	-	-
	1.109.573	244.910	(244.172)	(187.983)	922.328	(3.673)	(4.028)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros							
Imparidade por investimentos em associadas	1.918	-	-	(1.918)	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	18.168	39.386	(14.430)	(10.298)	32.826	-	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.147	-	-	-	6.147	-	-
Outros ativos (Nota 14)	109.483	8.617	(26.877)	(2.805)	88.418	-	-
	135.716	48.003	(41.307)	(15.021)	127.391	-	-

19. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

20. OUTROS PASSIVOS

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Encargos com pessoal		
Férias e subsídios de férias	41.524	39.549
Outras remunerações variáveis	22.348	29.795
Prémio fim de carreira (BAPOP)	1.377	-
Outros gastos com pessoal	2.607	1.170
Outros encargos a pagar	95.617	146.533
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)		
Responsabilidades do Santander	1.123.784	1.131.980
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander	(1.143.046)	(1.160.573)
Responsabilidades da sucursal de Londres	56.628	51.848
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(48.718)	(44.654)
Responsabilidades do Banif	160.544	161.803
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	(93.369)	(101.126)
Responsabilidades do ex-Popular	181.921	181.503
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Popular	(186.718)	(185.459)
Outros passivos por seguro direto e resseguro	4.193	4.959
Outras receitas com rendimento diferido	14.370	2.749
Operações passivas a regularizar (Nota 14)	212.987	196.134
	<u>446.049</u>	<u>456.211</u>

21. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	186.595.158	0,09%	1.866
Ações próprias	113.595.456	0,06%	1.136
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Durante o exercício de 2019, a Sociedade procedeu à aquisição de 5.760.940 de ações próprias pelo montante de 163 milhares de euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2019 a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de 394.734 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,00200 euros por ação.

Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do TAF e após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do BST Porto Rico e após aprovação do Banco Central Europeu.

Outro rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Outro rendimento integral acumulado - valor bruto		
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.048.630	719.676
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de sociedades em equivalência patrimonial	3.529	4.396
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(44.612)	(52.995)
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(45.920)	(36.857)
Remensurações de responsabilidades com pensões		
Fundo de Pensões do Banco	(795.390)	(798.853)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do Banco	(16.573)	(13.447)
Fundos de Pensões do Banif	(43.248)	(36.753)
Fundo de Pensões do BAPOP	(7.464)	(8.037)
Remensurações de sociedades em equivalência patrimonial	(3.961)	(4.035)
	<u>94.991</u>	<u>(226.905)</u>
Outro rendimento integral acumulado - impacto fiscal		
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(319.652)	(217.196)
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de sociedades em equivalência patrimonial	(905)	(1.123)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	13.829	16.429
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	10.791	7.251
Impacto fiscal das remensurações	204.199	204.199
Impacto fiscal das remensurações de sociedades em equivalência patrimonial	919	938
	<u>(90.819)</u>	<u>10.498</u>
	<u>4.172</u>	<u>(216.407)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Lucros retidos” e “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Lucros retidos	<u>197.228</u>	<u>(137.618)</u>
Outras reservas		
Reserva legal	363.640	320.054
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reservas Consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	624.920	539.666
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	22.036	17.939
	<u>1.651.171</u>	<u>1.518.234</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

22. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2020		2019	
	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do exercício da ST SGPS (actividade individual)	7.089	7.089	435.860	435.860
Lucro ou prejuízo do exercício das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	275.210	275.092	499.715	499.500
Totta (Ireland), Plc.	9.214	9.210	10.086	10.081
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	23.919	5.226	16.194	3.539
Santander Totta Seguros, S.A.	26.907	26.907	25.545	25.545
TottaUrbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	583	583	6.083	6.080
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.	14.776	7.240	11.904	5.833
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	341	268	5.750	4.526
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	4.001	1.960	4.950	2.426
Taxagest, S.A.	(3)	(3)	8	8
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	1.210	312	292	75
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	63	63	228	228
Mafre Santander Portugal Co. Seguros	(1.149)	(574)	1.247	1.247
		<u>326.284</u>		<u>559.088</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta, S.A.		-		(422.688)
Totta (Ireland), PLC		(6.850)		(12.485)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(3.191)		(5.201)
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.		(7.700)		(5.412)
Mapfre Santander Portugal		(1.247)		-
		<u>(18.988)</u>		<u>(445.786)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(7.641)		(14.684)
Outros		(11.185)		(7.220)
		<u>(18.826)</u>		<u>(21.904)</u>
		<u>295.559</u>		<u>527.258</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2020	31-12-2019
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	295.559	527.258
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	113.595.456	113.595.456
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.182.612.502	197.189.972.153
Resultado por ação básico atribuível aos proprietários da empresa mãe (em euros)	0,0015	0,0027

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

23. PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS SEM CONTROLO

Nos exercícios de 2020 e 2019, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital do Banco.

24. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros	648.253	563.159
Compromissos por crédito concedido		
Revogáveis	6.063.686	5.089.308
Irrevogáveis	949.459	1.000.630
	<u>7.013.145</u>	<u>6.089.938</u>
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros	964.490	1.013.044
Créditos documentários abertos	363.131	374.410
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.507	6.817
Outros compromissos concedidos	200.215	215
	<u>1.604.312</u>	<u>1.463.455</u>
	<u>9.265.710</u>	<u>8.116.552</u>
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	148.206	165.818
Fundo de Garantia de Depósitos	87.998	85.447
Sistema de Indemnização aos Investidores	8.516	9.114
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	15.995.107	11.621.096
	<u>16.239.827</u>	<u>11.881.475</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	36.048.845	31.429.713
Valores recebidos para cobrança	444.411	161.128
Outros valores	113.603	76.780
	<u>36.606.859</u>	<u>31.667.621</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias e os outros compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

	31-12-2020							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.408.141	596.264	8.740	7.013.145	4.617	658	13	5.288
Garantias financeiras	570.269	36.870	41.114	648.253	542	434	25.587	26.563
Outros compromissos concedidos	1.400.968	52.668	150.676	1.604.312	361	149	25.105	25.615
	<u>8.379.378</u>	<u>685.802</u>	<u>200.530</u>	<u>9.265.710</u>	<u>5.520</u>	<u>1.241</u>	<u>50.705</u>	<u>57.466</u>

	31-12-2019							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	5.314.923	768.621	6.394	6.089.938	3.041	1.403	9	4.453
Garantias financeiras	394.581	127.140	41.438	563.159	482	329	21.562	22.373
Outros compromissos concedidos	1.186.119	114.059	163.277	1.463.455	1.262	183	24.978	26.423
	<u>6.895.623</u>	<u>1.009.820</u>	<u>211.109</u>	<u>8.116.552</u>	<u>4.785</u>	<u>1.915</u>	<u>46.549</u>	<u>53.249</u>

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2020 e 2019, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 48 milhares de euros e 50 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas responsabilidades ascendiam a 7.507 milhares de euros e 6.817 milhares de euros, respetivamente.

25. MARGEM FINANCEIRA

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos de juros		
Juros de disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito	134	709
Juros de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	346	549
Juros de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	148.246	121.527
Juros de ativos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos- Instituições de crédito	1.440	9.463
Títulos de dívida	59.458	66.711
Empéstimos e adiantamentos- Clientes	599.498	699.044
Juros de recursos em Bancos Centrais e em instituições de crédito	24.984	14.510
Juros de derivados de cobertura	274.477	293.584
Outros	2.265	3.013
	<u>1.110.848</u>	<u>1.209.110</u>
Despesas com juros		
Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	(5.522)	(5.983)
Depósitos - Clientes	(19.697)	(46.949)
Títulos dívida emitidos	(30.500)	(37.751)
Juros de outros passivos financeiros	(5.972)	(2.413)
Juros sobre ativos de Bancos centrais e Instituições de crédito	(8.299)	(6.249)
Juros sobre ativos de Clientes	(925)	(585)
Juros de derivados de cobertura	(244.512)	(242.647)
Juros de passivos de locação	(565)	(649)
Outros	(8.216)	(10.170)
	<u>(324.208)</u>	<u>(353.396)</u>
	<u>786.640</u>	<u>855.714</u>

26. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rúbrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	2020	2019
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.733	1.634
Outros	1	155
	<u>1.734</u>	<u>1.789</u>

27. PROPORÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADA PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA

Esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
AEGON Santander Portugal Não Vida	1.960	2.426
AEGON Santander Portugal Vida	7.240	5.833
Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário	312	75
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	5.305	2.471
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	(264)	-
	<u>14.553</u>	<u>10.805</u>

28. RENDIMENTOS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de taxas e comissões		
Por garantias prestadas	17.189	18.076
Por compromissos assumidos perante terceiros	4.849	967
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	5.286	5.354
Cobrança e administração de valores	15.137	11.954
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	24.159	27.879
Transferência de valores	1.542	1.829
Por transações com cartões	83.748	92.592
Anuidades	35.284	29.694
Operações de crédito	54.400	65.294
Outros serviços prestados	5.997	2.765
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	15.471	14.451
Outras	82	195
Outras comissões recebidas		
Por serviços de mediação de seguradoras	100.783	101.661
Depósitos à Ordem	93.870	83.598
Cheques	5.565	9.082
Outras	20.209	23.612
	<u>483.571</u>	<u>489.003</u>
Despesas de taxas e comissões		
Por garantias recebidas	(4.313)	(5.032)
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	(4.860)	(4.595)
Cartões	(69.672)	(71.285)
Operações de crédito	(2.739)	(7.402)
Outros serviços prestados	(515)	(2.606)
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	(3.390)	(2.348)
Outras	(7.015)	(6.181)
Outras comissões pagas	(17.855)	(9.050)
	<u>(110.359)</u>	<u>(108.499)</u>
	<u>373.212</u>	<u>380.504</u>

29. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta rúbricas tem a seguinte composição:

	2020	2019
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	93.832	66.712
Ganhos ou perdas em ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	89.081	59.173
Instrumentos de dívida	89.081	59.306
Outros	-	(133)
Outros	4.751	7.539
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	(9.298)	8.825
Instrumentos de capital	-	9.851
Instrumentos derivados	(9.298)	(1.026)
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	3.326	7.692
Titulos de dívida	2.779	6.246
Instrumentos de capital próprio	547	1.446
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	-	-
Derivados de cobertura	(202.144)	(217.714)
Elemento coberto	202.144	217.714
Diferenças cambiais, valor líquido	11.192	11.253

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ganhos registados na rúbrica “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral” foram justificados, essencialmente, pela alienação de obrigações de dívida pública.

30. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Ganhos em propriedades de investimento	383	1.114
Ganhos em filiais excluídas da consolidação	15.488	-
Perdas em propriedades de investimento	(251)	(396)
	<u>15.620</u>	<u>718</u>

31. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	<u>73.208</u>	<u>26.818</u>
Margem bruta da atividade de seguros		
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	25.011	28.062
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	9.129	17.261
Gastos com sinistros líquidos de resseguro	(112.278)	(65.749)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	12.146	5.649
Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas	10.212	11.411
Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas	1.111	838
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	<u>(1.303)</u>	<u>(2.556)</u>
	<u>(55.972)</u>	<u>(5.131)</u>

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros receitas operacionais		
Rendas auferidas	10.198	14.018
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.303	2.292
Variação de justo valor das propriedades de investimento	3.997	3.461
Outros	4.855	5.976
	<u>21.353</u>	<u>25.747</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento	(6.561)	(6.376)
Encargos com clientes	(3.346)	(4.119)
Outros	(1.811)	(3.817)
	<u>(11.718)</u>	<u>(14.312)</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019 a rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 9.991 milhares de euros e 13.437 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 12).

Na rubrica “Encargos com clientes” são registados os gastos com fraude interna e externa.

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas de pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	4.684	5.953
Empregados	223.707	227.043
Outras remunerações variáveis	15.185	34.128
	<u>243.576</u>	<u>267.124</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	61.593	61.238
Fundos de pensões (Nota 36)	8.178	6.698
Outros encargos sociais obrigatórios	1.226	1.145
	<u>70.997</u>	<u>69.081</u>
Outros gastos com pessoal		
Transferências de pessoal	1.247	1.356
Plano complementar de reforma (Nota 36)	537	559
Outros	8.026	7.868
	<u>9.810</u>	<u>9.783</u>
	<u>324.383</u>	<u>345.988</u>

Outras despesas administrativas

	2020	2019
Fornecimentos externos:	10.015	12.152
Serviços externos:		
Serviços especializados	73.385	69.832
Informática	60.828	58.795
Comunicações	7.940	12.898
Conservação e reparação	4.765	5.408
Publicidade e edição de publicações	12.424	13.516
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	4.360	6.218
Deslocações, estadas e representações	2.899	5.344
Transportes	4.599	5.132
Seguros	2.398	1.366
Outros serviços de terceiros	5.740	6.308
Quotizações e donativos	6.770	7.191
Outros impostos e taxas	4.302	4.658
	<u>200.425</u>	<u>208.818</u>

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2020 e 2019, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2020			2019		
	Sociedade	Grupo	Total	Sociedade	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal de contas	87	1.534	1.621	86	1.503	1.589
Outros serviços e garantia de fiabilidade	44	1.060	1.104	22	858	880
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	-	190	190	-	187	187
	<u>131</u>	<u>2.784</u>	<u>2.915</u>	<u>108</u>	<u>2.548</u>	<u>2.656</u>

Os montantes acima correspondem aos contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- ii) Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal;
- iii) Revisão limitada à informação financeira trimestral (1º e 3º trimestres de 2020) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- iv) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- v) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias, de acordo com o requerido pelo Artigo 34º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20.03;

- vi) Verificação da informação relativa a Operações de política monetária, de acordo com o requerido pela Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- vii) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, de acordo com o requerido no Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal;
- viii) Procedimentos de validação do Relatório Anual de Fluxos Financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020; e
- ix) Apoio à Comissão de Auditoria do Banco no âmbito do seu primeiro relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações hipotecárias e EMTN;
- ii) Revisão da informação apresentada no relato de sustentabilidade de 2020;
- iii) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais; e
- iv) Procedimentos acordados de validação da informação dos créditos incluídos numa operação de titularização sintética.

34. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	(12.875)	(12.261)
Fundo Único de Resolução	(22.701)	(20.336)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(48)	(50)
	<u>(35.624)</u>	<u>(32.647)</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 milhares de euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. Nos exercícios de 2020 e 2019 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 26.707 milhares de euros e 23.924 milhares de euros, respetivamente.

35. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2020			2019		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	6.840	(6.807)	33	5.381	(932)	4.449
Em outros ativos não financeiros	17.055	(12.074)	4.981	54.727	(30.440)	24.287
	<u>23.895</u>	<u>(18.881)</u>	<u>5.014</u>	<u>60.108</u>	<u>(31.372)</u>	<u>28.736</u>

36. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (plano Santander e BAPOP) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:				
- Pensões				
. Empregados no ativo	303.442	314.702	64.619	63.195
. Pensionistas	52.496	46.489	7.806	7.970
. Reformados e reformados antecipadamente	583.248	584.284	95.972	97.164
	<u>939.186</u>	<u>945.475</u>	<u>168.397</u>	<u>168.329</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	169.721	171.834	12.782	12.456
- Subsídio por morte	6.399	6.349	742	718
- Prémio na reforma	8.478	8.322	-	-
	<u>1.123.784</u>	<u>1.131.980</u>	<u>181.921</u>	<u>181.503</u>
Cobertura das responsabilidades:				
- Valor patrimonial do Fundo	<u>1.143.046</u>	<u>1.160.573</u>	<u>186.718</u>	<u>185.459</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 20)	<u>19.262</u>	<u>28.593</u>	<u>4.797</u>	<u>3.956</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano				
- Alteração de pressupostos	-	150.685	-	26.378
- Ajustamentos de experiência:				
. Outros (Ganhos)/ Perdas atuariais	4.984	12.609	(80)	(11.924)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(8.445)	(50.241)	(493)	(7.170)
	<u>(3.461)</u>	<u>(37.632)</u>	<u>(573)</u>	<u>(19.094)</u>
	<u>(3.461)</u>	<u>113.053</u>	<u>(573)</u>	<u>7.284</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	
. Feminina	TV 88/90 ⁽⁻¹⁾
. Masculina	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	1,10%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de inflação	0,45%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos (em 2019 a idade normal de reforma é de 66 anos e 5 meses), deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2020 e 2019, pode ser detalhado como se segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Responsabilidades no início do exercício	1.131.980	972.776	181.503	163.111
Gasto dos serviços correntes	5.580	3.712	1.348	891
Gasto dos juros	12.023	19.609	1.634	3.382
(Ganhos)/perdas atuariais	4.984	163.294	(80)	14.454
Reformas antecipadas	21.682	23.891	785	2.673
Valores pagos	(54.946)	(53.794)	(3.889)	(3.665)
Contribuições dos empregados	2.481	2.492	620	657
Responsabilidades no fim do período	<u>1.123.784</u>	<u>1.131.980</u>	<u>181.921</u>	<u>181.503</u>

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

	31-12-2020	31-12-2019
Gasto dos serviços correntes	6.928	4.603
Gasto dos juros	13.657	22.991
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(13.657)	(22.991)
Plano de benefício definido	6.928	4.603
Plano de contribuição definida	1.131	1.487
Plano da Sucursal de Londres	119	608
	<u>8.178</u>	<u>6.698</u>

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

Em 2021 o Banco espera efetuar uma contribuição de 11.129 milhares de euros para o plano de benefício definido do Santander e BAPOP.

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander, BAPOP e Banif é de 15 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Desvios no início do exercício	799.225	686.172	8.037	753
(Ganhos)/perdas atuariais	4.984	163.294	(80)	14.454
(Ganhos)/perdas financeiras	(8.445)	(50.241)	(493)	(7.170)
Desvios no final do período	<u>795.764</u>	<u>799.225</u>	<u>7.464</u>	<u>8.037</u>

O Fundo de Pensões do Santander é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de participantes dos Fundos era o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Empregados no ativo				
Plano de benefício definido	3.885	4.055	722	737
Plano de contribuição definida	460	389	119	125
Pensionistas	1.282	1.242	34	32
Reformados e reformados antecipadamente	5.773	5.731	157	147
	<u>11.400</u>	<u>11.417</u>	<u>1.032</u>	<u>1.041</u>

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2020 e 2019, foram as seguintes:

	Ativos				Reformados e		Pensionistas	
	Plano de contribuição		Plano de benefício		reformados			
	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop
Número total em 31 de dezembro de 2018	340	142	4.242	788	5.689	133	1.175	31
Saídas:								
. De ativos	(18)	(16)	(45)	(40)	-	-	(2)	(1)
. Por mortalidade	(1)	-	(2)	-	(128)	(1)	(33)	-
Transferências	-	(1)	(142)	(11)	142	11	-	-
Entradas	68		2	-	28	4	102	2
Número total em 31 de dezembro de 2019	389	125	4.055	737	5.731	147	1.242	32
Saídas:								
. De ativos	(9)	(6)	(30)	(10)	-	-	(4)	-
. Por mortalidade	-	-	(4)	(1)	(118)	-	(42)	-
Transferências	-	-	(137)	(4)	137	5	-	(1)
Entradas	80	-	1	-	23	5	86	3
Número total em 31 de dezembro de 2020	<u>460</u>	<u>119</u>	<u>3.885</u>	<u>722</u>	<u>5.773</u>	<u>157</u>	<u>1.282</u>	<u>34</u>

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco durante os exercícios de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Valor do Fundo no início do exercício	1.160.573	979.892	185.459	163.475
Contribuições do Banco (monetárias)	14.470	162.133	2.401	14.440
Contribuições dos empregados	2.481	2.492	620	657
Rendimento líquido do Fundo				
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	12.023	19.609	1.634	3.382
Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	8.445	50.241	493	7.170
Valores pagos	(54.946)	(53.794)	(3.889)	(3.665)
Valor do Fundo no final do exercício	<u>1.143.046</u>	<u>1.160.573</u>	<u>186.718</u>	<u>185.459</u>

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam em 2020 a 1,92% no Santander e 2,06% no BAPOP e em 2019 a 7,25% no Santander e 7,66% no BAPOP.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2020	31-12-2019
Instrumentos de dívida:				
. Rating A	88.135	69.147	19.894	17.620
. Rating BBB	370.511	522.599	68.026	83.538
. Rating BB	13.764	3.999	3.476	808
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	67.857	62.640	10.937	7.965
Fundos de Investimento Imobiliário	125.008	123.925	913	1.246
Fundos de Investimento Mobiliário	352.167	245.157	72.747	62.478
Depósitos	53.779	67.828	7.382	9.592
Imóveis				
. Espaços comerciais	19.515	19.238	-	-
. Terrenos	1.149	1.142	-	-
Instrumentos de capital:				
. Ações portuguesas – cotadas	136	187	-	-
. Ações estrangeiras – cotadas	29.893	36.955	-	157
Instrumentos financeiros derivados				
. Opções cotadas	632	(149)	110	36
Outros	20.500	7.905	3.233	2.019
	<u>1.143.046</u>	<u>1.160.573</u>	<u>186.718</u>	<u>185.459</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos (com exceção dos depósitos e outros) adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 39), foi como segue:

	31-12-2020				31-12-2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	563.806	-	78.794	642.600	697.711	-	70.605	768.316
Fundos de investimento	424.914	-	125.921	550.835	279.349	-	153.457	432.806
Instrumentos de capital	30.029	-	-	30.029	37.299	-	-	37.299
Instrumentos financeiros derivados	742	-	-	742	(113)	-	-	(113)
Imóveis	-	-	20.664	20.664	-	-	20.380	20.380
	<u>1.019.491</u>	<u>-</u>	<u>225.379</u>	<u>1.244.870</u>	<u>1.014.246</u>	<u>-</u>	<u>244.442</u>	<u>1.258.688</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	31-12-2020	31-12-2019
		a)
Imóveis arrendados	13.028	13.192
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	221.208	184.964
	<u>234.236</u>	<u>198.156</u>

a) O valor apresentado corresponde unicamente ao Fundo de Pensões do Santander.

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 537 milhares de euros e 559 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifique. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – ex-Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Tábua de mortalidade	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	92% of S3NMA/ 98% of S3NFA
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,2%	1,9%
Taxa de crescimento salarial	2,7%	2,2%
Taxa de crescimento das pensões	2,1%	1,8%
Taxa de inflação	2,7%	2,2%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços prestados	56.628	51.848
Cobertura - valor patrimonial do Fundo de Pensões	48.718	44.654
Valor não financiado - Sucursal de Londres (Nota 20)	<u>(7.910)</u>	<u>(7.194)</u>

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2020 e 2019, pode ser detalhado como se segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Responsabilidades no início do exercício	51.848	44.509
Gasto dos serviços correntes	17	432
Gasto dos juros	921	1.252
(Ganhos)/perdas atuariais	5.036	7.384
Valores pagos	<u>(1.194)</u>	<u>(1.729)</u>
Responsabilidades no fim do período	<u>56.628</u>	<u>51.848</u>

O movimento ocorrido no Fundo no exercício de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Valor patrimonial no início do exercício	44.654	38.891
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	819	1.076
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	1.910	6.046
Contribuição da Sucursal	2.529	370
Valores pagos	<u>(1.194)</u>	<u>(1.729)</u>
Valor patrimonial no final do período	<u>48.718</u>	<u>44.654</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Desvios no início do exercício	13.447	12.109
(Ganhos)/perdas atuariais	5.036	7.384
(Ganhos)/perdas financeiras	<u>(1.910)</u>	<u>(6.046)</u>
Desvios no final do período	<u>16.573</u>	<u>13.447</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Instrumentos de dívida	25.299	27.486
Instrumentos de capital	20.771	17.446
Outros	2.648	(278)
Valor do Fundo	<u>48.718</u>	<u>44.654</u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Santander e BAPOP:

	2020		2019	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(7,0%)	(91.485)	(7,1%)	(93.876)
. Redução de 0,5%	7,9%	103.384	8,0%	106.327
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	5,3%	60.240	5,5%	71.731
. Redução de 0,5%	(5,3%)	(69.728)	(4,6%)	(60.419)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	8,2%	106.602	8,4%	110.311
. Redução de 0,5%	(7,4%)	(96.595)	(7,6%)	(99.788)
Alteração da tábua de mortalidade:				
. Mais dois anos	(6,7%)	(88.061)	(6,7%)	(88.072)
. Menos dois anos	6,9%	89.421	6,8%	89.438

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	31-12-2020				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	20.612	8.597	124	1.140	30.473
Reformados e pensionistas	98.519	7.416	278	-	106.213
Reformados e Reformados antecipadamente	14.398	3.264	204	-	17.866
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.530	2.462	-	-	5.992
Total de responsabilidades por serviços passados	137.059	21.739	606	1.140	160.544
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					93.369
Insuficiência de financiamento					(67.175)

	31-12-2019				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	22.837	8.436	133	1.086	32.492
Reformados e reformados antecipadamente	111.439	11.189	475	-	123.103
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.714	2.494	-	-	6.208
Total de responsabilidades por serviços passados	137.990	22.119	608	1.086	161.803
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					101.126
Insuficiência de financiamento					(60.677)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2020		31-12-2019	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	40.269	41,97%	47.884	46,14%
Fundo mobiliário	3.294	3,43%	4.381	4,22%
Fundo imobiliário	387	0,40%	1.160	1,12%
Imóveis	13.734	14,31%	13.722	13,22%
Instrumentos de capital	32.607	33,98%	31.733	30,58%
Outros	5.663	5,90%	4.894	4,72%
	95.954		103.774	
Património a transferir	(2.585)		(2.648)	
	93.369		101.126	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

37. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC							
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	436.257	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	15.871	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	50.125	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>502.253</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>509.253</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	399.269	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BBB	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>506.269</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>512.269</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "*Swap Agreements*" entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

Azor Mortgage n.º 1

Operação concretizada em novembro de 2004, em que foram cedidos créditos hipotecários originados no anterior BBKA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC, - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Dívida emitida	Azor Mortgage nº 1					
	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	-	AA	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	12.377	AA	Aa3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	A	Aa3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>21.377</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>31.377</u>				

Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	99.053	AA(sf)	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	12.332	AA(sf)	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.027	BBB(sf)	BBB+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>116.412</u>				
Classe D	16.125	10.295	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>126.707</u>				

Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBCA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Azor Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.500	74.685	AA (sf)	A (sf)	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>117.765</u>				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>124.515</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	172.742	AA	AA (sf)	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	24.773	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>197.515</u>				
Classe C	57.668	43.923	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>241.438</u>				

Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	193.401	A+	A+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	21.298	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>214.699</u>				
Classe C	74.250	58.974	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>273.673</u>				

Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 5

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	156.332	AAA	AA-	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	28.863	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>185.195</u>				
Classe C	66.250	49.926	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>235.121</u>				

Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	122.749	A+	AA-	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	22.810	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>145.559</u>				
Classe C	63.550	47.535	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>193.094</u>				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	1.028.903	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.512.903</u>				
Classe C	66.000	46.566	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.559.469</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Durante o exercício de 2019 foi liquidada a operação Atlantes Mortgage N.º 1.

38. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2020 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Maife Santander Portugal, Co Seguros	Portugal
<u>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo</u>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam - Consultores de gestão, Lda	Portugal
Caceis	França
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Ativos SGFIM, SA	Portugal
Santander Global Thechnology, S.L., Soci	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2019 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
<u>Empresas que, direta ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo</u>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam - Consultores de gestão, Lda	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Popular Gestao de Ativos	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Ativos SGFIM, SA	Portugal
Santander Global Thechnology, S.L., Soci	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, SA	Espanha

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2020		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22.417	-	98.764
Ativos financeiros detidos para negociação	311.568	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	1.675	-	7.533
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.634	-	9.712
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	791.508	42.600	2.780
Derivados - contabilidade de cobertura	813	-	-
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	131.136	-
Outros ativos	436	15.088	68
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	896.236	-	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	6.489	-	2.416
Depósitos - Clientes	-	35.256	25.282
Titulos de dívida emitidos	40.039	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	97.877	-	-
Outros passivos	-	-	9.438
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	(192.099)	(263)	(53)
Despesas com juros	208.825	-	-
Rendimentos de taxas e comissões	(340)	(60.970)	(833)
Despesas de taxas e comissões	3.077	-	3.943
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	87.216	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	(64)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(26)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(8.768)	-	-
Despesas administrativas	7.894	-	44.447
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	(14.553)	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(129)	-
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	54.890	620	190.052
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	114.170	1.976	29.996
Operações cambiais e instrumentos derivados	27.822.340	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	11.504	112.860	6.359.254

	31-12-2019		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	54.959	-	1.115
Ativos financeiros detidos para negociação	250.471	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	503	-	6.443
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	520	-	10.689
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	584.160	55.715	98.869
Derivados - contabilidade de cobertura	2.322	-	-
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	112.259	-
Outros ativos	8	5.162	2.276
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.064.339)	-	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	(717.174)	-	(4.422)
Depósitos - Clientes	-	(27.451)	(18.926)
Titulos de dívida emitidos	(46.576)	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	(55.620)	-	-
Outros passivos	(7.343)	-	(11.089)
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	(262.762)	(390)	(225)
Despesas com juros	280.379	-	13
Rendimentos de taxas e comissões	(358)	(54.446)	(21.766)
Despesas de taxas e comissões	3.570	-	6.067
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	73.469	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	2.649	-	(15)
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	4	-	(382)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(76)
Despesas administrativas	7.157	-	34.354
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	(21)	(10.805)	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(116)	(123)
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	48.037	22	188.591
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	114.170	518	26.148
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.522.471	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.022.426	99.693	2.171.370

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 945 milhares de euros e 735 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros dos órgãos sociais foram atribuídos em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 4.684 milhares de euros e 5.953 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.201 milhares de euros e 14.154 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões – Pensões e outras obrigações de benefício definido pós - emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

39. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31-12-2020			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	4.543.652	4.543.652	4.634.092
Ativos financeiros detidos para negociação	901.010	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.195.742	-	3.195.742	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8.457.676	-	8.457.676	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.147.626	36.685.395	39.833.021	39.995.996
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.719	-	23.719	23.719
	<u>15.725.773</u>	<u>41.229.047</u>	<u>56.954.820</u>	<u>57.208.235</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	920.602	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.261.337	-	3.261.337	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	41.528	44.238.609	44.280.137	44.204.245
Títulos de dívida emitidos	-	2.560.585	2.560.585	2.711.614
Outros passivos financeiros	-	212.142	212.142	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	522.283	-	522.283	522.283
Provisões técnicas	-	710.959	710.959	708.121
	<u>4.745.750</u>	<u>47.722.295</u>	<u>52.468.045</u>	<u>52.540.344</u>
<u>31-12-2019</u>				
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	3.500.397	3.500.397	3.515.829
Ativos financeiros detidos para negociação	1.073.429	-	1.073.429	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.100.275	-	3.100.275	3.100.275
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.587.490	-	6.587.490	6.587.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado	4.652.197	35.424.463	40.076.660	40.612.220
Derivados - Contabilidade de cobertura	56.245	-	56.245	56.245
	<u>15.469.636</u>	<u>38.924.860</u>	<u>54.394.496</u>	<u>54.945.488</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.097.214	-	1.097.214	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.432.017	-	3.432.017	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	76.285	41.276.184	41.352.469	41.362.300
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.431.231	3.431.231	3.560.277
Outros passivos financeiros	-	232.892	232.892	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	393.831	-	393.831	393.831
Provisões técnicas	-	730.426	730.426	723.045
	<u>4.999.347</u>	<u>45.670.733</u>	<u>50.670.080</u>	<u>50.801.576</u>

Para as rubricas de Empréstimos pelo custo amortizado e depósitos de clientes, os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados pelo justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31-12-2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	4.634.092	-	4.634.092
Ativos financeiros detidos para negociação	-	873.838	27.172	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.059.317	-	136.425	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.081.570	5.365.270	10.836	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	3.742.908	36.253.088	39.995.996
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	23.719	-	23.719
	6.140.887	14.639.827	36.427.521	57.208.235
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	890.625	29.977	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.261.337	-	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	8.303.367	35.900.878	44.204.245
Títulos de dívida emitidos	-	2.089.334	622.280	2.711.614
Outros passivos financeiros	-	-	212.142	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	522.283	-	522.283
Provisões técnicas	-	-	708.121	708.121
	-	15.066.946	37.473.398	52.540.344
31-12-2019				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	3.515.829	-	3.515.829
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.073.429	-	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.954.837	-	145.438	3.100.275
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.352.962	2.228.001	6.527	6.587.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	6.987.538	33.624.682	40.612.220
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	56.245	-	56.245
	7.307.799	13.861.042	33.776.647	54.945.488
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.097.214	-	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.432.017	-	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	5.411.633	35.950.667	41.362.300
Títulos de dívida emitidos	-	2.809.198	751.079	3.560.277
Outros passivos financeiros	-	-	232.892	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	393.831	-	393.831
Provisões técnicas	-	-	723.045	723.045
	-	13.143.893	37.657.683	50.801.576

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, alguns fundos de investimento e ações.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Grupo procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados;
- Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (especifica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).

- Nível 3 – O Grupo classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Grupo utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos negociação	Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
Em 31 de dezembro de 2018	3.379	168.067	10.694	182.140
Aquisições	-	127	4.309	4.436
Alienações	(3.379)	-	(10.852)	(14.231)
Reembolsos	-	(18.134)	(772)	(18.905)
Reclassificações	-	-	3.100	3.100
Alterações de justo valor	-	(4.622)	137	(4.485)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(89)	(89)
Em 31 de dezembro de 2019	-	145.438	6.527	151.965
Aquisições	-	3.727	9.987	13.714
Alienações	-	(3.160)	(4.713)	(7.873)
Reembolsos	-	(7.318)	(725)	(8.043)
Alterações de justo valor	27.172	(2.263)	(315)	24.594
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	75	75
Em 31 de dezembro de 2020	27.172	136.425	10.836	174.433

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2020					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	4.027	4.157	14.722	-	-	22.906

	31-12-2019					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	5.957	13.049	17.604	16.184	-	52.794

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados nos exercícios de 2020 e 2019, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(161.976)	161.976	-	171.977	(171.977)	-
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	364.084	(364.084)	-	43.859	(43.859)	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	133	(133)	-	2.030	(2.030)	-
Títulos de dívida emitidos	(97)	97	-	(152)	152	-
	202.144	(202.144)	-	217.714	(217.714)	-

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Grupo tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Grupo e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Grupo monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Grupo.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser interpretado da seguinte forma:

Rating 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;
Rating 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de *default* moderada;
Rating 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	4.543.652	4.543.652	3.500.397	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	901.010	901.010	1.073.429	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.195.742	3.195.742	3.100.275	3.100.275
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8.457.676	8.457.676	6.587.490	6.587.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.833.021	46.846.166	40.076.660	46.166.598
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.719	23.719	56.245	56.245
	<u>56.954.820</u>	<u>63.967.965</u>	<u>54.394.496</u>	<u>60.484.434</u>
Garantias prestadas (Nota 24)				
Garantias e avals financeiras	648.253	648.253	563.159	563.159
Garantias e avals não financeiras	964.490	964.490	1.013.044	1.013.044
Créditos documentários abertos	363.131	363.131	374.410	374.410
	<u>1.975.874</u>	<u>1.975.874</u>	<u>1.950.613</u>	<u>1.950.613</u>

A exposição máxima em "Ativos financeiros pelo custo amortizado" a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Valor de balanço	39.833.021	40.076.660
Outros compromissos concedidos (Nota 24):		
Revogáveis	6.063.686	5.089.308
Irrevogáveis	949.459	1.000.630
Exposição máxima	<u>46.846.166</u>	<u>46.166.598</u>

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as "exposições não produtivas" (*Non Performing Exposures*) e as "exposições diferidas" (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	39.447.649	(256.336)	0,6%	39.376.219	(138.112)	0,4%
Exposições não produtivas						
. Particulares	408.592	(210.498)	51,5%	477.921	(195.016)	40,8%
. Empresas	982.377	(538.763)	54,8%	1.144.759	(589.111)	51,5%
	1.390.969	(749.261)		1.622.680	(784.127)	
	40.838.618	(1.005.597)		40.998.899	(922.239)	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	-	-	-
. Particulares	198.094	180.684	91,2%	282.905	243.917	86,2%
. Empresas	443.614	314.480	70,9%	555.648	363.235	65,4%
	641.708	495.164		838.553	607.152	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	446.717	(19.038)	4,3%	568.508	(25.098)	4,4%
Exposições não produtivas						
. Particulares	255.007	(101.886)	40,0%	304.344	(123.671)	40,6%
. Empresas	738.656	(378.467)	51,2%	830.634	(439.479)	52,9%
	993.663	(480.353)		1.134.978	(563.150)	
	1.440.380	(499.391)		1.703.486	(588.248)	

Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2020			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	4.207.531	-
Instrumentos de capital	-	-	889.846	889.846
Titulos de dívida	2.695.331	2.662.814	8.893.389	5.950.394
Empréstimos e adiantamentos	11.550.890	-	27.456.983	-
Outros ativos	-	-	2.636.493	-
	<u>14.246.221</u>	<u>2.662.814</u>	<u>44.084.242</u>	<u>6.840.240</u>

	2019			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	3.145.733	-
Instrumentos de capital	-	-	863.117	219.032
Titulos de dívida	2.313.060	2.313.060	10.296.349	7.248.617
Empréstimos e adiantamentos	9.916.619	-	26.375.280	-
Outros ativos	-	-	3.172.615	-
	<u>12.229.679</u>	<u>2.313.060</u>	<u>43.853.094</u>	<u>7.467.649</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

	2020	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	8.037.903	10.230.399
Outros	212.476	287.687
	<u>8.250.379</u>	<u>10.518.086</u>

	2019	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	5.630.717	7.240.455
Outros	603.000	693.445
	<u>6.233.717</u>	<u>7.933.900</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as principais rúbricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por rating externo (rating interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2020	31-12-2019
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	3.932.058	2.798.892
Não sujeito	336.121	354.664
	<u>4.268.179</u>	<u>3.153.556</u>
Outros depósitos à ordem		
Rating S&P		
AA+ /AA /AA-	21.199	89.754
A+ /A /A-	83.442	159.092
BBB+ / BBB / BBB-	11.598	49.642
BB+ / BB / BB-	1.039	3.613
Sem rating externo	158.195	44.740
	<u>275.473</u>	<u>346.841</u>
	<u>4.543.652</u>	<u>3.500.397</u>
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados		
Rating S&P		
AAA+ / AAA / AAA-	550	3.418
AA+ / AA / AA-	14.252	9.359
A+ / A / A-	200.634	160.436
BBB+ / BBB / BBB-	1.989.636	1.950.937
BB+ / BB / BB-	117.573	119.331
B+ / B / B-	440	8.582
CCC+ / CCC / CCC-	113	17
C+ / C / C-	10	-
Sem rating externo	55.456	59.112
	<u>2.378.664</u>	<u>2.311.192</u>
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Rating S&P		
A+ /A /A-	39.357	362.672
AA+ / AA / AA-	17.636	21.975
AAA+ / AAA / AAA-	3.998	5.779
BBB+ / BBB / BBB-	8.309.827	6.108.162
BB+ / BB / BB-	637	652
Sem rating externo	13.467	14.305
	<u>8.384.922</u>	<u>6.513.545</u>

	31-12-2020	31-12-2019
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Títulos de dívida		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	658.175	425.318
Sem rating externo	3.318.189	3.363.500
	<u>3.976.364</u>	<u>3.788.818</u>
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	-	42.897
A+ / A / A-	-	652.523
B+ / B / B-	190	-
BB+ / BB / BB-	343	-
BBB+ / BBB / BBB-	3.031	32.042
Sem rating externo	16.732	53
	<u>20.296</u>	<u>727.515</u>
Empréstimos e adiantamentos - Crédito concedido e outros saldos a receber		
Rating interno		
Risco de crédito reduzido	27.697.277	27.233.727
Risco de crédito médio	6.021.564	5.965.966
Risco de crédito alto	1.782.456	2.202.813
Sem rating	1.340.661	1.080.060
	<u>36.841.958</u>	<u>36.482.566</u>
	<u>36.862.254</u>	<u>37.210.081</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Grupo qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2020								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	611.594	-	-	-	3.932.058	-	-	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	224.645	149.118	396.863	590.671	860.611	891.278	-	3.113.186
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.299.742	624.245	134.089	457.597	501.355	5.036.047	72.287	-	8.125.362
Ativos financeiros pelo custo amortizado	613.859	1.971.818	5.528.160	10.125.880	7.274.485	18.773.062	-	-	44.287.263
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	23.719	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	131.136	-	131.136
	<u>2.525.195</u>	<u>2.820.708</u>	<u>5.811.366</u>	<u>10.980.340</u>	<u>12.298.569</u>	<u>24.669.720</u>	<u>1.094.701</u>	<u>924.729</u>	<u>61.125.328</u>
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.261.337	-	-	-	-	-	-	-	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	9.859	-	-	6.593.892	-	-	-	-	6.603.750
Depósitos - instituições de crédito	621.736	857.756	64.727	3.706	-	-	-	-	1.547.925
Depósitos - clientes e outros empréstimos	20.923.899	5.968.620	6.179.342	1.207.339	1.601.585	17.919	-	-	35.898.703
Títulos de dívida emitidos	-	36.015	125.235	291.285	1.169.651	1.126.425	-	-	2.748.610
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	522.283	522.283
Provisões técnicas	94.335	393.656	15.887	29.626	23.389	104.810	-	-	661.703
	<u>24.911.166</u>	<u>7.256.048</u>	<u>6.385.191</u>	<u>8.125.848</u>	<u>2.794.624</u>	<u>1.249.153</u>	<u>-</u>	<u>1.442.885</u>	<u>52.164.914</u>
31-12-2019									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	701.505	-	-	-	2.798.892	-	-	-	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.073.429	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	495	71.856	631.350	358.843	1.218.818	789.083	-	3.070.445
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	427.295	614.673	1.326.991	609.436	314.621	2.827.413	73.316	-	6.193.746
Ativos financeiros pelo custo amortizado	675.669	2.257.891	4.607.703	9.413.255	5.786.556	22.726.332	-	-	45.467.406
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	56.245	56.245
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	112.259	-	112.259
	<u>1.804.469</u>	<u>2.873.059</u>	<u>6.006.550</u>	<u>10.654.042</u>	<u>9.258.912</u>	<u>26.772.563</u>	<u>974.658</u>	<u>1.129.674</u>	<u>59.473.927</u>
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.432.017	-	-	-	-	-	-	-	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	4.522	-	2.406.429	618.686	-	-	-	-	3.029.637
Depósitos - instituições de crédito	1.110.449	818.069	116.443	552.801	299.892	300.000	-	-	3.197.655
Depósitos - clientes e outros empréstimos	17.660.585	6.779.619	6.874.096	2.491.663	1.431.812	15.318	-	-	35.253.092
Títulos de dívida emitidos	-	28.516	863.582	268.033	1.291.187	1.204.827	-	-	3.656.145
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	393.831	393.831
Provisões técnicas	96.675	403.423	16.281	30.361	23.969	107.410	-	-	678.119
	<u>22.304.248</u>	<u>8.029.627</u>	<u>10.276.831</u>	<u>3.961.544</u>	<u>3.046.860</u>	<u>1.627.555</u>	<u>-</u>	<u>1.491.045</u>	<u>50.737.710</u>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como como ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral), ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos detidos para negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Grupo pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rúbrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Grupo consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Grupo utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers e Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Grupo. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2020				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativo					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	3.932.058	611.594	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.093.999	284.665	817.078	-	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.805.003	92.730	1.559.943	-	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	6.942.978	32.932.963	(42.920)	-	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	23.719	23.719
	15.841.980	37.242.416	2.945.695	924.729	56.954.820
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados					
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	6.809.859	-	(18.039)	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	118.496	1.430.501	294	-	1.549.291
Depósitos - clientes	15.226.146	20.706.301	6.579	-	35.939.026
Titulos de dívida emitidos	2.007.599	614.681	(61.695)	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	-	-	212.142	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	522.283	522.283
	24.162.100	22.751.483	139.281	1.442.885	48.495.749
31-12-2019					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativo					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	2.798.892	701.505	-	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.073.429	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.177.817	133.375	789.083	-	3.100.275
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.640.140	15.981	931.369	-	6.587.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado	8.319.686	31.628.533	128.441	-	40.076.660
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	56.245	56.245
	16.137.643	34.576.781	2.550.398	1.129.674	54.394.496
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.432.017	-	-	-	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	3.079.382	-	(41.858)	-	3.037.524
Depósitos - instituições de crédito	227.251	2.968.233	512	-	3.195.996
Depósitos - clientes	17.479.083	17.628.799	11.067	-	35.118.949
Titulos de dívida emitidos	2.757.600	743.478	(69.847)	-	3.431.231
Outros passivos financeiros	-	-	232.892	-	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	393.831	393.831
Provisões técnicas	723.045	-	-	-	723.045
	27.698.378	21.340.510	132.766	1.491.045	50.662.699

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas é o seguinte:

	31-12-2020							
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco		
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	[>10%]	de taxa de juro	Derivados	Total
Ativo								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	3.932.058	-	-	-	-	611.594	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	132.905	-	132.905
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	224.346	1.753.332	4.136.155	25.000	-	1.565.357	-	7.704.190
Ativos financeiros pelo custo amortizado	18.920.401	17.296.808	2.004.074	1.329.119	325.539	(42.920)	-	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	23.719	23.719
	23.076.805	19.050.140	6.140.229	1.354.119	325.539	2.266.936	924.729	53.138.497
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	6.809.859	-	-	-	-	(18.039)	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	1.548.997	-	-	-	-	294	-	1.549.291
Depósitos - clientes	35.799.399	128.836	3.148	1.064	-	6.579	-	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	1.607.553	1.014.727	-	-	-	(61.695)	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	212.142	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	522.283	522.283
	45.765.808	1.143.563	3.148	1.064	-	139.281	1.442.885	48.495.749
31-12-2019								
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco		
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	[>10%]	de taxa de juro	Derivados	Total
Ativo								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	2.798.892	-	-	-	-	701.505	-	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.073.429	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	145.971	-	145.971
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.832	2.719.148	2.179.123	28.877	-	931.369	-	5.862.349
Ativos financeiros pelo custo amortizado	15.458.581	17.930.244	4.848.988	1.265.294	445.112	128.441	-	40.076.660
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	56.245	56.245
	18.261.305	20.649.392	7.028.111	1.294.171	445.112	1.907.286	1.129.674	50.715.051
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.097.214	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	3.079.382	-	-	-	-	(41.858)	-	3.037.524
Depósitos - instituições de crédito	3.019.234	176.250	-	-	-	512	-	3.195.996
Depósitos - clientes	34.076.622	958.238	67.902	5.120	-	11.067	-	35.118.949
Títulos de dívida emitidos	2.487.322	1.006.157	-	7.599	-	(69.847)	-	3.431.231
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	232.892	-	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	393.831	393.831
	42.662.560	2.140.645	67.902	12.719	-	132.766	1.491.045	46.507.637

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(2.135)	59.081	(207)	91.492
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(114.692)	36.461	(190.829)	150.794
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(1.020.001)	553.086	(948.285)	953.796
	<u>(1.136.828)</u>	<u>648.628</u>	<u>(1.139.321)</u>	<u>1.196.082</u>
Derivados - Contabilidade de cobertura	315.516	(182.302)	276.455	(363.068)
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	1.260	32.731	(19.139)	8.281
Depósitos - instituições de crédito	(1.230)	285	(4.861)	16.808
Depósitos - clientes	(1.140.415)	378.920	(984.376)	712.489
Títulos de dívida emitidos	(107.130)	38.826	(130.016)	106.182
Outros passivos financeiros	(25.028)	13.289	(39.113)	34.309
	<u>(1.272.543)</u>	<u>464.051</u>	<u>(1.177.505)</u>	<u>878.069</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaRf Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
VaR Percentil 99%	(1)	-
VaR Weighted Percentil 99%	-	-

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2020			
	Euros	Dólares		Total
		Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	4.361.661	28.489	153.502	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	898.580	1.748	682	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.192.245	3.365	132	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8.457.676	-	-	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.153.504	639.964	39.553	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.478	241	-	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	131.136	-	-	131.136
	56.218.280	673.807	193.869	57.085.956
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	918.159	1.749	694	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.432.017	-	-	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	6.791.820	-	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	1.431.768	117.260	263	1.549.291
Depósitos - clientes	34.170.237	1.411.369	357.420	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	2.560.585	-	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	212.142	-	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	520.761	1.507	15	522.283
	50.037.489	1.531.885	358.392	51.927.766
31-12-2019				
	Euros	Dólares		Total
		Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	3.275.162	79.727	145.508	3.500.397
Ativos financeiros detidos para negociação	1.070.859	2.570	-	1.073.429
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.085.842	14.293	140	3.100.275
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.587.490	-	-	6.587.490
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.601.930	436.817	37.913	40.076.660
Derivados - Contabilidade de cobertura	55.170	1.075	-	56.245
	53.676.453	534.482	183.561	54.394.496
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.094.644	2.570	-	1.097.214
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.432.017	-	-	3.432.017
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	3.037.524	-	-	3.037.524
Depósitos - instituições de crédito	3.008.714	186.486	796	3.195.996
Depósitos - clientes	33.400.786	1.468.749	249.414	35.118.949
Títulos de dívida emitidos	3.431.231	-	-	3.431.231
Outros passivos financeiros	232.892	-	-	232.892
Derivados - Contabilidade de cobertura	390.861	2.749	221	393.831
	48.028.669	1.660.554	250.431	49.939.654

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	31-12-2020	31-12-2019
VaR Percentil 99%	(8)	(3)
VaR Weighted Percentil 99%	(6)	(2)

Risco de cotações de ativos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	31-12-2020			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Contraparte				
Instituições Financeiras	(400.601)	-	52.986	(347.615)
Empresas do Grupo	(688.516)	-	583.014	(105.502)
	<u>(1.089.117)</u>	<u>-</u>	<u>636.000</u>	<u>(453.117)</u>
	31-12-2019			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Contraparte				
Instituições Financeiras	(292.042)	-	371.927	79.885
Empresas do Grupo	(908.865)	-	301.500	(607.365)
	<u>(1.200.907)</u>	<u>-</u>	<u>673.427</u>	<u>(527.480)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

31-12-2020				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.255.805)	1.256.208	23.093	23.496
	<u>(1.255.805)</u>	<u>1.256.208</u>	<u>23.093</u>	<u>23.496</u>
31-12-2019				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.654.668)	1.656.197	32.461	33.990
	<u>(1.654.668)</u>	<u>1.656.197</u>	<u>32.461</u>	<u>33.990</u>

40. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco. A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O Grupo utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para operações manuais, carteira do Banif e carteira do BAPOP. O Grupo utiliza o método padrão para cálculo do risco de mercado. Em junho de 2012, o Grupo começou a usar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de janeiro de 2014, passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1), em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo das posições em risco.

No dia 28 de junho de 2019, o Grupo operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de Corporates, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche mezzanine com um attachment point de 1% e um detachment point de 8.5%. A tranche mezzanine, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN com um prémio de 8,7%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (ambos em BIS III – Phasing In):

	Valores em milhões de Euros	
	31-12-2020	31-12-2019
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	4.328	3.441
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.571	2.571
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.853	1.162
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(95)	(291)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	76	73
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	12	12
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	64	61
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	4.404	3.514
E - POSIÇÕES EM RISCO	17.986	18.681
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	24,1%	18,4%
CORE CAPITAL (CET1)	20,7%	15,2%
TIER II (B/E)	0,4%	0,4%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	24,5%	18,8%
LEVERAGE	7,8%	6,3%

Nota: os valores apresentados no quadro acima não são auditados

41. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2020, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 12.875 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,048%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 2.978 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 a 2019, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 2.130 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

42. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilcitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao BAPOP.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao BAPOP).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Em dezembro de 2020, teve lugar audiência no Tribunal da Concorrência, tendo-se chegado a uma solução consensual entre AdC e os bancos recorrentes, incluindo o Banco, quanto ao valor da coima e modalidades das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

O Banco aguardará agora o julgamento e a subsequente decisão relativos à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciais que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

43. MORATÓRIAS E NOVOS SISTEMAS DE GARANTIA PÚBLICA

A atual crise económica causada pela pandemia Covid-19 veio acentuar os riscos existentes para o sistema financeiro, com especial relevância para os relacionados com risco de crédito. De salientar, neste contexto, a adoção de um conjunto significativo de medidas, excecionais e temporárias, de apoio às famílias e às empresas em situação de insuficiência de liquidez, associada ao abrandamento económico. Em particular, foram criados regimes de moratórias, de natureza legislativa e não legislativa, no cumprimento de obrigações creditícias perante o sistema bancário e obtenção de novos financiamentos (para as empresas) através da contratação de linhas protocoladas com garantia estatal (que garante o pagamento do capital em dívida em caso de incumprimento) numa percentagem que varia entre os 80% - 90% dependendo da dimensão da empresa, evitando, desta forma, disrupções imediatas nas posições de liquidez dos beneficiários.

A Autoridade Bancária Europeia, através das orientações EBA/GL/2020/02, veio detalhar as condições que os regimes de moratória devem cumprir para que exposições abrangidas não sejam automaticamente classificadas como reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor ou em situação de incumprimento. No entanto, as referidas orientações reforçam também a necessidade de as instituições de crédito manterem, também durante o período em que as moratórias vigoram, uma monitorização tempestiva das suas exposições que lhes permita identificar eventuais indícios de que o devedor não tem condições para cumprir na íntegra as suas obrigações de crédito (unlikeliness to pay) e a sua consequente marcação.

Neste contexto, é determinante que as instituições de crédito, por um lado, desenvolvam uma estratégia apropriada para assegurar soluções sustentáveis para os devedores que, embora com dificuldades financeiras, permaneçam viáveis, contribuindo assim para preservar o valor económico do Banco a médio e longo prazo; e, por outro, adotem medidas que lhes permitam acompanhar e avaliar a evolução dos riscos incorridos e a atempada marcação das exposições em causa, por forma a mitigar os efeitos negativos que podem advir da cessação das moratórias ("cliff effects").

Desde o primeiro momento, o Banco teve uma posição liderante no apoio aos seus clientes afetados pela crise económica decorrente da crise sanitária Covid-19, quer ao nível da concessão de moratórias quer como Banco líder nas linhas protocoladas de apoio à economia.

Com a finalidade de estabelecer os critérios de admissão e classificação das operações de crédito de refinanciamento, renegociação, e/ou concessão de novos créditos, derivados dos impactos económicos, em particular na liquidez dos nossos clientes, em resultado da pandemia Covid-19 foi desenvolvida e aprovada nos órgãos próprios do Banco a Política Extraordinária de Admissão e Classificação de Riscos Covid-19.

Com efeito, dados os fortes impactos económicos da crise sanitária nas famílias e nas empresas, tornou-se necessário adotar medidas excecionais de apoio às mesmas obrigando à definição de uma Política específica que com carácter temporário e extraordinário definisse os critérios de admissão e classificação das operações de renegociação e/ou a concessão de novos créditos relacionados com as necessidades financeiras dos clientes decorrentes dos problemas de liquidez.

Esta Política incorporou as orientações, diretrizes e recomendações da Autoridade Bancária Europeia (EBA), do Banco Central Europeu (BCE), da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e o International Accounting Standards Board (IASB) e foi aplicada da mesma forma às moratórias legislativas e não legislativas. Pese embora se admita a dificuldade de no curto prazo se proceder a uma análise detalhada, e por isso se reconheça não deverem existir impactos imediatos nas classificações de risco dos clientes, insiste-se na importância de efetuar uma análise individual das probabilidades reais do cliente não conseguir ultrapassar a situação derivada desta crise, assim como na importância de uma adequada medição de risco, esperando que as instituições priorizem avaliações individuais da probabilidade de pagamento dos devedores sempre que possível.

O contexto económico atual é caracterizado por um elevado nível de incerteza relativamente à duração e profundidade da pandemia, tanto a nível global, como em Portugal.

Apesar dos esforços das autoridades na mitigação dos impactos negativos na economia, as medidas de confinamento resultaram em reduções consideráveis da atividade económica e elevada incerteza na dinâmica de retoma.

Neste contexto, os processos utilizados no cálculo de imparidade requerem adaptações para considerar devidamente as alterações à capacidade dos clientes e, conseqüentemente, o impacto nas perdas esperadas com o crédito.

Para assegurar uma abordagem homogénea no setor, o BCE emitiu uma recomendação geral sobre IFRS9 no contexto da pandemia Covid-19 em 1 de abril de 2020 (SSM-2020-0154), indicando nomeadamente que os pressupostos e metodologias de modelização utilizados em situações normais podem ter lacunas no contexto atual de extraordinária incerteza, sendo necessário prestar particular atenção aos ajustes e overlays que serão necessários, devido à escassez de informação forward looking.

Dado o nível de incerteza, o BCE dá o grau de liberdade necessário a cada instituição para definir a velocidade de reversão de cada economia ao seu nível de crescimento potencial, desde que devidamente fundamentado.

Tendo em conta as orientações do supervisor supramencionadas, foi definido pelo Serviço de Estudos do Banco um cenário macroeconómico base Long Run (doravante cenário Covid).

Desta forma, o ajuste a realizar nesta fase do ciclo enquadrado na metodologia atual é a atualização da componente de Forward Looking nos modelos de PD e LGD, tendo por base o cenário Covid. Em função da informação disponível e em linha com os cenários utilizados no Banco, para efeitos de cálculo do overlay macroeconómico, foi utilizado um cenário base.

Desde o início da pandemia Covid-19 foram identificados pelo Banco e pelas diversas autoridades competentes um conjunto de setores críticos sobre os quais existe uma preocupação acrescida relativamente ao seu futuro, derivado da incerteza que esta pandemia trouxe a toda a sociedade. Desde o início de abril, e cumprindo com as políticas instituídas no Banco e com as orientações do BCE e EBA, que durante período de vigência das moratórias, teria de existir um reforço da atividade de monitorização e acompanhamento dos clientes, com objetivo de identificar atempadamente eventuais indícios de que os devedores poderão não ter capacidade para cumprir as suas obrigações de crédito após término das moratórias. Esta monitorização e acompanhamento dos clientes está a ser efetuada, primeiro através da primeira linha de defesa (Área Comercial) e conjuntamente com a segunda linha de defesa (Área de Riscos).

Países e agentes económicos ligados aos setores mais expostos a movimentos internacionais e internos de pessoas e bens, foram, de imediato, considerados como os mais vulneráveis. Dentro deste universo situam-se os setores ligados às atividades turísticas e de lazer incluindo o setor da restauração e setores de transportes (especialmente transportes aéreos) e de comércio de bens e serviços, incluindo comércio automóvel. Numa segunda linha e eventualmente por impacto induzido pelo progressivo fecho das economias e redução do consumo interno e internacional, os setores industriais, têxtil e calçado, muito relevantes na economia portuguesa, também foram considerados de impacto potencial significativo.

Outros setores, pela sua tradicional relevância na estrutura produtiva nacional e no volume de exposição do setor bancário bem como pelo impacto sofrido na crise económica anterior, como são todas as exposições de "real estate" e setor da construção, foram igualmente elencados para monitorização especial.

Ao nível do segmento de particulares, o impacto negativo da pandemia nos rendimentos das famílias é substancial, mas os efeitos variam muito de caso para caso. O impacto no rendimento disponível depende em muito do número de pessoas do agregado que conta com rendimentos do trabalho, bem como da sua situação laboral (se são efetivos ou trabalhadores independentes) e do setor onde trabalham.

Após identificados dos setores de maior criticidade e alerta, foram elaborados estudos aos diversos portfólios de clientes, subdivididos em 4 capítulos:

- Enquadramento sectorial: breve enquadramento setorial baseado na recolha de informação disponível em fontes de informação oficial (Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal; Pordata, etc);
- Análise do universo clientes encarteirados (clientes com gestor de risco): análise das principais métricas de risco e análise individual dos principais grupos económicos (através da análise da informação financeira disponível, complementada com "visitas virtuais" aos mesmos), estabelecendo um outlook / grau de preocupação com os mesmos;

- Análise do universo de clientes não encarteirados (clientes sem gestor de risco): foram analisadas as principais métricas de risco deste tipo de clientes (nível de classificação de operações (Stage 1; Stage 2 e Stage 3), nível de cobertura por garantias; tipo de produtos contratados, etc.);
- Conclusões / Políticas de Crédito a assumir: em função da análise anterior, foram definidas linhas orientadoras para a área comercial e de riscos na gestão futura do risco de crédito neste setor e com os clientes.

Em maio 2020, o Banco deu início ao desenvolvimento de um projeto de transformação *End to End*, designado por "Collections and Recoveries", que visa a gestão massiva e antecipativa de clientes (não encarteirados), através do desenvolvimento de estratégias, processos e oferta comercial em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem avançada, que permitirá gerir eventuais impactos após o fim das moratórias neste segmento de clientes particulares e de micro e pequenas empresas.

A identificação de potenciais necessidades de imparidade dependerá da evolução da carteira do Banco e da envolvente específica em cada momento, não sendo possível apresentar à priori uma lista exaustiva de critérios que requerem uma análise de imparidade a segmentos ou subsegmentos. As situações idiossincráticas identificadas pelo *Portfolio Manager* conduziram a uma reclassificação de 2,4 mil milhões de euros do stage 1 para o stage 2 e à dotação de uma imparidade de overlay idiossincrático.

Operações objeto de moratórias legislativas e não legislativas e novos empréstimos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública em resposta à atual crise económica causada pela pandemia Covid-19

Os quadros seguintes apresentam a caracterização das operações que à data de 31 de dezembro de 2020 foram objeto de moratória legislativa e não legislativa, bem como os novos empréstimos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública.

O valor bruto dos empréstimos e adiantamentos abrangidos pela moratória, é o seguinte:

	Valor bruto							Total
	Produtivos			Não produtivos				
	Dos quais: objeto de medidas de	Dos quais: Stage 2		Dos quais: objeto de medidas de	Dos quais: com probabilidade			
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	8.004.249	294.628	910.217	545.727	450.657	525.377	8.549.976	
dos quais: Particulares	4.981.154	235.313	480.080	139.891	126.294	130.999	5.121.045	
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	4.551.971	216.345	401.358	115.590	107.741	109.957	4.667.561	
dos quais: sociedades não financeiras	3.023.095	59.315	430.136	405.836	324.363	394.378	3.428.931	
dos quais: pequenas e médias empresas	1.992.188	46.157	370.691	252.725	198.296	241.661	2.244.913	
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	1.297.684	21.100	151.825	282.193	243.321	275.718	1.579.877	

A imparidade dos empréstimos e adiantamentos abrangidos pela moratória, é a seguinte:

	Imparidade						Total	Entradas para exposições não
	Produtivos			Não produtivos				
	Dos quais: objeto de medidas de	Dos quais: Stage 2		Dos quais: objeto de medidas de	Dos quais: com probabilidade			
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	50.396	16.489	37.641	223.478	181.246	216.352	273.875	24.157
dos quais: Particulares	19.427	9.224	15.549	49.475	45.513	45.576	68.902	6.126
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	14.041	7.825	11.648	36.572	34.335	34.638	50.613	3.981
dos quais: sociedades não financeiras	30.969	7.266	22.092	174.003	135.733	170.776	204.972	18.031
dos quais: pequenas e médias empresas	26.180	7.001	20.470	106.401	85.218	103.374	132.581	9.596
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	10.079	791	7.282	100.991	88.264	100.290	111.070	1.559

A repartição dos empréstimos e adiantamentos objeto de moratória legislativa e não legislativa e por prazo residual das moratórias, é a seguinte:

	Número de devedores	Valor bruto						
		Produtivos			Prazo residual das moratórias			
		Dos quais: moratória legislativa	Dos quais: Expiradas	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 9 meses	> 9 meses <= 12 meses	
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida moratória	94.008	9.918.579						
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	92.862	9.303.867	6.684.126	753.891	1.909.225	282.110	17.205	6.341.436
dos quais: Particulares		5.426.937	3.068.796	305.892	1.899.864	280.996	17.161	2.923.024
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		4.951.592	2.997.252	284.031	1.813.146	3.958	179	2.850.276
dos quais: sociedades não financeiras		3.876.930	3.615.331	447.999	9.361	1.113	44	3.418.412
dos quais: pequenas e médias empresas		2.464.511	2.343.773	219.598	9.041	876	44	2.234.952
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		1.724.109	1.659.676	144.233	3.781	590	-	1.575.505

Os empréstimos e adiantamentos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública em resposta à atual crise económica causada pela pandemia Covid-19, é a seguinte:

	Valor bruto		Montante máximo da	Valor bruto
		Dos quais: reestruturados	Garantias públicas recebidas	Entradas para exposições não produtivas
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	1.331.672	-	1.069.839	233
dos quais: Particulares	36.090			43
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	-			-
dos quais: sociedades não financeiras	1.295.582	-	1.039.263	190
dos quais: pequenas e médias empresas	877.449			150
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	-			-

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2020, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2021.

SANTANDER TOTTA, SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações de Caixa - Hipotecárias										
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	(301)	(301)	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVI	EUR	200.000	200.000	-	(40)	(40)	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	(347)	(347)	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	(454)	(454)	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	(1.070)	(1.070)	1,20%	7-dez-2017	7-dez-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.423)	(1.423)	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	157	1.000.157	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(6.055)	993.945	1,25%	26-set-2017	26-set-2027	Taxa Fixa
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(2.021)	(2.021)	0,412%	5-jul-2019	5-jul-2029	Taxa Fixa
Hipotecária XXV	EUR	750.000	750.000	-	(759)	(759)	0,505%	27-mar-2020	27-mar-2025	Taxa Fixa
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(1.534)	(1.534)	0,00%	28-out-2020	28-out-2030	Taxa Fixa
		8.800.000	6.800.000	2.000.000	(13.847)	1.986.153				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização										
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	436.257	319.250	117.007	(387)	116.620	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	15.871	15.871	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	50.125	50.125	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	399.270	322.776	76.494	(128)	76.366	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	12.377	9.055	3.322	285	3.607	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	391	6.891	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	99.053	-	99.053	(12.727)	86.326	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	12.332	12.332	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.027	5.027	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%

SANTANDER TOTTA, SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balança Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balança Consolidado						
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	10.295	10.295	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	74.685	74.685	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	172.742	53.837	118.905	(9.232)	109.673	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	24.773	24.773	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	43.923	43.923	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	193.401	-	193.401	(26.185)	167.216	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	21.298	21.298	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	58.974	58.974	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	156.332	156.332	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	28.863	28.863	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	49.926	49.926	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	122.749	122.749	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	22.810	22.810	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	47.535	47.535	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	1.028.903	1.028.903	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 0,6%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	46.566	46.566	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	-	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
		3.806.917	3.192.235	614.682	(47.983)	566.699				
		12.606.917	9.992.235	2.614.682	(61.830)	2.552.852				

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	64	64	-	-	1,30%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	4.275	-	20	20	-	-	1,30%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	134	-	134	7.733	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
OB. BST 2030 TIER2	EUR	320.000	320.000	-	14	14	-	-	1,58%	Não Perpétuas	31 de Dezembro de 2025
		345.692	338.093	7.599	232	98	134	7.733			

RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE CONSOLIDADA





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Grupo” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 58.330.463 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos acionistas da Santander Totta SGPS de 4.720.440 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 295.559 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentosMensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 9, 18 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão das rubricas de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento (*default*), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2020 o valor bruto do crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado ascende a 36.841.958 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 994.326 milhares de euros.

As perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total das perdas por imparidade de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada através de análise coletiva.

Para as exposições mais significativas classificadas em *stage 3*, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades, o Grupo desenvolve um processo de análise individual de quantificação de imparidade, em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão gerar no futuro para o cumprimento das suas responsabilidades; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação,

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado, bem como dos seus controlos chave no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito, à concessão de moratórias e avales do Estado no contexto específico da pandemia Covid-19, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage 3*, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2020, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv)

Matérias relevantes de auditoria

execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos internos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico, mas também a incorporar uma perspetiva de evolução económica futura, estes modelos utilizam informação prospetiva disponível *forward looking* como é exemplo (i) a taxa de crescimento do PIB; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a evolução da taxa de juro; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.

O contexto específico motivado pela pandemia Covid-19 originou um incremento de complexidade na identificação de aumentos significativos de risco de crédito e de indicadores de incumprimento (*default*), tendo em consideração as diversas medidas de apoio concedidas às famílias e às empresas, nomeadamente o lançamento de linhas de apoio à economia e a disponibilização da possibilidade de adesão à suspensão temporária do pagamento das prestações dos empréstimos (moratórias). Nestas circunstâncias, os modelos internos de análise de imparidade desenvolvidos pelo Grupo foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos como sejam (i) a consideração de medidas temporárias de flexibilidade de não agravamento do *stage* e/ou marcação como reestruturadas das operações com moratórias aprovadas, em linha com as orientações dos supervisores nesta matéria, (ii) o desenvolvimento de análises individuais às exposições significativas dos setores mais afetados pela pandemia, de forma a identificar situações de deterioração significativa do risco de crédito; e (iii) a atualização dos cenários macroeconómicos para efeitos da determinação da perda estimada, tendo

Síntese da abordagem de auditoria

analisar as avaliações mais recentes desses colaterais; (v) examinar os critérios para a classificação em situação de imparidade (*stage* 3), numa base individual; (vi) rever a incorporação de informação prospetiva (*forward looking*); (vii) análise crítica dos fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (viii) apreciar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Grupo e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem, incluindo os critérios adicionais estabelecidos e as análises setoriais desenvolvidas pelo Grupo para os setores económicos mais afetados pela atual pandemia; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como a informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados da pandemia; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD (*Loss Given Default*), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2020.

Matérias relevantes de auditoria

em consideração os potenciais efeitos económicos da pandemia Covid-19.

Tendo em conta o exposto, alterações nas metodologias ou nos pressupostos utilizados pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes e outras contas a receber, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes e outras contas a receber, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Provisões e passivos contingentes

Mensuração e divulgações relacionadas com provisões e passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2, 18, 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da rúbrica do passivo “Provisões” ascende a 239.973 milhares de euros, e destina-se a fazer face a responsabilidades diversas, nomeadamente as relacionadas com benefícios pós-emprego específicos de alguns administradores do Grupo, planos de reestruturação, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da atividade do Grupo, bem como situações específicas associadas à aquisição de parte significativa da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) e da totalidade do Banco Popular Portugal, S.A.

De entre os passivos contingentes divulgados nas notas 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2020, destacam-se os seguintes:

- Fundo de Resolução

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”) – e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e a compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização destas matérias, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão na avaliação e quantificação das contingências e no eventual reconhecimento de provisões.

Face à relevância e complexidade dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos relativamente ao Fundo de Resolução: (i) monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução apresentado pelo Grupo aquando da renegociação dos empréstimos concedidos, tendo por base as condições contratuais acordadas entre os bancos e o Fundo de Resolução; (ii) apreciação de eventuais comunicações públicas relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução e/ou Estado Português; (iii) análise da evolução das exposições do Grupo junto do Fundo de Resolução; e (iv) compreensão da visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução, e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos resultantes, nomeadamente: (i) dos efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (ii) de processos judiciais instaurados contra o Fundo de Resolução; (iii) dos efeitos negativos de responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco e Banif, resultantes do processo de resolução, que tenham que ser neutralizadas pelo Fundo de Resolução; e (iv) do mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização.

- Autoridade da Concorrência

Em 2012 a Autoridade da Concorrência instaurou um processo de contraordenação contra um conjunto de bancos, onde se inclui o Banco Santander Totta, S.A., por alegadas práticas restritivas da concorrência. Em 9 de setembro de 2019, a Autoridade da Concorrência notificou os bancos da sua decisão, que aponta para a condenação dos mesmos, tendo sido aplicada ao Grupo uma coima no montante de 36 milhões de euros. O Grupo entende que não praticou a infração imputada, pelo que apresentou em 21 de outubro de 2019 recurso da referida decisão para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão. Em maio de 2020, por decisão do referido Tribunal, o Grupo prestou caução da quantia relativa a parte da coima aplicada, a qual tem natureza provisória, dado estar pendente da decisão sobre a impugnação judicial apresentada pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas ao Grupo, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicados ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução.

Relativamente ao processo instaurado pela Autoridade da Concorrência, os nossos trabalhos incluíram (i) a análise da avaliação do Grupo quanto à natureza e situação do referido processo, que fundamenta a não constituição de provisões, e (ii) a apreciação da informação obtida junto dos advogados externos do Grupo que acompanham o processo.

Analísámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos após 31 de dezembro de 2020 sobre os litígios mais relevantes.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Adicionalmente, é também convicção do órgão de gestão do Grupo de que a probabilidade de o processo instaurado pela Autoridade da Concorrência vir a terminar sem o Grupo ter de pagar uma coima é mais elevada do que a de suceder o inverso.

Os passivos contingentes podem evoluir de forma diferente do originalmente esperado, de modo que estão sujeitos a revisão contínua para determinar se essa eventualidade de saída de recursos se tornou provável. Nestas circunstâncias, a avaliação destes passivos contingentes implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Mensuração e divulgações relacionadas com os benefícios pós-emprego dos colaboradores apresentadas nas notas 1.3 alínea j), 2, 20 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2020 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus administradores, colaboradores e pensionistas ascendem a 1.522.877 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades e as necessidades de financiamento do plano, bem como a adequabilidade do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o órgão de gestão e com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que, de forma independente, nos foi possível obter.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada

Matérias relevantes de auditoria

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas bem como nos ativos detidos para fazer face a essas responsabilidades, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo, calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos.

Por último, analisámos o estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2020, tendo para o efeito em conta os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo – nível 3 da hierarquia de justo valor

Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 6, 7, 8, 9 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2020 os saldos de balanço desses instrumentos financeiros ascendem a 174.433 milhares de euros de ativos e 29.977 milhares de euros de passivos.

Os instrumentos financeiros assim classificados são compostos por (i) instrumentos de dívida cujo modelo de negócio é "hold to collect and sale" ou negociação; (ii) derivados de negociação ou cobertura; (iii) instrumentos de capital próprio; e (iv) ativos e passivos sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas, nomeadamente para empréstimos a clientes, títulos

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo, subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração tenha consistido substancialmente em dados não observáveis (nível 3), os nossos procedimentos incluíram igualmente a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo, assim como os dados e pressupostos utilizados, são razoáveis nas circunstâncias, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

de dívida e depósitos de clientes ao custo amortizado.

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Grupo determina o respetivo justo valor através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e inputs a utilizar. Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Outros saldos a receber relacionados com a medida de resolução aplicada ao Banif***Mensuração do saldo a receber relacionado com a medida de resolução aplicada ao Banif e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 9 e 13 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo***

No âmbito da medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) decorrente da deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 20 de dezembro de 2015 (“transação”), e tendo presentes os entendimentos e esclarecimentos subsequentes que foram comunicados ao Grupo pelo Banco de Portugal, e o deferimento, por parte do Ministério das Finanças, do pedido de transmissão dos prejuízos fiscais do Banif, o Grupo submeteu, em 29 de maio de 2018, uma declaração de substituição do Modelo 22 (IRC) referente ao exercício de 2015.

Posteriormente, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes, apenas foi reconhecido ao Grupo o direito de utilizar prejuízos fiscais do Banif relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Na sequência da decisão do Ministério das Finanças de 30 de junho de 2020 quanto ao indeferimento do recurso hierárquico apresentando pelo Grupo relativamente ao referido Despacho, o Grupo exigiu uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou em títulos do tesouro, no âmbito da transação e do acordo

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e a compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização destas matérias, bem como a apreciação dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão quanto à sua forma de recuperação e respetivo montante.

Face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) reuniões com o órgão de gestão para análise da avaliação efetuada pelo Grupo quanto à situação e evolução do referido processo; (ii) análise da documentação contratual associada à transação; (iii) apreciação das comunicações realizadas com a Autoridade Tributária e o Ministério das Finanças; (iv) apreciação da correspondência trocada com o Banco de Portugal; e (v) reuniões com os advogados externos e consultores legais do Grupo e análise dos seus pareceres.

Matérias relevantes de auditoria

celebrado com as autoridades portuguesas envolvidas na medida de resolução aplicada ao Banif. No contexto da decisão agora conhecida, e tal como referido na Nota 13, o Grupo procedeu à reclassificação desse montante para a rubrica de “Outros saldos a receber”.

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e pela alteração significativa na forma e estratégia de recuperação do saldo em questão, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 1.3 alínea m), 2, 8, 14 e 18 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2020 a provisão matemática do ramo vida apresentada no balanço ascende a 710.959 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.284.217 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço do Grupo.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos *cashflows* futuros associados a cada contrato. Estes *cashflows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.

Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações quanto à situação do processo e à reclassificação do saldo realizada, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos tiveram em consideração os potenciais impactos da pandemia Covid-19 na mensuração do risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, tendo incluído:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado

do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 22 de abril de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

22 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2020

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2020, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.



RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou onze reuniões em 2020 e seis reuniões em 2021 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente, a *Controller*, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, representantes do Revisor Oficial de Contas, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2019, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e aprovou para emissão o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2020, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.


No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2020, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de


1/4


Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.

- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, o Conselho Fiscal, através do seu Presidente, esteve presente em treze reuniões do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A., realizadas em 2020, e em quatro reuniões realizadas em 2021 até à presente data, bem como em catorze reuniões da Comissão de Auditoria realizadas em 2020 e em seis reuniões realizadas em 2021 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, as reuniões do Conselho Fiscal tiveram a presença, em quatro delas realizadas em 2020 e em duas realizadas em 2021 até à presente data, dos Presidentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Totta Seguros, S.A., nas quais os Presidentes destes órgãos expuseram, respetivamente, a evolução dos negócios e a fiscalização exercida, com especial realce para os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 na atividade da Santander Totta Seguros, S.A..
- c) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- d) Foi prestada especial atenção às políticas do Grupo relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- e) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo e da filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre julho de 2019 e junho de 2020, preparado pela Totta Ireland PLC nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal e, em consequência da análise efetuada, emitiu parecer em setembro de 2020 com opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Já em fevereiro de 2021, e abrangendo o período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de janeiro de 2021, o Conselho Fiscal emitiu o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal.

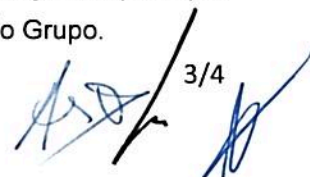



2/4

- f) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- g) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2020, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo.
- h) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- i) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas consolidadas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- j) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2020 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou catorze propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, na sua totalidade destinados à subsidiária Banco Santander Totta, S.A., e em 2021, até à presente data, analisou mais quatro propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, três delas destinadas ao Banco Santander Totta, S.A. e uma destinada à Santander Totta, SGPS, S.A.. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Grupo, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços do Grupo.



3/4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e as correspondentes notas às Demonstrações Financeiras consolidadas, permitem compreender a situação patrimonial do Grupo no fim do exercício de 2020 e o modo como se desenrolou a atividade consolidada do Grupo.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2020.

Lisboa, 22 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Caixa e outros depósitos à ordem	2	49.479	35.787
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	334.031	285.274
Instrumentos de capital		133	133
Títulos de dívida		333.898	285.141
Ativos financeiros pelo custo amortizado	4	-	115.000
Empréstimos e adiantamentos		-	115.000
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	5	3.422.166	3.422.166
Ativos por impostos	6	42.519	102.087
Outros ativos	7	-	-
TOTAL DO ATIVO		3.848.195	3.960.314
PASSIVO			
Provisões	8	42	42
Outras provisões		42	42
Passivos por impostos	6	35.836	92.962
Outros passivos	9	226	191
TOTAL DO PASSIVO		36.104	93.195
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	10	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	10	600.000	600.000
Outro rendimento integral acumulado	10	60	977
Lucros retidos	10	230.212	(100.862)
Outras reservas	10	1.004.215	960.629
Ações próprias	10	(2.447)	(2.447)
Lucros ou prejuízos do exercício		7.089	435.860
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		3.812.091	3.867.119
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		3.848.195	3.960.314

O anexo faz parte integrante do balanço individual em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos de juros	11	5.283	4.545
MARGEM FINANCEIRA		5.283	4.545
Rendimento de dividendos	12	-	422.688
PRODUTO BANCÁRIO		5.283	427.233
Despesas administrativas		(413)	(472)
Despesas de pessoal		(65)	(65)
Outras despesas administrativas		(348)	(407)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	8	-	6.245
Ativos financeiros pelo custo amortizado		-	6.245
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		4.870	433.006
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	6	2.219	2.854
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		7.089	435.860

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	31-12-2020	31-12-2019
Lucros ou prejuízos do exercício	7.089	435.860
Outro rendimento integral	(917)	977
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados		
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio		
. Justo valor	(1.184)	1.261
. Impacto fiscal	267	(284)
Rendimento integral individual do exercício	6.172	436.837

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	Outro rendimento integral acumulado		Lucros retidos	Outras reservas	Ações próprias	Dividendos antecipados	Lucros ou prejuízos do exercício	Total do capital próprio
			De justo valor	Por impostos						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.972.962	600.000	-	-	(111.632)	897.662	(2.284)	(100.000)	629.671	3.886.379
Aplicação dos resultados										
. Transferência para reservas	-	-	-	-	71.970	62.967	-	-	(134.937)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	100.000	-	(494.734)	(394.734)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(163)	-	-	(163)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	-	(61.200)
Rendimento integral individual do exercício de 2019	-	-	1.261	(284)	-	-	-	-	435.860	436.837
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.972.962	600.000	1.261	(284)	(100.862)	960.629	(2.447)	-	435.860	3.867.119
Aplicação dos resultados										
. Transferência para reservas	-	-	-	-	392.274	43.586	-	-	(435.860)	-
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	-	(61.200)
Rendimento integral do exercício de 2020	-	-	(1.184)	267	-	-	-	-	7.089	6.172
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.972.962	600.000	77	(17)	230.212	1.004.215	(2.447)	-	7.089	3.812.091

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	31-12-2020	31-12-2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Rendimentos de juros e comissões	4.298	4.423
Despesas administrativas	(379)	(486)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>3.919</u>	<u>3.937</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito	4 115.000	(65.000)
	<u>115.000</u>	<u>(65.000)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	118.919	(61.063)
Impostos pagos	4.927	5.910
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>123.846</u>	<u>(55.153)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	12 -	422.688
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3 (320.000)	-
Reembolso de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3 271.046	-
Reembolso de prestações acessórias	-	62.990
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(48.954)</u>	<u>485.678</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	10 (61.200)	(61.200)
Aquisição de ações próprias	10 -	(163)
Dividendos pagos	10 -	(394.774)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(61.200)</u>	<u>(456.137)</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>13.692</u>	<u>(25.612)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	35.787	61.399
Caixa e seus equivalentes no fim do período	49.479	35.787

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (“totta”), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de 464.168 milhares de euros para 1.972.962 milhares de euros representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de 640.575 milhares de euros.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de abril de 2021. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada.

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e efetivas à data de 01 de janeiro de 2020, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019. No decorrer do exercício de 2020 o Banco procedeu à renomeação das suas demonstrações financeiras para dar cumprimento às orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 1.3.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que a Sociedade dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento. As projeções efetuadas estão baseadas em diferentes cenários e incluem também o impacto na atividade da Sociedade da incerteza provocada pela pandemia Covid – 19.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2020 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

No âmbito da "Reforma das taxas de juro de referência – fase 1" e por forma a gerir e controlar a revisão das taxas de juro de referência (que incluem, entre outras, EONIA, LIBOR e EURIBOR: A EONIA será descontinuada em Janeiro de 2022, a LIBOR deverá ser descontinuada em Dezembro de 2021 e a EURIBOR continua como um índice válido), o Grupo Santander criou um grupo de trabalho, onde a Sociedade está inserida, para assegurar uma transição correta em todas as entidades e avaliar possíveis impactos.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pela Sociedade, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IFRS 16** (alteração), “Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.
- **IAS 1** (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 16** (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativo tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente *versus* incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

- **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados ("FVPL").

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio "Hold to Collect", por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais da Sociedade.

ii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). O Grupo Santander decidiu aplicar, a partir do exercício de 2017, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal é apurado numa lógica Grupo correspondendo à soma algébrica do lucro tributável / prejuízo fiscal apurado nas declarações periódicas individuais de cada sociedade que compõe o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável de cada Sociedade.

iii) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

iv) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Sociedade detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);
- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e
- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades.

As empresas associadas são entidades em que a Sociedade exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade. As perdas de imparidade são reconhecidas quando se verificam perdas/deteriorações de valor significativas, através da realização de testes de imparidade para a verificação da sua existência. Para além do reconhecimento da imparidade dos investimentos em filiais e associadas, a Sociedade reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades. Os dividendos recebidos das empresas filiais e associadas são registados como proveitos quando atribuídos.

1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 3)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 4, 7 e 8)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Impostos (Nota 6)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

2. CAIXA E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta, S.A. (Banco) no montante de 49.479 milhares de euros (35.787 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019).

3. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020				31-12-2019			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Banco Santander Totta Subordinated Tier 2	320.000	14	-	320.014	-	-	-	-
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.743	64	77	13.884	13.733	65	88	13.886
Obrigações Perpétuas Subordinadas BTA 2000	-	-	-	-	269.382	104	1.169	270.655
MC FACTOR/98 Perp. Subordinadas	-	-	-	-	595	1	4	600
	<u>333.743</u>	<u>78</u>	<u>77</u>	<u>333.898</u>	<u>283.710</u>	<u>170</u>	<u>1.261</u>	<u>285.141</u>
Instrumentos de Capital								
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	133	-	-	133	133	-	-	133
	<u>333.876</u>	<u>78</u>	<u>77</u>	<u>334.031</u>	<u>283.843</u>	<u>170</u>	<u>1.261</u>	<u>285.274</u>

Em 22 de dezembro de 2020 as obrigações perpétuas subordinadas BTA 200 foram reembolsadas pelo valor nominal que correspondia a 270.447 milhares de euros e em 30 de dezembro de 2020 as obrigações MC Factor/98 Perpétuas Subordinadas foram reembolsadas pelo valor nominal que ascendia a 599 milhares de euros. A diferença entre o valor de reembolso e o valor de balanço foi reconhecido na rubrica rendimento de juros.

Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade subscreveu na sua totalidade as obrigações subordinadas Tier2 emitidas pelo Banco por 320.000 milhares de euros.

4. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	-	115 000

Em 31 de dezembro de 2019, o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,249%. O mesmo estava domiciliado no Banco.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100,00	47.250	100,00	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	98,76	3.374.511	98,76	3.374.511
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		<u>3.422.166</u>		<u>3.422.166</u>

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Ativos por impostos		
Impostos correntes		
Pagamento por conta	3.960	7.317
Retenções na fonte	-	5
IRC a receber das participadas	38.559	94.765
	<u>42.519</u>	<u>102.087</u>
Passivos por impostos		
Impostos correntes		
IRC a pagar	35.819	92.678
Impostos diferidos (Nota 10)	17	284
	<u>35.836</u>	<u>92.962</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável da Sociedade, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2020 e 2019, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro; e

- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- até 1.500 mEuros	0%
- entre 1.500 mEuros e 7.500 mEuros	3%
- entre 7.500 mEuros e 35.000 mEuros	5%
- superior a 35.000 mEuros	9%

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das Sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada Sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é como segue:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		4 870		433 006
Imposto apurado com base na taxa de imposto co	22,50%	1 096	22,50%	97 426
Dividendos não tributáveis	0,00%	-	-21,96%	(95 105)
Provisões não tributáveis	0,00%	-	-0,32%	(1 405)
Correções de anos anteriores - Efeito RETGS	10,64%	518	-0,22%	(954)
Efeito RETGS	-78,71%	(3 833)	-0,04%	(2 816)
Outros	0,00%	-	0,00%	-
Impostos sobre os lucros do exercício		(2 219)		(2 854)

7. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Devedores diversos		
Suprimentos	37	37
Outros	9	9
	<u>46</u>	<u>46</u>
Imparidade (Nota 8)	(46)	(46)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os contratos de suprimentos foram efetuados à FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37milhares de euros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade. No exercício de 2019 a Sociedade procedeu ao abate dos saldos a receber a título de suprimentos concedidos à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 milhares de euros.

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	Saldos em 2018	Reposições	Utilizações	Saldos em 2019	Reposições	Utilizações	Saldos em 2020
Imparidade em outros ativos (Nota 7)							
Devedores e outras aplicações	6.461	(6.245)	(170)	46	-	-	46
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	<u>6.503</u>	<u>(6.245)</u>	<u>(170)</u>	<u>88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88</u>

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	96	96
Encargos a pagar		
Custos com pessoal	7	8
Gastos gerais administrativos	111	74
Receitas com rendimento diferido	12	13
	<u>226</u>	<u>191</u>

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

No dia 20 de maio de 2019, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2018 no montante de 495.000 milhares de euros dos quais foram pagos em dezembro de 2018 100.000 milhares de euros a título de adiantamento sobre lucros do exercício ao acionista maioritário, de acordo com a correspondente percentagem de capital detida, e colocados à disposição dos acionistas minoritários.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os principais acionistas da sociedade eram os seguintes:

	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Ações próprias	113.595.456	0,06%	1.136
Outros	186.595.158	0,09%	1.866
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Lucros retidos	<u>230.211</u>	<u>(100.862)</u>
Outras reservas		
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	363.640	320.054
	<u>1.004.215</u>	<u>960.629</u>

Durante o exercício de 2019, a Sociedade procedeu à aquisição de 7.653.198 ações próprias, pelo montante de 163 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2020, a sociedade detém 113.595.456 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Outros rendimento integral - Valor bruto		
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 3)	77	1.261
Outros rendimento integral - Impacto fiscal		
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 6)	(17)	(284)
	<u>60</u>	<u>977</u>

11. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de juros		
Juros de aplicações em instituições de crédito	128	181
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.153	4.331
Outros	2	33
	<u>5.283</u>	<u>4.545</u>

12. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Santander Totta, S.A.	<u>-</u>	<u>422.688</u>

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal.

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, art.º 66-A do CSC, informamos que, a título de honorários, os encargos suportados até 31 de dezembro foram de 131.300€ (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado), relativos aos serviços de revisão legal de contas (87.000€) e de Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal (44.300€).

15. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
BALANÇO		
Caixa e outros depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Banco Santander Totta, S.A.	49.479	35.787
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Depósitos a prazo - Banco Santander Totta, S.A.	-	115.000
Investimento em filiais		
Banco Santander Totta, S.A.	3.374.511	3.374.511
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	47.250	47.250
Taxagest, SGPS, S.A.	405	405
	<u>3.471.645</u>	<u>3.572.953</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2020 e 2019, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Rendimentos de juros		
Juros de depósitos bancários - Banco Santander Totta, S.A.	128	181
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - Banco Santander Totta, S.A.	5.153	4.331
Rendimento de dividendos		
Dividendos recebidos - Banco Santander Totta, S.A.	-	422.688
	<u>5.281</u>	<u>427.200</u>

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2020, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2021.

RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE INDIVIDUAL





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.848.195 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.812.091 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.089 milhares de euros), a demonstração dos resultados individual por naturezas, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**Mensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos apresentadas nas notas 1.2 alínea iv) e 5 anexas às demonstrações financeiras da Sociedade**

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações em subsidiárias nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos em balanço dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ascendem a 3.422.166 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação na subsidiária Banco Santander Totta, S.A.

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço do investimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2020, representado pela participação na subsidiária Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar a adequabilidade dos *inputs* e pressupostos do órgão de gestão que serviram de base à previsão de fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 22 de abril de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

22 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS




Exercício de 2020

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2020, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL



O Conselho Fiscal realizou onze reuniões em 2020 e seis reuniões em 2021 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, representantes do Revisor Oficial de Contas, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2019, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2020 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.



1/4


No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2020, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- d) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno abrangendo o período compreendido entre julho de 2019 e junho de 2020, preparado pela Sociedade nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal e, em consequência da análise efetuada, emitiu parecer em setembro de 2020 com opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008, do Banco de Portugal. Já em fevereiro de 2021, e abrangendo o período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de janeiro de 2021, o Conselho Fiscal emitiu o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal.
- e) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- f) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade.
- g) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.



2/4

- h) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas da Sociedade e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.



O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas às Demonstrações Financeiras individuais, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2020, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2020;



3/4

- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 22 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)



RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente resumo destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020 e da Instrução n.º 18/2020, do Banco de Portugal, e do Regulamento n.º 9/2020 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Santander Totta, SGPS, S.A. (Sociedade ou Grupo) elaborou o Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da sua cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias, com referência a 31 de Janeiro de 2021, assegurando também que fosse elaborado um relatório individual relativo a cada uma das entidades sujeitas a supervisão em base consolidada ou subconsolidada, incluindo todas as filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC).

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC. São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b) do CSC. Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer e assegurar a manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz e que é aplicado de forma consistente em todas as suas filiais e sucursais, estabelecidas em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo das adaptações impostas pela legislação e regulamentação em vigor no país de acolhimento, com o objetivo de assegurar, com razoabilidade, a condução ordenada e eficiente do negócio do Grupo, nomeadamente a aderência às políticas de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de irregularidades, fraudes e erros, o rigor dos registos e a sua aderência às normas e critérios contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira e prudencial fidedigna.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por garantir uma efetiva gestão de riscos associados à atividade do Grupo, assegurando que todas as filiais do Grupo, incluindo as filiais em países terceiros, implementam sistemas de controlo interno coerentes entre si e em conformidade com os requisitos definidos no presente Aviso.

O Conselho de Administração assegura que o sistema de controlo interno estabelecido tem em consideração o princípio da proporcionalidade e o grau de centralização de autoridade e de delegação



estabelecido na instituição incluindo as funções de controlo interno com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional.

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem os normativos aplicáveis nas jurisdições onde o Grupo desenvolve a sua atividade. As práticas remuneratórias da Santander Totta SGPS, S.A., devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da Sociedade e, em particular, promover as boas práticas. Todas as filiais da Sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento no Grupo Santander.

Nos Relatórios de Autoavaliação das filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC) é incluída uma descrição da estratégia de negócio, da estrutura organizativa e das atividades subcontratadas.

A principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A., por força da situação referente à disseminação do denominado coronavírus – SARS-CoV-2 e das consequências daí decorrentes, viu-se obrigado a implementar um conjunto de medidas e adaptações ao nível operativo e tecnológico, tendo acionado os instrumentos de que dispõe para a gestão do risco operacional, incluindo um Plano de Continuidade do Negócio (PCN).

Este plano foi acionado no sentido de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores com a responsabilidade de garantir a continuidade dos serviços financeiros e a manutenção da operativa bancária com a normalidade e fluidez possíveis, tendo sido implementadas um conjunto de medidas de mitigação dos riscos, de forma a assegurar o normal funcionamento da atividade. Durante este período, não obstante a situação de pandemia vivida e todas as consequências daí decorrentes, verificou-se ter sido mantido um adequado e eficaz sistema de controlo interno.

Também a Totta (Ireland) PLC, por força da situação referente à disseminação do denominado coronavírus – SARS-CoV-2 e das consequências daí decorrentes, implementou a medida de teletrabalho com o objetivo de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores e com a responsabilidade de garantir o funcionamento da atividade com a normalidade e fluidez possíveis, mantendo-se um adequado e eficaz sistema de controlo interno.



No âmbito do processo instituído pelo Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. de monitorização das deficiências de controlo interno e respetiva implementação e das suas medidas corretivas, foram identificadas e descritas no Relatório de Autoavaliação deficiências com impacto no sistema de controlo interno, sendo que, na data de referência daquele Relatório (31 de janeiro de 2021), se encontravam em aberto 60 classificadas como de risco “F3 Elevada” e 2 com risco “F4 Severa”, ao nível do Banco Santander Totta, S.A., as quais se encontram detalhadas no Relatório de Autoavaliação Individual daquela entidade. O seguimento das deficiências em aberto é acompanhado pela alta direção e em vários comités, nomeadamente no Comité de Controlo Interno e Cumprimento, com periodicidade bimestral, para se garantir a correção tempestiva das situações identificadas de acordo com a política de governo interno do Banco. Para efeitos do cumprimento do Aviso n.º3/2020, foi realizado um *gap analysis* do qual resultaram algumas insuficiências para as quais foram definidos planos de ação e respetivas datas de implementação.

Não foram identificadas deficiências em aberto na Sociedade Totta Ireland, PLC.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS S.A. concluíram pela adequada classificação das deficiências identificadas com o nível de “F3 Elevada” e “F4 Severa” e que o seu impacto não é passível de prejudicar a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno.

O Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. concluiu que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas, tendo em conta o plano de mitigação e as medidas corretivas existentes para cada uma delas, não são passíveis de prejudicar a referida cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno. Concluiu ainda que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 57.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na alínea b), n.º1, do Artigo 5.º, o Conselho de Administração, relativamente à principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A. emitiu a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e de controlo interno, sobre as práticas e políticas remuneratórias implementados e as ações empreendidas para corrigir as deficiências detetadas no período



de referência. O Banco, por força da situação referente à disseminação do denominado coronavírus – SARS-CoV-2 e das consequências daí decorrentes, viu-se obrigado a implementar um conjunto de medidas e adaptações ao nível operativo e tecnológico, tendo acionado os instrumentos de que dispõe para a gestão do risco operacional, incluindo um Plano de Continuidade do Negócio (PCN).

Este plano foi acionado no sentido de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores com a responsabilidade de garantir a continuidade dos serviços financeiros e a manutenção da operativa bancária com a normalidade e fluidez possíveis, tendo sido implementadas um conjunto de medidas de mitigação dos riscos, de forma a assegurar o normal funcionamento da atividade.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 56.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro de 2020, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS, S.A. emitiu, em 26 de fevereiro de 2021, a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Grupo, a qual, no âmbito das responsabilidades atribuídas a este Órgão, inclui a ponderação realizada por este, à data de referência, designadamente acerca dos impactos atuais ou potenciais das deficiências que se mantenham em aberto.

Por todo o trabalho realizado, com especial atenção aos relatórios das Funções de Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria interna do Banco, e tendo em consideração que as funções de controlo do Banco atuam em regime de transversalidade junto da Santander Totta SGPS, S.A. e do Totta Ireland, PLC, é convicção do Conselho Fiscal que o CRO, enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, o CCO, enquanto responsável pela Função de Cumprimento e o CAE, enquanto como responsável pela Função de Auditoria Interna, desempenham as suas funções de forma adequada, objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade, não existindo qualquer situação ou constrangimento que a comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente, através do seu responsável, de acesso direto ao Órgão de Administração, e respetivos comités, incluindo, e sempre que se justifique, ao Órgão de Fiscalização da Sociedade e/ou das filiais.

Tendo em consideração a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o período de referência, ponderada toda a informação trazida ao seu conhecimento decorrente das atividades de monitorização pelas estruturas próprias do Grupo Santander Portugal e apoiada pelos serviços adicionais solicitados para o efeito ao Revisor Oficial de Contas, este declarou que nada chegou ao seu conhecimento, para além das



deficiências detetadas e anteriormente referidas, que indicasse que: os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, incluindo os efetuados pelo Banco ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, da Comissão, de 16 de abril, não são fiáveis, e que todos os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem às matérias previstas no Aviso, não tenham sido adequadamente cumpridos no período de referência.

É também opinião do Conselho Fiscal que a adoção e aplicação das disposições contidas na política de remunerações garante de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, a coerência entre todas as entidades do Grupo Santander Portugal, cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Por último, no que respeita à Totta Ireland PLC, é opinião do Conselho Fiscal que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

Lisboa, 22 de abril de 2021

O Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

